

Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira



O tribunal do júri no Brasil: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2020

Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira



O tribunal do júri no Brasil: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2020

Autor: Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira
Título: O tribunal do júri no Brasil: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional.

Assinatura: _____

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte integrante dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Criminologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Freitas.

Sumário

O alvo desta dissertação de Mestrado é a promíscua relação entre a mídia e o direito penal e as atenções do estudo estão concentradas no modelo do Tribunal do Júri no Brasil. Aqui, serão tratados sua origem, sua evolução histórica, a morfologia do instituto, bem como o confronto entre a legislação processual penal brasileira, que traça o desenho do procedimento, e a garantia constitucional de intervenção do júri no julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

A proposta que aqui se lança visa identificar as principais imperfeições observadas na estrutura desta forma de julgamento democrático, a fim de verificar se, nas situações que envolvem crimes graves, de grande repercussão no cenário nacional, e maciçamente explorados pela mídia, a exposição excessiva do caso pode interferir na imparcialidade que se espera do jurado.

Em consequência do problema verificado, o objetivo é saber se o acusado teria o direito de optar por outra forma de julgamento, caso seus julgadores estejam contaminados pela influência midiática lançada sobre o caso e impermeáveis à análise objetiva da prova, nos limites do processo, tendo em vista que a garantia constitucional do julgamento pelo júri não pode operar-se contra o garantido, que é justamente destinatário desta proteção.

A previsão constitucional de competência do júri está estabelecida em cláusula pétrea, no texto constitucional. Desta forma, identificados os problemas relacionados à eventual parcialidade dos julgadores, deve-se buscar uma solução eficaz e que, ao mesmo tempo, não esbarre na rigidez da cláusula constitucional.

Para confirmar as hipóteses lançadas, a parte teórica é seguida de um estudo empírico que trata de um caso recente, ocorrido no Brasil e amplamente explorado pelos veículos de comunicação em massa, a fim de verificar se as decisões de potenciais jurados ocorrem com a necessária isenção. Os resultados obtidos são convergentes com as hipóteses lançadas no início do trabalho.

Palavras chave: Brasil, Júri, jurado, mídia, imparcialidade, garantia, procedimento, direito de escolha.

Abstract

The aim of this Master's dissertation is the promiscuous relationship between the media and criminal persecution in high profile crimes. The attentions of the study are focused on the Jury Court model in Brazil. Here, its origin, its historical evolution, the morphology of the institute will be treated, as well as the confrontation between the Brazilian criminal procedural legislation - which traces it as a procedure - and the constitutional clauses that establishes the Jury as a guarantee applied in the trials of intentional crimes against life.

The proposal launched here aims to identify the main imperfections observed in the structure of this form of democratic judgment, in order to verify whether, in situations involving major crimes, of great popular repercussion in the national scenario, and massively exploited by the media, the excessive exposure of the crime may interfere with the impartiality expected of the jurors.

As a result of the problem, the objective is to know if the accused would have the right to choose another form of judgment, if he believes that the members of the jury are contaminated by the media influence on the case and, cause that, the jurors would be resistant to the objective analysis of the evidence. This would be justified cause the due process of law, and taking for granted that the constitutional guarantee of trial by the jury cannot operate against the guarantor, which is the rightful recipient of this protection.

The constitutional provision of jury competence is set out in a stone clause in the Brazilian constitutional text. Thus, identifying the problems related to the eventual bias of the judges, an effective solution must be sought and that solution must be in perfect harmony with the rigidity of the constitutional clause that institutes the trial by jury.

To confirm the hypotheses, the theoretical part is followed by an empirical study that deals with a recent case, occurred in Brazil and widely explored by the mass media, in order to verify if the decisions of potential jurors occur with the necessary exemption. The results obtained are convergent with the hypotheses presented at the beginning of the work.

Keywords: Brazil, Jury, juror, media, impartiality, guarantee, procedure, right of choice.

Dedicatória

Este singelo trabalho é dedicado à memória do pequeno *Rhuan Maycon da Silva Castro*, vítima da bestialidade humana.

Agradecimentos

A Deus, o Grande Arquiteto do Universo, cuja bondade infinita nos proporciona maravilhas indecifráveis. Quando se faz referência ao Criador, as palavras devem ser cuidadosamente medidas, pois não há expressão completa, capaz de decifrar o amor Divino. Portanto, a Ele, toda honra e toda glória.

À minha Maria, cujo nome santo e doce já inspira paz e singeleza. Filha, mãe e esposa de caráter inabalável. Obrigado pelo amor, pelo companheirismo e pela confidencialidade que só nós dois sabemos mensurar; aos meus filhos, João Pedro e Gabriela, provas vivas do sentimento que mais se aproxima do amor Divino. Aos meus irmãos, Igor e Guilherme, por serem meus irmãos. Isto explica tudo. A meu pai, Sr. José Soares Sucupira, cuja história de vida pode ser definida pela célebre frase de Abraham Lincoln “Nenhum homem jamais se perdeu em uma estrada reta”. À minha mãe, Dona Ilda Martins, pelo presente da vida, pelo caminho de fé que me ensinou a trilhar e pela educação rígida que sempre procurou me dar. Guerreira do bom combate, companheira inseparável, que desde as viagens de carona, nos tempos do ensino médio, até as jornadas pela Europa, sempre foi minha maior incentivadora na constante busca pelo conhecimento. Não há palavras capazes de expressar esta gratidão.

Ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Miguel Freitas, pela paciência e atenção que dedicou à construção deste trabalho, sobretudo, no momento de maior dificuldade que atravessei com minha família. Sua juventude está em nítido contraste com o vasto conhecimento jurídico que acumula, razão pela qual rendo-lhe a mais sincera homenagem. Ao meu co-orientador, Professor Doutor Francisco Ilídio Ferreira Rocha, *Shmoo*, grande amigo, companheiro inseparável das longas e agradáveis conversas nos intervalos, jurista de invejável sabedoria e cultura, grande incentivador de elucubrações.

Ao jovem Dr. Rafael Lemos Giani, meu ex-aluno na graduação, culto advogado e profundo estudioso da ciência jurídica, obrigado por ter lido antes tudo o que aqui foi produzido, pelas opiniões sólidas e pelo valiosíssimo auxílio com as pesquisas, sem as quais, tudo seria bem mais difícil. Ao meu ex-aluno, colega no mestrado, e cicerone europeu, Dr. Ricardo Braga Y Garcia, pelo incentivo e companheirismo de sempre.

Ao Dr. Tarcísio Rodrigues Pereira, referência na advocacia criminal mineira, dono da mais perfeita oratória que despertou neste humilde advogado, ainda criança, a paixão pelo Tribunal do Júri. Ao dileto amigo, Dr. Roberto Eustáquio da Cunha, pelas opiniões de grande valor.

Aos meus ex-professores, Dr. Walter Lúcio de Lima e Dr. Artur Ferreira de Castro, advogados de indiscutível saber jurídico e exímios tribunos, homens de grande estatura moral e ética, aos quais devo os primeiros passos no duríssimo sacerdócio de quem, no dizer de Carneluti, “senta-se ao lado do réu no último degrau da escada”.

A todos os amigos, companheiros de jornada, grandes incentivadores desta conquista, muito obrigado pelo carinho, pela torcida e, sobretudo, pelas orações.

ÍNDICE

Sumário.....	v
Abstract.....	vi
Dedicatória.....	vii
Agradecimentos.....	viii
Índice de Tabelas.....	xiii
Siglas	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O Objeto do estudo	3
1.2 Hipóteses do estudo	3
1.3 Justificativa da investigação	4
1.4 Objetivos do estudo	5
1.5 Relevância do tema.....	8
1.6 Metodologia.....	8
1.7 Resultados do trabalho.....	10
2 O JÚRI.....	11
2.1 Conceitos	11
2.2 Tribunal do Júri	11
2.3 Base principiológica e origem histórica do Tribunal do Júri.....	12
2.4 O Tribunal do Júri nas Constituições Brasileiras	13
2.5 Jurado puro e escabinado.....	17
2.6 Garantias constitucionais do Júri no Brasil	18
2.6.1 Plenitude da defesa	19
2.6.2 Sigilo das votações	21
2.6.3 Soberania dos veredictos	22
2.6.4 Competência material – julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	23
2.7 O júri entre as garantias fundamentais	25
2.7.1 O direito e sua garantia de efetividade	26
2.7.2 Garantia puramente individual ou também social?	28
2.8 O Direito Comparado	34
2.8.1 O Direito Comparado nos Estados Unidos da América	34

2.8.2 O Direito Comparado na Espanha	35
2.8.3 O Direito Comparado em Portugal	36
2.9 Livre convencimento motivado e íntima convicção	37
2.10 Imperfeições observadas no modelo brasileiro	44
2.10.1 O despreparo do jurado	45
2.10.2 A estranha (i)legitimidade das decisões por maioria.....	49
2.10.3 Decisão manifestamente contrária à prova dos autos – apelo único	50
2.10.4 Condutas dolosas que resultam em morte e escapam do júri	52
2.10.4.1 Homicídio – miliar x militar, ambos em situação de atividade.....	52
2.10.4.2 Homicídio – civil x militar das Forças Armadas em serviço em lugar sujeito à administração militar.....	52
2.10.4.3 O caso Adélio Bispo/Jair Bolsonaro – Lei de Segurança Nacional	53
2.11 O direito de escolha do acusado e o (aparente) entrave da barreira constitucional	54
2.11.1 A competência por prerrogativa de função se sobrepõe ao júri	56
 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	 59
3.1 Introdução	59
3.2 Metodologia da pesquisa	61
3.2.1 Caracteres do estudo empírico.....	62
3.2.2 Suporte material utilizado para a coleta dos dados.....	62
3.2.3 Procedimentos	64
3.3 Participantes.....	65
3.2.3 Amostras.....	65
3.4 Perfil dos representantes da amostra	66
3.4.1 Público leigo – amostra “A”.....	66
3.4.1.1 Dados sociodemográficos dos participantes da amostra “A”	66
3.4.2 Público acadêmico do Curso de Direito – amostra “B”	69
3.4.1.1 Dados sociodemográficos dos participantes da amostra “B”	69
3.5 Apresentação do caso abordado no estudo empírico – Rhuan Maycon	72
3.6 Análise dos questionários aplicados – amostras “A” e “B”	74
3.7 Discussão dos resultados	79
 4 CONCLUSÕES	 86
 Bibliografia.....	 89
 Legislação referenciada	 93

ANEXO 1 – GUIÃO DE PERGUNTAS	96
ANEXO 2 – SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO	100
ANEXO 3 – SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO	100
ANEXO 4 – SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO	102
ANEXO 5 – AUTORIZAÇÕES	103
ANEXO 6 – AUTORIZAÇÕES	104
ANEXO 7 – AUTORIZAÇÕES	105
ANEXO 8 – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA	106

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Idade dos entrevistados.....	67
Tabela 2 – Gênero.....	67
Tabela 3 – Estado Civil	67
Tabela 4 – Profissão	67
Tabela 5 – Formação	68
Tabela 6 – Faixa de rendimento familiar.....	69
Tabela 7 – Idade dos entrevistados.....	70
Tabela 8 – Gênero.....	70
Tabela 9 – Estado Civil	70
Tabela 10 – Profissão	70
Tabela 11 – Formação	71
Tabela 12 – Faixa de rendimento familiar.....	71
Tabela 13 – Conhecimentos prévios sobre a Instituição do Júri	74
Tabela 14 – Conhecimentos prévios sobre a função do Tribunal do Júri.....	74
Tabela 15 – Experiências na função de jurado	75
Tabela 16 – Número de vezes em que o entrevistado já exerceu a função de jurado	75
Tabela 17 – Acesso a temas relacionados com a criminalidade.....	76
Tabela 18 – Conhecimento prévio sobre a reportagem do caso Rhuan Maycon	76
Tabela 19 – Crença na condenação dos envolvidos no crime	77
Tabela 20 – Chances de absolvição dos envolvidos no crime.....	77
Tabela 21 – Chances de um julgamento imparcial.....	78
Tabela 22 – Mudança de opinião após explanação dos argumentos no plenário	78

Siglas

AM:	Amazonas
CAIC:	Centro de Atenção Integral à Criança
CEFET:	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNJ:	Conselho Nacional de Justiça
CP:	Código Penal
CPM:	Código Penal Militar
CPP:	Código de Processo Penal
DF:	Distrito Federal
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG:	Minas Gerais
MS:	Ministério da Saúde
MS:	Mato Grosso do Sul
SP:	São Paulo
STF:	Supremo Tribunal Federal
TSE:	Tribunal Superior Eleitoral
USP:	Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

O Tribunal do Júri é visto como uma das instituições mais notáveis do Direito Penal brasileiro e de outras nações que o adotam em seu ordenamento jurídico. Alvo de polêmicas, de críticas ferrenhas de alguns e defendido apaixonadamente por outros, o Júri divide opiniões da comunidade jurídica e da sociedade leiga (Cunha, 2018).

O interesse pela pesquisa sobre o tema se deve justamente à importância desta instituição no Direito Processual Penal brasileiro e à necessidade de se identificar imperfeições que possam comprometer o julgamento justo que a sociedade sempre espera, a fim de propor formas de aperfeiçoamento que permitam minorar injustiças sem afrontar a rigidez da regra constitucional sobre a qual se assenta o instituto.

Desde os tempos do império, a legislação brasileira adota a soberania popular como uma de suas formas de jurisdição, que também é observada na legislação de outros países, com alguns contornos peculiares, porém, semelhantes na essência (Bonfim, 2007).

Para Araújo e Almeida (1996, p. 200), “[o] júri foi tradicionalmente concebido como salvaguarda da liberdade, como uma forma de acesso a uma justiça autônoma e independente, instruída pelo senso comum do homem médio de uma dada comunidade”.

No Brasil, a disposição constitucional que reconhece a instituição do Júri é considerada cláusula pétrea e, como tal, não está sujeita a qualquer modificação tendente a aboli-lo do sistema processual penal pátrio. Via de consequência, qualquer sugestão de aperfeiçoamento da instituição e de seus meandros processuais deve estrita obediência à rígida previsão contida no texto constitucional (Mendes; Branco, 2018).

Em que pese estar inserida no capítulo destinado às garantias individuais, observa-se que a sistemática do julgamento pelo júri, na forma em que está concebida na legislação pátria, pode dar ensejo a julgamentos injustos, notadamente quando influenciados pelo interesse voraz e maciço da mídia sobre alguns casos de grande repercussão. Nesses casos, a sociedade predominantemente leiga, que é fonte da lista de jurados, pode sofrer influências externas capazes de tolher a imparcialidade no trato com a questão posta em julgamento e formular preconceitos sobre o fato delituoso ou sobre seu autor, que logo estará sujeito ao seu julgamento, já que, conforme se afirmou, é desta mesma sociedade que são extraídos os nomes dos futuros juízes do fato.

A deflagração de um processo criminal, ou mesmo a simples investigação pela suposta prática de algum delito, não raramente, são causas de estigma e repulsa social em relação ao indivíduo acusado ou investigado. A sociedade, de uma maneira geral, não tolera o crime e o repele de variadas formas que vão desde uma expressão mais discreta de preconceito em relação ao seu autor, até atitudes violentas de autotutela penal, que muitas vezes resultam na morte do indivíduo sobre o qual recai alguma suspeita.

No Brasil, o noticiário tem mostrado cenas de pessoas sendo amarradas e linchadas publicamente porque foram surpreendidas praticando delitos, alguns de pequena expressão, como furtos tentados¹. Pior ainda são os casos de pessoas inocentes que foram brutalmente espancadas porque tiveram suas imagens publicadas em notícias falsas do ciberespaço de redes sociais, como supostos criminosos. São elas vítimas de um novo fenômeno sociológico denominado linchamento em rede, isto é, os linchamentos “discursivamente construídos e simbolicamente executados” que, às vezes, podem migrar para linchamentos de fato (Lobo e Filho, 2017).

Dentre as causas deste comportamento repulsivo, destacam-se os altos índices de criminalidade registrados no país e a pouca atenção do poder público no que diz respeito às políticas de enfrentamento. Estes fatores podem desencadear nas pessoas, notadamente aquelas que já foram diretamente atingidas por alguma conduta criminosa, o sentimento de necessidade da autotutela, acreditando, de forma equivocada, que a solução imediata dos conflitos de natureza penal pode se sobrepor ao Estado.

Dados do Atlas da violência, divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que:

(...) o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa (Cerqueira *et al*, 2018, p. 27).

Nesse panorama fático, delineado pela inoperância estatal que inflaciona os números da criminalidade, a sociedade, que futuramente julgará o criminoso, segue cultuando a

¹ Disponível em <http://g1.globo.com/bahia/videos/v/suspeito-de-furto-e-espancado-e-amarrado-por-populares-em-teresina/5595173/>. [Consultado em 14/05/2019].

intolerância e a extrema repulsa às pessoas envolvidas com crimes, notadamente aqueles que envolvem violência.

1.1 O Objeto do estudo

Todas as atenções deste trabalho estão concentradas no modelo do júri brasileiro e na relação promíscua que pode envolver o Direito Penal e a mídia, que sempre foi alvo de preocupação e críticas de boa parte dos que se debruçam sobre o tema.

Quando algum crime grave ganha atenção dos veículos de comunicação em massa, a exploração maciça do caso pode repercutir diretamente no resultado do julgamento, notadamente quando se tem em conta que, no Brasil, os crimes dolosos contra a vida são de competência do Tribunal do Júri, que é composto de cidadãos leigos, recrutados do seio social para julgar seus pares.

1.2 Hipóteses do estudo

Tendo como norte as afirmações supramencionadas, é possível que nos casos de notória repercussão, amplamente explorados pela mídia, as pessoas que preenchem requisitos para desempenhar a função de jurado sejam influenciadas pelas notícias que recebem sobre o caso, ao ponto de comprometer sua imparcialidade. Constatada eventual parcialidade dos potenciais julgadores, a isenção que se espera de um julgamento estará gravemente comprometida e, conseqüentemente, o modelo do júri brasileiro, estruturado sobre uma teia de garantias constitucionais, pode ingressar por uma via reversa, operando-se contra o próprio garantido.

Sobre as percepções apresentadas anteriormente é possível extrair algumas hipóteses, que serão analisadas e testadas no decorrer do trabalho, a saber:

- a) O Tribunal do Júri, na forma em que está concebido no direito brasileiro, é uma garantia individual do acusado?
- b) Por se tratar de uma garantia, pode ou não se operar contra o garantido?
- c) Em casos de grande repercussão e clamor popular, o Tribunal do Júri tende a se tornar hermético no que diz respeito a argumentos defensivos técnicos?
- d) O jurado, pela sua própria condição de leigo, pode ditar suas decisões pela emoção e pela influência das informações externas que recebeu sobre o caso,

deixando-se levar por um perigoso ceticismo subconsciente, capaz de prejudicar um julgamento justo?

- e) Nessas condições, o acusado deve ter a liberdade para escolher ser julgado por um juiz togado?

Através das hipóteses formuladas como ponto de partida, tornar-se-á possível desenvolver o raciocínio acerca dos objetivos gerais e específicos da investigação, sobre os quais se debruçará esta pesquisa científica.

1.3 Justificativa da investigação

A justificativa da pesquisa se afina com a necessidade que se tem de verificar qual é a percepção das pessoas que reúnem condições para desempenhar a função de jurado, quando confrontadas com um caso real, de ampla comoção nacional, alvo de grande exploração dos veículos de comunicação em massa.

Conforme se afirmou, a amostra foi colhida em setores que, segundo a lei (art. 475, § 2º do CPP) são fontes para elaboração da lista geral de jurados. Esse cuidado com a escolha visa reproduzir opiniões que se aproximem o mais próximo possível do que poderia ocorrer em um julgamento real.

Igualmente, a pesquisa busca verificar se a explanação teórica, desenvolvida ao longo do trabalho, se harmoniza com as conclusões do plano prático no que diz respeito análise de indivíduos leigos (jurados em potencial) sobre o mérito de um caso criminal concreto, exposto à sua apreciação crítica.

As hipóteses centrais, lançadas nas primeiras linhas deste trabalho, são inéditas. Não se tem notícia, na literatura jurídica brasileira, de que algum outro trabalho tenha se dedicado a explorar o tema central desta pesquisa, isto é, a constatação de que, ao acusado, deveria ser dado o direito de renunciar ao júri, optando pelo procedimento que se afigure mais receptivo com a prova técnica quando, em casos criminais de ampla exploração midiática, o compromisso do jurado com a imparcialidade puder comprometer a garantia constitucional do júri, fazendo-a ingressar pela via reversa, operando-se contra o próprio garantido.

Esta, pois, a centelha que deflagrou o interesse pela pesquisa, notadamente quando se tem em mente que o Brasil apresenta números alarmantes de criminalidade violenta e que boa parte destes números é representada por crimes dolosos contra a vida.

Dados do Atlas da Violência informam que:

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2016 houve 62.517 homicídios no Brasil. Isso implica dizer que, pela primeira vez na história, o país superou o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes (taxa igual a 30,3) - (Cerqueira *et al*, 2018, p. 27).

Portanto, o julgamento popular é uma forma muito comum de jurisdição penal no Brasil que precisa ser explorada com maior profundidade, dada a magnitude dos bens sujeitos à sua análise: a *vida* da vítima e a *liberdade* do acusado.

Destarte, a finalidade da explanação teórica e do presente estudo empírico é demonstrar a necessidade de se reinaugurar debates mais aprofundados sobre o instituto do júri, a fim de que sejam propostas mudanças palpáveis que garantam efetividade prática à garantia constitucional.

1.4 Objetivos do estudo

O cerne da questão a que se propõe esta investigação consiste em saber se a mídia é capaz de influenciar a decisão dos jurados e, se nesse caso, o acusado, sobre quem pesa a grave imputação de um crime doloso contra a vida, teria o direito de renunciar ao julgamento pelo Júri e escolher ser julgado por um juiz togado quando, no palco da discussão sobre crimes de grande repercussão, a influência de fatores externos puder contaminar a livre apreciação da prova pelos juízes do fato.

Nesse caso, o réu teria em seu favor a garantia mínima de que o julgamento proveniente de um juiz de carreira será baseado na análise pormenorizada e, sobretudo, fundamentada de todo o contexto probatório produzido no processo, na medida em que, no Brasil, as decisões que emanam de juízes togados devem estrita obediência ao princípio da persuasão racional, segundo regra estabelecida na Constituição Federal e Código de Processo Penal.

Sobre o tema, Mendes e Branco (2018, p. 1058) ensinam que:

A fundamentação das decisões – o que, repita-se, inclui a motivação – mais do que uma exigência própria do Estado Democrático de Direito, é um direito fundamental do cidadão. Fundamentação significa não apenas explicitar o fundamento legal/constitucional da decisão. Todas as decisões devem estar justificadas e tal justificação deve ser feita a partir da invocação de razões e oferecimento de argumentos de caráter jurídico. O limite mais importante das decisões judiciais reside precisamente na necessidade da motivação/justificação do que foi dito. Trata-se de uma verdadeira “blindagem” contra argumentos arbitrários.

Nesse panorama fático, se ao réu for dado o direito de escolha entre o princípio da íntima convicção, que dita a decisão dos jurados no júri, e o princípio da persuasão racional, sobre o qual se assentam todas as decisões do Poder Judiciário, a segunda opção parece ser a que mais se coaduna com a lógica de um julgamento técnico, baseado em argumentos jurídicos racionais e, sobretudo, presumidamente imparcial.

Sobre o sistema da íntima convicção na valoração das provas, ensina Lima (2019, p. 637):

De acordo com o sistema da íntima convicção, também conhecido como sistema da certeza moral do juiz ou da livre convicção, o juiz é livre para valorar as provas, inclusive aquelas que não se encontram nos autos, não sendo obrigado a fundamentar seu convencimento. (...) Apesar da regra constante na Constituição Federal, não se pode negar que referido sistema tenha sido adotado em relação às decisões dos jurados no tribunal do júri, as quais não precisam ser motivadas. Isso porque, de acordo com o art. 5º, inciso XXXVIII, da Magna Carta, tem-se como uma das garantias do júri o sigilo das votações. Ou seja, fosse o jurado obrigado a fundamentar sua decisão, seria possível identificar-se o sentido do seu voto.

Em outra ponta, sobre o sistema da persuasão racional, são precisas as observações de Faria (1960, p. 254):

Não é permitido ao juiz fundar a sua convicção na notoriedade do fato, assim conceituado pelo seu próprio conhecimento, desde que tal notoriedade só faz prova quando resultar das circunstâncias emergentes do processo pela forma legal. Seria, realmente, admitir o testemunho do juiz, e ninguém pode, no mesmo processo, figurar como julgador e testemunha. O princípio da liberdade da prova resulta na exclusão de toda a prova. A liberdade de apreciação da prova há de ser, portanto, limitada à análise do que existir nos autos. O julgamento há de, pois, assentar na prova e não na consciência de quem o profere.

Não se pode negar que ao réu, situado entre dois sistemas diametralmente opostos, e tendo contra si a extrema dramatização midiática do fato do qual é acusado, seria razoável permitir que escolha a forma como deve ser julgado, até mesmo porque, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho, a escolha do julgamento pelo júri é comum em alguns sistemas que o adotam, a exemplo do modelo português.

Delineado o objetivo geral, podem se destacar como objetivos específicos da pesquisa, explorar a natureza jurídica da garantia que institui o júri no texto constitucional e, a partir de então, concluir se a garantia, na forma em que está estruturada na Lei Maior, em determinados casos, pode operar-se contra o garantido e se nesses casos o Estado, a quem incumbe não somente a tutela do bem jurídico vida, mas também a proteção da liberdade, deve apresentar mecanismos legais capazes de evitar a injustiça que, eventualmente, poderia advir desse paradoxo jurídico.

Ainda no terreno dos objetivos específicos, a pesquisa busca também saber se os fatores externos já mencionados alhures seriam capazes de tirar do indivíduo, mesmo que parcialmente, a necessária percepção que se exige do julgador no trato com qualquer causa, principalmente naquelas de natureza penal, em que se discute a liberdade humana, que é bem de primeira grandeza.

Lançam-se, portanto, como os dois principais objetivos deste trabalho:

- a) Verificar se, em casos de grande repercussão local ou nacional, explorados de forma tenaz pelos veículos de comunicação em massa, o jurado pode ser contaminado por informações que se espalham de maneira vertiginosa e até que ponto estas informações seriam capazes de formar opinião concreta sobre o fato, ainda no berço da investigação e se, pela cadência da repetição, podem exercer alguma influência no subconsciente da sociedade, de onde provém a fonte do conselho de sentença, representado por membros da sociedade que, futuramente, serão reunidos para apreciar a causa e decidir o destino do acusado.
- b) Saber se o acusado teria o direito de escolha pelo procedimento que se afigurar mais justo e imparcial.

1.5 Relevância do tema

A pesquisa científica que aqui se deflagra, em busca do começo da discussão, desperta inquietação pela magnitude do bem liberdade e da responsabilidade que acomete a cada um dos envolvidos com o julgamento popular, sejam membros da comunidade jurídica ou mesmo os próprios juízes do fato, a quem cabe a árdua e obrigatória tarefa de julgar seus pares.

A inquietude decorre do anseio pela busca constante de respostas por parte de quem não objetiva ser apenas um elemento estático nos contextos social e jurídico que envolvem o processo penal, alheio a temas de reconhecido valor e sem qualquer contribuição científica para seu aperfeiçoamento.

A análise da legislação processual penal vigente servirá de base para as propostas de reformulação do modelo através de uma via complexa, na medida em que não poderá afrontar as vedações claramente dispostas no texto constitucional pétreo.

1.6 Metodologia

Acerca dos procedimentos metodológicos, objetivando o cumprimento da meta de pesquisa estabelecida, e para melhor elucidação do tema, este trabalho científico está dividido em duas grandes partes. A primeira está relacionada à fundamentação teórica do tema e a segunda, por seu turno, tem por base um estudo empírico, baseado em pesquisa de campo.

Na linha estrutural estabelecida, a fundamentação teórica tem por base a pesquisa dogmática jurídica, cujo procedimento é composto de estudo dogmático jurídico, estudo comparado e o estudo bibliográfico, através do método hipotético dedutivo.

A fundamentação teórica tem início com um capítulo destinado às noções introdutórias, entabulado pela análise histórica e epistemológica do instituto do Júri, seguida da comparação com outros modelos na legislação estrangeira, bem como análise de sua competência material e atração dos crimes conexos, encerrando-se com o estudo das situações que excepcionam sua competência por força do denominado foro por prerrogativa de função.

Na sequência, o trabalho dedica-se a um estudo do direito positivado que estabelece o Júri no Brasil, com foco direcionado às garantias previstas no texto constitucional, mormente aquelas relacionadas ao sigilo das votações e à soberania dos veredictos.

A primeira, porque visceralmente jungida ao sistema da íntima convicção que rege a valoração da prova pelo jurado que, apesar de leigo, é, paradoxalmente, o protagonista do julgamento dos crimes de maior relevo no ordenamento jurídico penal brasileiro.

A soberania, por sua vez, merece especial destaque na pesquisa porque está intimamente relacionada com a perigosa probabilidade do erro judiciário, cujo reparo, pela via recursal, não é previsto no ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista que um tribunal formado por juízes togados poderá, no máximo, anular o veredicto popular e determinar que outro julgamento seja realizado quando, ao seu aviso, a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos.

Em seguida, o trabalho segue rumo a uma análise cognitiva do fenômeno da percepção humana sobre a prova e a receptividade do julgador leigo com questões penais e processuais de relevo, dentre as quais se destaca a dúvida razoável, bem como a capacidade de influência dos fatores externos e a possibilidade de contaminação da liberdade de convencimento do jurado por estes fatores.

A perceptível incoerência do procedimento, na forma em que está previsto na legislação, também é objeto de análise, na medida em que o jurado, excetuadas as informações externas que eventualmente recebe sobre o caso, só tem contato com a prova do processo no dia em que recebe a causa para julgar, ao contrário dos demais atores do procedimento que, desde o berço da investigação, manipulam o processo e ainda têm em seu favor a percepção técnica.

Ainda nos limites do enquadramento teórico, e já municionada com a argumentação fornecida pela análise crítica e reflexiva das imperfeições constatadas, a pesquisa tem na alça de mira a própria garantia constitucional, agora na berlinda de uma discussão de nível pragmático que permitirá concluir se ao réu, com o auxílio de sua defesa técnica, pode ser dado o direito de opção pela forma de jurisdição que lhe parecer mais justa e conveniente quando, em determinados casos de amplo espectro midiático, a garantia poderia, de forma paradoxal, operar contra aquele para quem foi concebida.

No plano empírico, uma pesquisa de campo busca respostas aos inquéritos submetidos a membros da sociedade civil, objetivando colher dados concretos da percepção leiga sobre crimes de grande repercussão midiática no país. O questionário foi direcionado a indivíduos que não tiveram qualquer contato com a prova do processo, a fim de que as respostas sejam baseadas exclusivamente em percepções externas.

A busca pelo método empírico se justifica para demonstrar, com números, o reflexo dos resultados na formação das conclusões sobre o tema, na medida em que as amostras foram extraídas de diferentes segmentos sociais, através de critérios previamente estabelecidos, como faixa etária, sexo, grau de instrução e poder aquisitivo dos respondentes.

O instrumento de pesquisa foi acompanhado do termo de consentimento, com rigorosa observância ao critério da imparcialidade do pesquisador e aos padrões éticos estabelecidos pela Universidade Fernando Pessoa, e os resultados, após criteriosa análise, são representados por tabelas e fazem parte da dissertação, a fim de que, juntamente com a bibliografia, possam contribuir na estruturação da conclusão.

1.7 Resultados do trabalho

Finalmente, depois de joeiradas as informações colhidas no plano teórico e empírico, e feita a análise crítica sobre os resultados, a pesquisa atingiu seu ápice e os resultados são convergentes com as hipóteses lançadas no início da pesquisa. Os números colhidos das duas amostras demonstraram que, após analisar um caso de grande comoção e repercussão nacional, amplamente explorado pela mídia brasileira e até mesmo internacional, os entrevistados, baseados somente na notícia que receberam para ler, manifestaram grande tendência à condenação das pessoas acusadas e pouquíssima chance de mudar de opinião sobre suas conclusões, mesmo após ouvir os argumentos dos debatedores durante o julgamento no plenário do júri.

A conclusão do trabalho convida o leitor a uma crítica reflexiva sobre o julgamento pelo Tribunal do Júri, suas nuances, qualidades e vicissitudes, com uma sugestão de reformulação do sistema, capaz de permitir a efetividade da garantia constitucional ao indivíduo sobre o qual pesa a gravíssima imputação de ofensa ao bem jurídico vida.

2 O JÚRI

Este capítulo se dedica à introdução teórica do tema de enfoque da pesquisa que aqui se deflagra. Como tudo que se propõe a estudar exige um conceito, a origem etimológica da expressão, nesse pequeno cerco introdutório, vem em boa hora.

2.1 Conceitos

Júri, segundo Ventura (1990, p.1) é a tradução do inglês *Jury*, que por sua vez, deriva do latim *Jurare*, isto é, juramento. No Brasil, a expressão é utilizada com frequência para definir um conjunto de pessoas que se reúne para julgar apresentações onde haja disputa por premiações, como por exemplo, apresentações musicais, teatrais, desfiles de moda, concursos de beleza, exposições de animais, etc. O exemplo brasileiro de maior relevo ocorre anualmente, por ocasião do carnaval, onde um júri, composto por pessoas conhecedoras da arte carnavalesca, se reúne para julgar as apresentações das escolas de samba que desfilam na avenida, numa disputa acirrada pelo primeiro lugar.

Nos exemplos citados, o método é quase sempre semelhante, isto é, a comissão organizadora do evento se encarrega da escolha dos jurados, indivíduos que detêm o conhecimento da matéria e que se comprometem a desempenhar com imparcialidade seu encargo, julgando os concorrentes conforme suas percepções.

2.2 Tribunal do Júri

A expressão *Tribunal do Júri*, por sua vez, refere-se ao órgão do Poder Judiciário brasileiro encarregado do julgamento de condutas criminosas segundo um critério democrático que permite à sociedade decidir o destino de seus pares, quando acusados da prática de algum delito sujeito à sua competência.

No Brasil, o Tribunal do Júri é composto por um juiz togado, que é seu Presidente, e por vinte e cinco jurados, cidadãos leigos, selecionados do seio social através de critérios objetivos e subjetivos, isto é, idade mínima e idoneidade moral, que integram uma lista geral, cujo número varia conforme a população da comarca.

O encargo é obrigatório e a estes cidadãos é entregue a duríssima responsabilidade de julgar a acusação que pesa contra seus semelhantes pelas condutas que ofendem de forma dolosa a vida, que é justamente o mais caro dos bens jurídicos tutelados pelo Direito.

Calha citar a explicação de Ventura (1990, p. 1) que define com precisão o Tribunal do Júri:

O Tribunal do Júri, cuja palavra *Jury* deriva da língua inglesa, com origem etimológica no latim – *Jurare*, juramento que outrora se fazia, é conhecido, entre nós, como um tribunal denominado popular, composto por um Juiz de Direito que o preside, sem direito de voto, sete jurados que integram o Conselho de Sentença, sorteados entre 25, podendo ser leigos em Direito, tanto que denominados Juízes de Fato, com competência restrita para julgar os crimes dolosos contra a vida (homicídio – art. 121; induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – art. 122; infanticídio – art. 123 e aborto – arts. 124, 126 e 127), bem como qualquer delito a eles conexo.

2.3 Base principiológica e origem histórica do Tribunal do Júri

O costume de entregar à própria sociedade o julgamento criminal de seus pares remete a um passado distante. A origem histórica do tribunal do júri, entretanto, não é objeto de consenso na doutrina.

A esse respeito, observa Whitaker Filho (1923, p. 13):

O jury, em sua simplicidade primitiva, remonta às primeiras épocas da humanidade. Qualquer que fosse a duvida levantada nas tribus errantes, sem leis positivas e autoridades permanentes, a decisão era proferida pelos pares dos contendores. Constituída a sociedade, mais tarde, e estabelecida a divisão de poderes, na qual se incluía a faculdade de aplicar leis e administrar a justiça por magistrados especiaes, o jury ficou com suas attribuições limitadas.

A Grécia antiga, segundo alguns, apresentou modelo semelhante quando instituiu a chamada Heliéia, um tribunal popular da democracia ateniense (Araújo e Almeida, 1996) que, inclusive, julgou Sócrates e o condenou à morte, como observa Streck (2001, p. 75):

[...] os antigos gregos tiveram a sabedoria de criar o princípio da Justiça Popular que floresceu e se consolidou nos sistemas legais através das gerações. A título de ilustração, é oportuno lembrar que a Heliéia, de 2501 a 201, foi o Tribunal Popular da Grécia Antiga que inspirou a fórmula inglesa do Tribunal do Júri, introduzido na *Common Law* a partir

de 1066 pelo rei Guilherme, o conquistador normando. Durante a Heliéia, Demóstenes se consagrou como Tribuno, merecendo destaque também a Apologia de Sócrates feita por Platão, que se revoltou contra a condenação do seu Mestre Sócrates pela Heliéia.

Em que pese o dissenso sobre a origem do júri, vários doutrinadores apontam a Europa como seu berço. O marco histórico mais citado, todavia, reporta à Inglaterra, em 1215, com o 4.º Concílio de Latrão, que “aboliu as ordálias e os juízos de Deus” (Marques, 1997, p. 20), contrapondo-se ao arbítrio de julgamentos individuais. É certo que, a partir da Inglaterra, o júri se disseminou pela Europa, se afigurou também nas colônias inglesas na América do Norte. A adoção desta forma democrática de julgamento representou, sem dúvida, um marco determinante de contraponto ao regime absolutista.

Sobre a origem do Tribunal do Júri, Nucci (2008, p. 41) sustenta que:

[...] na Magna Carta, da Inglaterra, de 1215. Sabe-se, por certo, que o mundo já conhecia o júri antes disso. Na Palestina, havia o Tribunal dos Vinte e Três nas vilas em que a população fosse superior a 120 famílias. Tais Cortes conheciam a julgavam processos criminais relacionados a crimes puníveis com a pena de morte. Os membros eram escolhidos dentre os padres, levitas e principais chefes de famílias de Israel.

2.4 O Tribunal do Júri nas Constituições Brasileiras

Compreender a evolução histórica do júri no Brasil demanda uma análise, ainda que perfunctória, de todos os ordenamentos constitucionais que vigoraram desde o império. A brevidade visa evitar que o assunto se torne enfadonho.

Quando o príncipe regente Dom Pedro inseriu o júri na legislação brasileira através de um decreto de 18 de junho de 1822, Portugal ainda não utilizava esta forma democrática de julgamento, tendo em vista que o primeiro ordenamento português a contemplá-lo surgiu em 1824, contrariando a perceptível tendência histórica que tinham as províncias de seguir a legislação de seus colonizadores.

Desde que foi instituído no ordenamento brasileiro, o tribunal do júri passou por modificações importantes, porém, manteve-se presente em quase todas as constituições brasileiras desde o império, até atingir seu apogeu de garantias com a promulgação da Carta Política de 5 de outubro de 1988.

A Constituição do Império, outorgada em 25 de março de 1824, reconheceu o júri no capítulo relativo ao Poder Judicial, estabelecendo sua competência para julgar tanto ações cíveis quanto criminais, reservando aos jurados, todavia, a competência para apreciação do fato e aos juízes togados, a tarefa de aplicar a lei.

A primeira constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, de caráter tipicamente liberal e arquitetada sobre as ideias iluministas da Revolução Francesa, soergueu um vasto rol de garantias em seu art. 72 e, dentre elas, inseriu o júri, limitando-se, porém, a afirmar sua existência com uma expressão sucinta: “é mantida a instituição do júri”.

A constituição de 1934, promulgada em 16 de julho daquele ano, manteve a instituição do júri, porém, o retirou do rol das garantias e novamente o inseriu no capítulo que tratava do Poder Judiciário, reservando à legislação ordinária a sua organização.

Em 10 de novembro de 1937, sob a vigência ditatorial do Estado Novo, outra constituição é outorgada, desta feita, ecoando as ideias do fascismo internacional que, à época, estava em franca ascensão. Alcinhada de “constituição polaca”, repercutia nitidamente as ideias do ordenamento constitucional polonês e atribuía amplos poderes ao Presidente da República, dentre eles, a franquia para legislar através de decretos-leis.

Não tardou para que o Presidente editasse, então, o Decreto-Lei n.º 167, de 5 de janeiro de 1938, que, no dizer de Marques (1997, p. 24) foi um “duro golpe” na instituição do júri, na medida em que extinguiu sua soberania, permitindo que o Tribunal, em grau de apelação, modificasse o conteúdo meritório dos veredictos.

É o que previa expressamente o art. 97 do mencionado decreto-lei, cujo teor, pela sua magnitude, deve ser transcrito na íntegra:

Art. 96. Si, apreciando livremente as provas produzidas, quer no sumário de culpa, quer no plenário de julgamento, o Tribunal de Apelação se convencer de que a decisão do juri nenhum apêio encontra nos autos, dará provimento à apelação, para aplicar a pena justa, ou absolver o réu, conforme o caso. (*sic*)

O curto período em que o júri permaneceu órfão de sua soberania, foi marcado pelo célebre caso que envolveu Joaquim Naves Rosa e Sebastião José Naves, os “Irmãos Naves”, ocorrido em Araguari, no final da década de 30, quando eles foram acusados pelo

suposto desaparecimento e morte do primo Benedito, com quem mantinham uma sociedade no comércio e transporte de cereais.

A despeito da completa ausência de materialidade, foram seviciados por métodos medievais de tortura até confessarem o imaginário latrocínio. Submetidos a julgamento, foram duas vezes absolvidos pelo Tribunal do Júri daquela comarca quando então, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, dando provimento a uma segunda apelação do Ministério Público, reformou o veredicto e os condenou a vinte e cinco anos e seis meses de reclusão, tendo por base a eloquência da decisão de pronúncia proferida pelo juiz sumariante, que os remetera ao julgamento popular.

Cumpriram longa pena até que, anos mais tarde, quando um dos réus já havia falecido, a pretensa “vítima” apareceu viva na cidade e toda a farsa foi desfeita. A sociedade de Araguari nada deve aos irmãos injustiçados, porquanto os absolveu das imputações, tendo em vista a absoluta ausência de materialidade. O Poder Judiciário Mineiro, baseado nas disposições do mencionado Decreto-Lei 167/1938, reformou o veredicto absolutório e os lançou no cárcere por anos a fio, o que ficou mundialmente conhecido como o maior erro judiciário da história do Brasil.

Surge, então, a Constituição de 1946. Vista por muitos como bastante avançada para seu tempo, a nova Carta devolveu ao júri sua soberania e representou, por esse e por outros motivos, um grande avanço da democracia e das liberdades individuais. No dizer de Bulos (2011, p. 486) “desempenhou o importante papel de restaurar, dentro dos limites do possível, o regime democrático”. Entretanto, as tendências populares para um regime democrático de viés social, observado no texto constitucional de 1946, foram fortemente abaladas pelo regime ditatorial implantado em 1964 sem nenhuma legitimidade, na medida em que impunha, a seu próprio aviso, um sistema desvinculado de qualquer parâmetro democrático.

Naquele panorama sombrio, hermético a qualquer aceno democrático, surge a Constituição de 1967, fruto de exíguos quarenta e dois dias de deliberações do Congresso Nacional que, convocado exclusiva e extraordinariamente para esse fim e sem a faculdade de substituir o projeto que recebera do Executivo, desempenhou sua função constituinte sob pressão do Governo e sem quaisquer garantias.

Destacam-se, naquele novo texto constitucional, dentre outras medidas, a exacerbação do presidencialismo através de Decretos, legislação de urgência e leis delegadas, a suspensão das garantias da magistratura, mediante atos institucionais e a competência da Justiça Militar para julgamento de civis por crimes contra a segurança nacional e instituições militares.

A propósito, na vigência desta ordem constitucional, foi publicado o Ato Institucional n.º 5, que no dizer de Ramos (2018) no artigo intitulado “Ato Institucional n.º 5 e seu significado histórico”, publicado no Jornal da Universidade de São Paulo (USP), “foi o mais agressivo e autoritário ato normativo de toda a sequência de atos institucionais produzidos pelo regime militar”.

Dentre outras medidas, o Ato Institucional n.º 5 autorizava o presidente da República a decretar, por ato complementar, o recesso do parlamento nacional, estadual e municipal, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo chefe do Executivo. Na vigência do recesso, o Presidente ficava autorizado a legislar em todas as matérias e exercer atribuições atípicas, bem como suspender direitos políticos de qualquer cidadão, cassar mandatos eletivos nos níveis federal, estadual e municipal.

O aludido ato institucional teve a ousadia de suspender até mesmo a garantia do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, crimes contra a segurança nacional, contra ordem econômica e social e contra a economia popular que, naquele cenário, constituía um valioso instrumento de tutela da liberdade de locomoção de pessoas presas ou perseguidas pelo regime. No arremate, o texto excluía de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o ato institucional e seus atos complementares, bem como os respectivos efeitos (art. 11).

Em suma, na história republicana do Brasil, o Ato Institucional n.º 5 foi, seguramente, o conjunto de medidas que entregou a um chefe de Estado o maior número de poderes discricionários.

Paralelamente ao golpe de 1964, despontam inúmeros movimentos pelo resgate da democracia no país, caracterizados por perseguições, tortura, exílio, desaparecimento e morte de várias pessoas que se opunham à opressão do regime.

A sequência de vários atos institucionais desfigurou o texto constitucional de 1967 e motivou a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, outorgada por uma junta militar que assumiu o poder em razão da doença do Presidente Costa e Silva. A Emenda, que para muitos é vista como uma verdadeira constituição autônoma, teve como uma de suas características mais marcantes a eliminação das imunidades parlamentares materiais e processuais.

A denominada “Constituição Cidadã” surgiu num momento histórico em que o Estado brasileiro, mergulhado numa profunda crise herdada das últimas duas décadas, se libertava da ditadura militar instaurada com o golpe 31 de março de 1964 e que guiou os rumos do país por exatos vinte anos, ou seja, até 1984.

Seu processo de elaboração teve início com a Emenda Constitucional 26, de 27 de novembro de 1985, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte e culminou, em 5 de outubro de 1988, com a promulgação daquela que, no dizer de alguns constitucionalistas, é “uma das constituições mais prolixas do mundo, a exemplo da Carta da Iugoslávia de 1974, com 406 artigos.” Bulos (2011, p. 411)

2.5 Jurado puro e escabinado

A participação popular é o pilar do tribunal do júri e essa espécie de julgamento está presente em várias civilizações democraticamente maduras. Notam-se diferenças nos contornos do procedimento e na competência material, porém, em sua essência, o instituto é o mesmo e se baseia na participação popular e no exercício democrático da jurisdição.

O júri brasileiro é órgão heterogêneo, pois composto de um juiz togado e de juízes leigos, competindo a estes a decisão sobre o mérito da ação penal sujeita a sua apreciação e ao juiz profissional cabe a presidência das sessões de julgamento e a prolação da sentença, nos moldes do veredicto popular. O Brasil segue o modelo denominado *jurado puro*, em que a decisão de mérito se concentra nas mãos do jurado leigo, diferentemente do que ocorre com o *escabinado*, outro modelo heterogêneo observado em alguns países europeus, a exemplo de Portugal, em que o julgamento envolve juízes profissionais e leigos, porém, diferentemente do que ocorre no modelo do *jurado puro*, os juízes profissionais participam do julgamento do mérito.

Em ambos há recrutamento, sorteio de jurados e divisão de atribuições, porém, o traço diferenciador mais marcante entre o júri e o *escabinado* é que no primeiro só aos jurados cabe decidir sobre a existência do crime e sua autoria, enquanto no último, estas questões também estão sujeitas à apreciação dos juízes profissionais.

Acerca da comparação entre os dois modelos, ensina Marques (1997, p. 33):

No escabinado, há como no Júri, o recrutamento popular, o sorteio e até a divisão do julgamento. Mas enquanto naquele a responsabilidade do réu é examinada e decidida, em conjunto, pelos juízes leigos e juízes profissionais, no último só o elemento popular decide sobre a existência e autoria do crime.

Ainda, no plano da comparação entre os modelos, observa Jólluskin (2009, p. 119):

É conveniente ter em consideração que existem fundamentalmente dois tipos de Júri: o Júri Puro e o Júri Escabinado. O modelo puro, ou anglo-saxónico, caracteriza-se por ser composto por cidadãos leigos, isto é, não conhecedores de questões de Direito, muito embora possuam outro tipo de conhecimentos e experiências, aportando o seu ponto de vista para a valorização do caso a tratar. Posteriormente o presidente do tribunal (um magistrado) decidirá a forma na qual será aplicado o Direito. Por outras palavras, decide a sentença a aplicar. Este é o tipo de tribunal do júri que é aplicado na Grã-Bretanha e na Espanha.

Pela sua parte, o modelo escabinado baseia-se na presença de juízes e cidadão para decidir conjuntamente tanto sobre o veredicto como sobre a sentença. Assim, o tribunal do júri em Portugal é de tipo escabinado, à semelhança de outros países europeus, como a França ou a Alemanha.

2.6 Garantias constitucionais do Júri no Brasil

A instituição do júri está inserida no capítulo I do título II, que estabelece os direitos e garantias fundamentais. O referido capítulo é composto apenas do art. 5.º, que, por sua vez, se desdobra em 78 incisos e quatro parágrafos, estampando um dos maiores elencos de direitos e garantias de que se tem notícia. No trigésimo oitavo inciso está a previsão que reconhece o júri e enumera suas quatro garantias:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXVIII - É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Como se observa, a Constituição Federal não apenas reconhece a instituição do Júri, como também atribui à lei ordinária a competência para tratar de sua organização. É a chamada reserva legal qualificada, como pontuam (Mendes e Branco, 2018, p. 514):

Com inequívoca garantia de perfil institucional, o júri terá a **organização que a lei lhe der** (art. 5º, XXXVIII, *caput*), devendo assegurar a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos no julgamento dos crimes dolosos contra a vida (alíneas *a-d*).

Imperiosa, pois, a conformação legislativa, na espécie, e inequívoca a reserva legal qualificada constante da referida norma constitucional.

Em seguida, o texto constitucional usa a expressão “assegurados”, ao referir-se aos quatro princípios que em seguida enumera. É necessário analisá-los, tendo em vista que o problema que se propõe a solucionar se insere justamente no contexto das garantias enumeradas no texto da lei maior.

2.6.1 Plenitude da defesa

Quando se trata com o tema relacionado com a garantia de defesa dos acusados e litigantes de uma maneira geral, observa-se que a expressão *ampla defesa* é a mais utilizada. Entretanto, a Constituição Federal de 1988, quando enumerou as garantias do júri, trouxe em seu texto a expressão *plenitude de defesa*. Uma análise desatenta leva o intérprete a

acreditar que as expressões são sinônimas. Todavia, ao inseri-la exatamente no espaço reservado ao tribunal do júri, o legislador constituinte não o fez por acaso.

O conceito de *defesa plena* é mais abrangente do que *ampla defesa*. Esta se restringe à exploração da defesa técnica, com todos os meios e recursos a ela inerentes, isto é, nos limites de uma argumentação jurídica, a defesa do acusado pode, e deve, perseguir o melhor para seu constituinte, explorando, por exemplo, argumentação direcionada à tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade, causas de diminuição de pena, atenuantes, etc.

No júri, onde vigora a garantia da *plenitude de defesa*, é permitido ao defensor do acusado buscar argumentos para além dos limites de uma defesa exclusivamente jurídica, podendo invocar, por exemplo, razões de ordem religiosa, estatística, política, pedir clemência, etc.

Sobre o tema, ensina Lima (2019, p. 1373):

O advogado de defesa não precisa se restringir a uma atuação exclusivamente técnica, ou seja, é perfeitamente possível que o defensor também utilize argumentação extrajurídica, valendo-se de razões de ordem social, emocional, de política criminal, etc. Incumbe ao juiz-presidente fiscalizar a plenitude dessa defesa técnica, já que, por força do art. 497, V, do CPP, é possível que o acusado seja considerado indefeso, com a consequente dissolução do conselho de sentença e a designação de nova data para julgamento.

A lição do renomado autor se amolda com perfeição a um caso que recentemente teve ampla repercussão no Brasil, na Comarca de Campo Grande/MS, quando um defensor público levou um violão para o júri como forma de convencer o conselho de sentença sobre sua tese defensiva. Rodrigo Stochiero, que atua no Tribunal do Júri daquela capital, usou o instrumento e cantou “Hey Joe”, versão que a Banda “O Rappa” criou para uma música de Billy Roberts².

O vídeo teve ampla repercussão nas redes sociais e o defensor, ao comentar sua estratégia, propôs “uma reflexão sobre o ciclo da violência e os efeitos deste fenômeno no juízo exercido sobre os atores envolvidos neste drama humano³.”

Argumentos dessa natureza, se apresentados a um juiz togado, seguramente, não teriam nenhum êxito, tendo em vista que as decisões de juízes togados se baseiam na análise

² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=393ItcYIIDU>. [Consultado em 17/5/2019].

³ Disponível em <https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/58577-defensor-publico-usa-musica-hey-joe-durante-juri-popular-e-propoe-reflexao-sobre-violencia.html>. [Consultado em 17/5/2019].

técnica da prova produzida no processo. Todavia, no tribunal do júri, as decisões não estão vinculadas a nenhum critério jurídico e são capazes de conduzir o julgador leigo a contextualizar os fatos discutidos e tomar sua decisão da forma que julgar mais acertada.

2.6.2 Sigilo das votações

No júri brasileiro, o jurado decide através de um *voto secreto*, depositando numa urna o resultado de sua decisão através de cédulas que recebe, uma contendo a palavra *sim* outra, a palavra *não*. Durante o julgamento, os jurados não poderão se comunicar entre si ou com qualquer pessoa, sob pena de exclusão do conselho e multa, fixada pelo juiz (art. 486 do CPP).

Os votos são constituídos de respostas individuais a um questionário previamente elaborado pelo juiz, sujeito à aprovação da acusação e da defesa. Cada questionamento é denominado quesito e estes quesitos dizem respeito à materialidade, autoria, desclassificação para delito sujeito a outra competência, absolvição genérica, qualificadoras, etc. (art. 483 do CPP).

Exemplos de quesitos do modelo brasileiro.

Materialidade.

No dia 21 de setembro de 2016, por volta das 21h, no estabelecimento comercial denominado ‘Bar do João’, a vítima Antônio Maria recebeu golpes de instrumento perfuro cortante (faca) que lhe causaram as lesões descritas no exame cadavérico de f. 123/126 e foram a causa eficiente da sua morte?

☐ sim ☐ não

Autoria.

O acusado José Silva foi o autor destes golpes?

☐ sim ☐ não

Absolvição.

O jurado absolve o acusado José Silva?

☐ sim ☐ não

As decisões do Júri são tomadas por maioria e, para preservar o sigilo da votação, ao ser atingido o 4.º voto *sim* ou *não*, o juiz deve encerrar a apuração e passar ao próximo questionamento, se for o caso (art. 483, § 1º do CPP).

A Lei n.º 11.689, de 9 de junho de 2008, inseriu modificações importantes no procedimento relativo ao julgamento pelo tribunal do júri. Dentre elas, o dispositivo que reafirmou a garantia do sigilo das votações, tendo em vista que o procedimento anterior permitia o escrutínio total dos votos, de tal sorte que, nos casos de votação unânime, o sigilo não era preservado, contrariando a disposição expressa do texto constitucional, que assegura o sigilo das votações.

A inovação legislativa veio em boa hora, considerando-se que o jurado é diretamente responsável pelo destino do acusado e, muitas vezes, lida com questões graves e pessoas de má índole, de tal sorte que, em veredictos condenatórios unânimes, poderia ser alvo de retaliações e correr riscos.

2.6.3 Soberania dos veredictos

As decisões do Júri são soberanas, isto é, o seu mérito não pode ser modificado por Tribunais constituídos por juízes togados. Isto significa que, em um recurso de apelação contra decisões do Júri, o Tribunal, ao dar provimento ao apelo, se restringe a anular o julgamento, determinando a realização de outro. Somente os erros atribuídos ao magistrado podem ser corrigidos, a exemplo das imperfeições na dosimetria penal ou quando as decisões do juiz contrariam a lei expressa ou a decisão dos jurados (art. 593, inciso III, *a, b c e d* do CPP).

Em outras palavras, é dizer que, à luz do ordenamento constitucional vigente, um tribunal formado por juízes togados não poderá, sob nenhum pretexto, modificar o veredicto do júri no que diz respeito ao mérito, para condenar um acusado absolvido ou absolver um condenado pelo tribunal do júri.

O veredicto popular só pode ser desconstituído pela via da revisão (art. 621 a 631 do CPP), ação autônoma de impugnação que tramita diretamente no Tribunal que exercer jurisdição sobre o júri que julgou o acusado. Só pode ser requerida em benefício do condenado, pois a legislação brasileira não contempla a revisão *pro societate*. Numa primeira análise, o instituto da revisão parece não se afinar com a previsão constitucional da soberania dos veredictos. Entretanto, prevalece na doutrina a sua admissão como única forma de se desconstituir o veredicto popular transitado em julgado.

Sobre a revisão das decisões do júri, ensina Badaró (2017, p. 375):

Em linhas gerais, o principal fundamento desta corrente doutrinária é que a soberania dos veredictos não é violada quando o Tribunal de Justiça dá provimento a uma revisão criminal para alterar uma decisão do júri e absolver quem foi condenado pelos jurados, uma vez que, tanto a revisão criminal (que é garantia constitucional implícita) quanto a soberania dos veredictos são garantias da liberdade, que deverá prevalecer sempre. Em outras palavras, diante de uma condenação transitada em julgado, proferida por um júri soberano, admite-se que o Tribunal de Justiça possa exercer o *judicium rescidens*, cassando a coisa julgada, e também o *judicium rescisorium*, substituindo a condenação por absolvição. Tal posição parte da premissa de que a soberania dos veredictos é uma garantia do acusado, que não pode ser usada em seu desfavor, impedindo a revisão criminal.

As hipóteses de revisão estão enumeradas taxativamente no art. 621 do Código de Processo Penal, destacando-se, dentre elas, as sentenças que contrariam a evidência dos autos, as que se baseiam em exames ou documentos comprovadamente falsos e a descoberta de novas provas de inocência do condenado.

2.6.4 Competência material – julgamento dos crimes dolosos contra a vida

No Brasil, o Tribunal do Júri é competente para julgar os crimes de homicídio, infanticídio, participação em suicídio e aborto, consumados ou tentados. Via de regra, esta competência também atrai o julgamento dos crimes conexos, mesmo que não sejam eles de sua competência, como ocorre, por exemplo, com o crime de ocultação de cadáver, quando praticado em conexão com o crime de homicídio.

A opção pelo julgamento dos crimes que ofendem dolosamente a vida humana não é obra do acaso. A natureza desses crimes e suas peculiaridades, segundo a doutrina, é que justifica o colorido especial de seu procedimento.

Neste sentido, Eluf (2007, p. 121), ensina que:

A instituição do Júri tem como objetivo fazer com que os autores desses crimes sejam julgados por seus pares, isto é, por membros da comunidade, e não por juízes de carreira como é a regra. Trata-se de uma exceção aberta pela lei para os casos em que uma pessoa tira a vida de outra - entende-se que, por serem crimes extremamente graves e, por vezes, resultantes de situações peculiares, devem ter tratamento especial.

Em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo⁴ em 2 de setembro de 1996, o advogado criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, defensor de Guilherme de Pádua, acusado de matar a atriz Daniella Perez, declarou:

O homicídio é um crime de ímpeto. Ele, muitas vezes, é praticado no calor de uma específica situação de vida, por isso, é importante que todas as circunstâncias que o rodeiam sejam levadas a julgamento, para que se avalie a conduta do homicida naquelas circunstâncias. E ninguém melhor do que seus pares, isto é, as mulheres e os homens do cotidiano.

A natureza dos delitos entregues ao julgamento popular, no entanto, já sofreu alterações. Na Constituição do Império, por exemplo, o júri julgava crimes de imprensa. Nas constituições seguintes, assumiu outros contornos e passou a julgar os crimes dolosos contra a vida.

Segundo D'Angelo *et al* (2015, p. 119):

Houve época, aqui no Brasil, que o Tribunal do Júri julgava tão somente crimes de imprensa, mas com o passar dos anos a humanidade, através de seus representantes, ainda que não desejados, como fora o caso do Brasil-Império e do Brasil-Ditadura, entenderam por bem atribuir ao Tribunal do Júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.

O tribunal do júri não cuida somente do julgamento de homicídios passionais, como a percepção leiga pode imaginar. O critério estabelecido na lei é a ocisão dolosa da vida humana e aí se incluem as mais variadas formas desta conduta multifacetária que destrói de forma intencional o bem jurídico vida, alvo da maior tutela do direito.

Há, entretanto, critérios de competência que subtraem do júri a apreciação dos crimes dolosos contra a vida, a exemplo do que ocorre no caso em que o indivíduo detém o chamado foro por prerrogativa de função. Este, pois um dos alvos da crítica que se pretende estruturar e que servirá como uma das bases de sustentação do argumento que defende o direito de escolha do acusado pelo procedimento que lhe parecer mais justo, porém, será tratado com maior profundidade mais adiante.

⁴ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/02/brasil/3.html>. [Consultado em 17/07/2019]

2.7 O júri entre as garantias fundamentais

Tendo em conta que um dos limites objetivos desta investigação é demonstrar que a garantia do julgamento pelo tribunal do júri, enquanto situada na lista das garantias individuais do texto constitucional, não pode, no plano prático, ingressar por uma via reversa capaz de prejudicar o próprio garantido, impõe-se uma detida análise sobre natureza jurídica deste instituto e seus aspectos no âmbito social, penal e processual.

A primeira demanda que se impõe é a análise da cláusula constitucional que institui um cenário de garantias extremamente detalhado que, no dizer de Bulos (2011, p. 411) representa “uma das constituições mais prolixas do mundo.”

Não seria exagero dizer que o texto constitucional é fastidioso até mesmo no trato com direitos e garantias, cuja extensão, pela magnitude dos bens que se propõe a tutelar, estaria imune a críticas, numa primeira análise. Entretanto, observa-se que o legislador constituinte inseriu na lista até mesmo temas de maior especificidade, que envolvem técnica processual e deveriam ser tratados em legislação ordinária, a exemplo da competência do tribunal do júri.

A Constituição vigente, quando enumerou garantias, albergou temas que, apesar de relevantes, são muito específicos para serem tratados no texto sintético de uma cláusula constitucional. Isto impõe a necessidade de se verificar os limites do alcance desta cláusula e até que ponto eventuais vedações constitucionais não estariam impondo entraves à legislação ordinária sobre o tema, notadamente com vistas à efetividade da garantia, afastando-a para além de sua finalidade precípua, para lançá-la num perigoso recanto de garantias inócuas ou, o que é ainda pior, inversamente lesivas ao acusado, que é justamente o seu objeto de proteção.

Ao se aprofundar no trato com a matéria, a Constituição Federal a subtraiu da legislação ordinária, onde naturalmente deveria estar, não somente pela já mencionada especificidade do tema, mas também porque a própria Constituição estabelece, no art. 22, inciso I, a competência privativa da União para legislar sobre direito processual. Isto tem reflexo importante no direito, porque a constituição, por definição, não tem o intuito de esgotar a regulamentação da matéria, mas somente se propõe a estabelecer direitos fundamentais e intenções que serão regulamentadas por leis infraconstitucionais. Assim,

certamente, é inviável, para dizer o mínimo, como também foge à sistemática do ordenamento jurídico, que a *lex mater* regulamente as nuances várias acerca da competência do júri.

Isto é, as dificuldades que existem hoje no âmbito pragmático do tribunal do júri, notadamente aquelas de aspecto sociopolítico, não podem ser questionadas juridicamente de maneira concreta, porque o Código de Processo Penal não regulamenta a matéria no tocante à competência, tendo em vista que a Constituição já o fez.

Partindo-se disso, ocorre a execrável situação do tribunal do júri funcionar, não raro, como um tribunal contra o réu, o que se procurará demonstrar ao longo da pesquisa empírica, porque as pessoas se basearão no senso comum social e não nas asseverações dogmáticas do direito penal e processual penal, o que permite concluir que um dos entraves ao desenvolvimento do instituto é o fator legislativo que o envolve, eminentemente acerca da competência estar insculpida em cláusula pétrea na constituição.

Construído esse raciocínio e tendo como ponto de partida a premissa de que o legislador constituinte se aprofundou em temas mais específicos do instituto, impõe-se uma análise da garantia expressa na constituição, a fim de se concluir se ela se destina exclusivamente ao indivíduo acusado de um crime doloso contra a vida ou se também se destina a todo e qualquer cidadão, como direito de participação democrática na administração da justiça.

A reflexão parte da própria estrutura topográfica do texto constitucional, que inseriu o júri no capítulo I, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos e pertencente ao Título II, que prevê os direitos e garantias fundamentais.

2.7.1 O direito e sua garantia de efetividade

A relação entre o indivíduo e o Estado pressupõe, inexoravelmente, uma relação humana, considerando-se que o Estado, enquanto ente abstrato, só se manifesta através dos seres humanos que o representam. Neste sentido, tendo como certa a ideia de que em toda relação humana os conflitos são inevitáveis, impõe-se a necessidade de proteção desta relação especialmente voltada ao indivíduo, enquanto administrado (e em presumida desvantagem de forças), contra eventuais arbitrariedades do Estado e de suas autoridades. Neste sentido, não somente a positivação dos direitos, como também das garantias que os

tornam exequíveis, é instrumento fundamental para proteção contra os excessos, até porque pouco ou talvez nenhum resultado prático teria a norma que se limitasse a prever direitos sem prever mecanismos capazes de dar a estes direitos a necessária efetividade.

Direitos e garantias, embora tratados no mesmo capítulo do texto constitucional, são conceitos distintos. Aqueles possuem conteúdo declaratório e estas, por sua vez, são de cunho assecuratório, destinadas a dar efetividade àqueles, abstraindo-os de um plano puramente teórico, a fim de garantir-lhes aplicabilidade. Ao que parece, na estruturação do texto constitucional, o legislador constituinte não se preocupou excessivamente com a diferenciação destas categorias, mesmo porque eventual confusão teria pouca importância prática, na medida em que “nossa ordem constitucional confere tratamento unívoco aos direitos e garantias fundamentais”, conforme observam Mendes e Branco (2019, p. 170).

Sobre as garantias fundamentais, lecionam os mesmos autores citados acima:

As garantias fundamentais asseguram ao indivíduo a possibilidade de exigir dos Poderes Públicos o respeito ao direito que instrumentalizam. Vários direitos previstos nos incisos do art. 5º da Constituição se ajustam a esse conceito. Vejam-se, por exemplo, as normas ali consignadas de direito processual penal.

Com os olhos fixos na finalidade para a qual foi concebida, é de se concluir que a garantia do júri, objeto central desta investigação, não pode ser analisada num contexto isolado e sim em consonância com toda a estrutura de garantias expressas no Texto Maior, com especial destaque àquelas decorrentes do *princípio da inafastabilidade da jurisdição*, que reafirma a indispensabilidade do Poder Judiciário para a solução dos conflitos, destacando-se, entre elas, as garantias da *imparcialidade*, do *juiz natural*, do *contraditório*, da *ampla defesa* e, em especial à garantia do *devido processo legal*, cuja origem reporta à constituição inglesa.

A garantia do devido processo legal não deve ser limitada à previsão de um procedimento. Disto a legislação ordinária já se desincumbe, nos limites do que estabelece a Constituição, quando outorga à União a competência privativa para legislar sobre direito processual. A garantia deve ser compreendida enquanto estrutura positiva, capaz de assegurar o alcance de mecanismos que propiciem uma prestação jurisdicional concreta, rápida e, sobretudo, justa. O que estiver aquém desta expectativa mínima desvirtua a natureza da garantia, relegando-a ao nível da insuficiência.

2.7.2 Garantia puramente individual ou também social?

A compreensão acerca da natureza jurídica da garantia do júri é fundamental para uma conclusão razoável sobre uma possível flexibilização de sua competência, principalmente quando se tem em conta a rigidez da cláusula constitucional que a estabelece.

Boa parte da doutrina brasileira entende que a garantia tem natureza jurídica dúplice, na medida em que assegura ao indivíduo, acusado de crime doloso contra a vida, o direito de ser julgado pelos seus pares e, ao mesmo tempo, garante à sociedade o direito de participação democrática no julgamento de crimes dessa natureza.

Neste sentido, ensina Campos (2010, p. 4):

Deve-se entender que o Tribunal do Júri traduz, na expressão de José Afonso da Silva, a garantia, ou o direito-instrumental, destinada a tutelar um direito principal, que é o da liberdade, e também o direito coletivo, social, da própria comunidade, de julgar seus infratores. Um direito não é superior ao outro. Equivalem-se em importância. Não se pode analisar o Júri como exclusivamente um direito ou garantia individual, descurando-se do interesse social, sob pena de regredir-se ao mais retrógrado individualismo tribal, nem tampouco sentir o Tribunal do Povo como representante único do interesse social, esquecendo-se do indivíduo, porque aí se cairia na mais atrasada e violenta ditadura. A virtude está no meio.

No mesmo sentido, ensina Lima (2019, p. 1372):

Na verdade, a justificativa para a colocação do Júri no art. 5º da Constituição Federal guarda relação com a ideia de funcionar o Tribunal Leigo como uma garantia de defesa do cidadão contra as arbitrariedades dos representantes do poder, ao permitir a ele ser julgado por seus pares. Além disso, não se pode perder de vista o cunho democrático inerente ao Júri, que funciona como importante instrumento de participação direta do povo na administração da Justiça. Afinal, se o cidadão participa do Poder Legislativo e do Poder Executivo, escolhendo seus representantes, a Constituição também haveria de assegurar mecanismo de participação popular junto ao Poder Judiciário.

O festejado professor assevera que o julgamento pelo júri, além de um escudo contra arbitrariedades, representa a garantia de que a participação popular, já configurada nos outros dois Poderes da União, também esteja presente no Poder Judiciário. A propósito, toda a estrutura constitucional brasileira se assenta no pilar da democracia, na medida em

que a *lex mater*, já em seu primeiro artigo, homenageia a democracia ao afirmar que “todo poder emana do povo”, que o exerce direta ou indiretamente (art. 1º, parágrafo único).

Sobre o exercício da democracia nos julgamentos criminais, pontua Marques (1997, p. 19):

A participação popular nos julgamentos criminais tem sido preconizada como a melhor das formas de estruturação da justiça penal. De início, razões de ordem política serviam de base aos argumentos de seus pregoeiros e adeptos. Ao depois, motivos sentimentais, fantasiados com a indumentária da política criminal, foram desenvolvidos e expostos para justificar a magistratura popular.

D’Angelo *et al* (2015, p. 109), enaltecendo o caráter democrático do júri, observam que:

Não obstante existirem pessoas que defendam a extinção do Tribunal do Júri, é mister que se diga que é esta instituição que faz com que o bálsamo da Democracia se derrame sobre todos os povos que estão sob a égide democrática.

No que diz respeito ao combate ao eventual arbítrio da justiça togada, o argumento encontra-se desvanecido, considerando-se, sobretudo que, hodiernamente, os magistrados ingressam na carreira através de concurso público, são submetidos a testes de aptidão psicológica e têm em seu favor as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios, dentre outras. Destarte, não há porque afirmar que nos dias atuais o julgamento popular objeta-se, necessariamente, como uma espécie de manto protetor contra eventuais retaliações ou quaisquer outras ingerências nas decisões dos juízes de carreira.

É o que também afirma Marques (1997, p. 19):

O júri foi apontado, outrora, como instituição democrática destinada a substituir os magistrados profissionais das justiças régias do *ancien régime*, que se curvavam às ordens dos dinastas de que dependiam. No entanto, a independência dos juízes togados no estado de direito, e as transigências dos jurados com os “senhores do dia” em democracias de pouca vitalidade ou em regimes autoritários mostram que no plano político não há mais razão para a manutenção do júri.

Interessantemente, a evolução dos meios de comunicação pode inverter a posição do raciocínio e inaugurar um pensamento reverso, capaz de desconstituir a argumentação dos que defendem esta forma de justiça democrática.

Melhor explicando, se por um lado, em tempos passados, havia o risco de retaliações oriundas da magistratura togada, temor que hoje não se justifica por razões já explicitadas, por outro lado, nasce o grave risco de contaminação do entendimento do juiz leigo, causado pela intensa exploração midiática e pela disseminação vertiginosa de notícias através de recursos eletrônicos, principalmente em redes sociais.

No tocante à exploração da mídia, Sobrinho (1994, p. 40) assinala:

É preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com os personagens. A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação.

Nos dias atuais, cenas de crimes graves percorrem o mundo e se disseminam em velocidade e proporção nunca antes vistas. Imagens e vídeos retratam cenas reais e nítidas de acidentes graves e de pessoas sendo brutalmente agredidas, mutiladas ou mesmo eliminadas. Lamentavelmente, boa parcela da população brasileira parece manifestar interesse por eventos trágicos e cultua a propagação da violência através de aplicativos de *tablets*, *smartphones* e computadores.

Como exemplo, é possível citar a morte trágica do jornalista Ricardo Boechat, em um acidente aéreo ocorrido em 11 de fevereiro de 2019. A aeronave que transportava o jornalista caiu sobre um viaduto na Rodovia Anhanguera, entre as cidades brasileiras de Campinas e São Paulo, atingindo um caminhão. O piloto e o jornalista tiveram morte instantânea, já o caminhoneiro ficou preso entre as ferragens, ferido. Enquanto se aguardava o socorro, uma mulher tentava desesperadamente arrombar a porta do veículo para salvar o motorista enquanto homens filmavam a cena⁵.

Por óbvio, não é possível afirmar que todos os julgamentos togados estão imunes às mazelas da corrupção, parcialidade e outros vícios inerentes à própria natureza humana,

⁵Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5vBSqKthGTU>. [Consultado em 17/07/2019].

justamente porque o homem está sujeito a falhas e a toda sorte de condutas reprováveis, não sendo necessário maiores digressões sobre o tema.

Todavia, os casos pontuais devem ser solucionados pela via própria, o que não justifica a ideia de que todo um sistema deva ser estruturado em um julgamento feito por leigos, mesmo porque, afora aqueles que envolvem crimes dolosos contra a vida, a imensa maioria dos processos criminais é deslindada por juízes de carreira e os casos de corrupção são estatisticamente inexpressivos. Desta forma, é insustentável o argumento de que o júri deva funcionar como instrumento de combate ao arbítrio.

Ademais, não há como afirmar que decisões arbitrárias e totalmente avessas à prova do processo também não possam surgir de julgamentos populares, até com maior frequência, mormente porque, conforme será demonstrado, as decisões do júri são soberanas e assim, insuscetíveis de reforma pela via recursal, no que diz respeito ao mérito. Neste prisma, é muito mais palatável a ideia de que eventuais injustiças que surgirem da chancela de um juiz togado possam ser reparadas pela via recursal, ao contrário do que ocorre com as decisões do conselho de sentença, cuja soberania, imposta pela ordem constitucional vigente, impede a reforma do conteúdo meritório de suas decisões. Assim, por qualquer ângulo de observação, o argumento dos que defendem o júri como reparador de arbítrios não resiste a uma análise mais aprofundada.

No palco da discussão sobre a garantia individual, parece ser mais convincente o argumento que a sustenta como um direito que se reconhece ao acusado de ser julgado por seus pares, notadamente porque os crimes contra a vida, a exemplo do homicídio, não raramente envolvem questões passionais, cuja análise puramente técnica tolheria do jurado a oportunidade de fazer a justiça que entender cabível ao caso, julgando conforme lhe recomendar a própria consciência e até mesmo absolvendo, por clemência ou qualquer outra convicção particular, o que não seria admissível a um juiz togado, a quem vale a máxima *dura lex sed lex*, isto é, a lei é dura, mas é lei.

Como exemplo, é possível imaginar a situação de alguém que, tomado por um sentimento de justiça social compreensível, porém reprovável sob a ótica legal, mata pelas costas um traficante renomado, de ficha criminal extensa, marcada pelo comércio espúrio de substâncias proscritas, latrocínios e vários homicídios impiedosos, porém desarmado, sem qualquer chance de defesa. Nessas circunstâncias, se acusado de homicídio, pouca

ou nenhuma chance teria perante um juiz togado, já que, na forma narrada, não há qualquer argumento jurídico defensivo capaz de absolvê-lo.

Basicamente, o limite objetivo da decisão de um juiz togado se restringe à apreciação da tipicidade, da antijuridicidade e da culpabilidade, de tal sorte que, após detida análise desses critérios, se a fundamentação da sentença aponta para a condenação, o magistrado não terá outra escolha, por mais injusto que isto lhe possa parecer.

Por outro lado, se o fato for apresentado a um conselho de sentença, a situação ganha outros contornos, tendo em vista o amplo espectro das decisões do júri, que pode abandonar critérios puramente jurídicos e sobrevoar toda a contextura fática com ouvidos atentos a argumentos filosóficos, políticos, religiosos, etc., e decidir conforme sua consciência.

A ampla liberdade do jurado assumiu um perfil ainda mais marcante com o advento da Lei n.º 11.689/2008, que criou o chamado *quesito absolutório genérico*, em que o magistrado se limita a indagar do jurado se este deseja absolver o réu, pouco importando a motivação. Portanto, é menos dissonoro o argumento que justifica a existência do júri na necessidade de julgamento pelos pares do acusado, que poderão, em seu subconsciente, assumir o lugar deste no momento do crime, na tentativa de reproduzir mentalmente os fatos e decidir conforme sua consciência recomendar.

Resta analisar a outra faceta da garantia, isto é, aquela que diz respeito à natureza democrática do júri. Há quem defenda que a garantia do júri, além de individual, afigura-se como garantia social que dá ao cidadão o direito de julgar seu semelhante, a quem é imputada a prática de um crime doloso contra a vida. Desta forma, além de garantia individual, a participação da sociedade nos julgamentos legitima a democracia, que é a espinha dorsal de toda a ordem constitucional em vigor.

Neste sentido, afirma Nucci (1999, p. 55):

Se é uma garantia, há um direito que tem por fim assegurar. Esse direito é, indiferentemente, o da liberdade. Da mesma forma que somente se pode prender alguém em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária e que somente se pode impor uma pena privativa de liberdade respeitando-se o devido processo legal, o Estado só pode restringir a liberdade do indivíduo que cometa um crime doloso contra a vida, aplicando-lhe uma sanção restritiva de liberdade, se houver um julgamento

pelo Tribunal do Júri. O Júri é o devido processo legal do agente de delito doloso contra a vida, não havendo outro modo de formar sua culpa. E sem formação de culpa, ninguém será privado de sua liberdade (art. 5º, LIV). Logicamente, é também um direito. Em segundo plano, mas não menos importante, o Júri pode ser visto como um direito do cidadão de participação na administração da justiça do país.

De qualquer sorte, mesmo que prevaleça o entendimento de que a garantia do júri tem natureza dúplice, não é razoável se escorar num duvidoso anseio de democracia em detrimento da liberdade, mormente nos moldes em que está desenhada no procedimento do júri e entregar, indistinta e invariavelmente, o julgamento de crimes desse jaez à sociedade, insipiente em matéria criminal e nalguns casos, gravemente contaminada por uma exploração midiática maciça.

Nessas circunstâncias, não se pode olvidar que o direito à liberdade se sobrepõe ao direito de participação democrática no julgamento. Nesse aparente conflito de direitos, é necessário concluir que o interesse do acusado deve prevalecer sobre qualquer aceno de democracia, mesmo porque eventual direito de escolha pelo julgamento togado não significa, em nenhuma hipótese, denegação de justiça e sim, opção pelo que se mostra mais justo, sobretudo, quando há sérias razões para questionar a isenção de um conselho de sentença já contaminado pela intensa propaganda lançada sobre o evento criminoso entregue a julgamento.

A retórica do discurso democrático não pode servir de palco para manifestações arbitrárias, que observam o caso com visão preconceituosa, previamente turvada pela maciça e tendenciosa exploração midiática, cuja finalidade é outra, bem diversa daquela que se busca com o processo. Os veículos de comunicação em massa desmistificaram a vetusta ideia de que o júri sempre agirá com a parcimônia que dele se espera.

Assim, por qualquer ângulo de observação, não há como negar que a garantia constitucional de competência do júri, em que pese seu duplo viés (individual e social), deve se afinar com a garantia da liberdade e com os princípios que buscam efetivar os direitos fundamentais e o respeito à dignidade da pessoa humana, pois, em determinadas situações, não é razoável negar ao acusado o direito de escolha pelo procedimento que se afigurar mais justo e imparcial.

2.8 O Direito Comparado

Desde logo, é necessário esclarecer que não se pretende, aqui, desenvolver uma abordagem exaustiva e minuciosa de modelos observados ao redor do mundo, mesmo porque não é este o tema central da pesquisa. A comparação visa apenas destacar os pontos positivos de maior relevo nos sistemas observados, que servirão de base às propostas de aperfeiçoamento do modelo brasileiro.

2.8.1 O Direito Comparado nos Estados Unidos da América

Inspirados pela dominação Anglo-Saxã, os Estados Unidos herdaram a mesma composição jurídica da Inglaterra e também adotam o tribunal do júri, consagrando-o na sexta e sétima emendas constitucionais de 1791, com competência para julgamentos criminais e cíveis, respectivamente. O corpo de jurados é composto de pessoas da sociedade e suas decisões devem ser unânimes para absolver ou condenar o acusado, pois não há voto por maioria, a exemplo do que ocorre no Brasil. O espírito cívico dos norte-americanos e seu interesse pelas questões relacionadas à administração da justiça posicionam o júri em lugar de destaque nos Estados Unidos, enaltecendo a limitação constitucional do direito que tem o Estado de restringir ou privar a liberdade das pessoas e puni-las, quando envolvidas com o crime.

São precisas as ponderações de Almeida (1996, p. 209):

Nos Estados Unidos, a participação do cidadão nas atividades dos tribunais é quantitativamente bastante elevada. O júri assume todos os caracteres que seus apologistas, tradicionalmente, lhe atribuem. O júri exerce plenamente sua função educativa, formadora de cidadãos respeitadores da lei. Cada um sabe que, mais dia, menos dias, será convocado para o serviço do júri, o que certamente não constituirá embaraço, pois o tribunal e sua mística são profundamente acolhidos pela cultura popular.

Assim como Reino Unido, Austrália, Canadá e Dinamarca, os Estados Unidos adotam o modelo de jurado puro. Porém, calha observar que os norte-americanos têm vivenciado a decadência do júri com a inserção da cláusula *jury waiver*, que permite ao acusado optar

por ser julgado por um juiz togado e dispensar o tribunal do júri, conforme prevê a *Rule 23 – Jury or Nonjury Trial*⁶.

2.8.2 O Direito Comparado na Espanha

Na Espanha, o júri tem amparo constitucional, como por exemplo na Constituição de Cádiz de 1812 e, nas Constituições de 1837, 1869 e 1931, configuram a consagração do Júri.

Bonfim (2007, p. 8) informa que:

A Espanha, que o houvera suprimido em 1936, apenas recentemente deu-lhe contornos (após 1995), porquanto sua Constituição (1978) previu certa participação dos cidadãos na distribuição (art. 125). A partir daí, de uma forma ou de outra, encontramos tribunais mais ou menos semelhantes a uma visão de júri, mesmo que essa “analogia” comporte em sua maior parte os “escabinados”, que estão em franca ascensão, júris mistos, onde se assentam leigos e magistrados de carreira, decidindo sobre a culpabilidade e a pena.

O Tribunal do Júri está positivado no art. 125 da Constituição do Reino da Espanha que prevê o direito de participação dos cidadãos na administração da justiça na figura da instituição do Júri.

O Júri na Espanha é regulado pela Lei orgânica n.º 5/95. Sua competência é atribuída para o julgamento de crimes contra as pessoas, crimes contra a honra, liberdade e segurança, crimes exercidos por funcionários públicos no exercício de suas funções e crimes de incêndio. O júri é composto por nove jurados e um magistrado, integrante da Audiência Provincial que será o presidente. O que for proposto em julgamento pelo magistrado presidente será submetido ao provado ou não provado dos jurados. O Exercício da função de jurado, na Espanha, é remunerado, conforme prevê o art. 7.º, n.º 1 da Lei n.º 5/95 e a escolha se dá mediante sorteio no dia e hora designado para a sessão de julgamento, onde deverão estar presentes pelo menos vinte jurados. Os jurados são interrogados sobre suas incapacidades, impedimentos e escusas. As partes também poderão fazê-lo.

⁶ Disponível em https://www.law.cornell.edu/rules/frcrmp/rule_23. [Consultado em 23/05/2019]

Dando início ao julgamento, o juiz presidente trará às partes a oportunidade para que exponham aos jurados tudo o que alegarem necessário, podendo discutir e apresentar provas.

2.8.3 O Direito Comparado em Portugal

Em Portugal, o júri tem origem em 1826, com a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa e manteve-se presente nos ordenamentos constitucionais que se seguiram, com exceção da Constituição de 1933, que não o previa. A Constituição portuguesa vigente prevê a instituição do júri em seu art. 207.º, n.º 1, que assim dispõe: “O júri, nos casos e com a composição que a lei fixar, intervém no julgamento dos crimes graves, salvo os de terrorismo e os de criminalidade altamente organizada, designadamente quando a acusação ou a defesa o requeiram.”

O regulamento do instituto coube ao Decreto-Lei n.º 387-A/87, publicado em 29 de dezembro de 1987, que, dentre outros temas, dispõe sobre a composição do tribunal, seleção de jurados e o próprio estatuto do jurado. Já em seu art. 1.º, n.º 1, o Decreto prevê que o júri português segue o modelo *escabinado*, isto é, compõe-se de “três juízes que constituem o tribunal colectivo e por quatro jurados efectivos e quatro suplentes.”

A competência do júri está prevista no art. 2.º, do mesmo dispositivo, que assim dispõe:

1 - Compete ao tribunal do júri julgar os processos que, tendo a intervenção do júri sido requerida pelo Ministério Público, pelo assistente ou pelo arguido, respeitarem a crimes previstos no título II e no capítulo I do título V do livro II do Código Penal.

2 - Compete ainda ao tribunal do júri julgar os processos que, não devendo ser julgados pelo tribunal singular, e tendo a intervenção do júri sido requerida pelo Ministério Público, pelo assistente ou pelo arguido, respeitarem a crimes cuja pena máxima, abstractamente aplicável, for superior a oito anos de prisão.

3 - O júri intervém na decisão das questões da culpabilidade e da determinação da sanção.

Analisando a legislação em apreço, observa-se que os elementos diferenciadores mais marcantes, comparados com a legislação brasileira, são o modelo *escabinado*, a natureza dos delitos sujeitos à sua competência e, sobretudo, a previsão de escolha pelo

procedimento do júri, tendo em vista que a intervenção do júri depende de requerimento da acusação ou da defesa.

Esta característica peculiar tornou o júri um instituto em desuso no direito português, tendo em vista sua ocorrência raríssima ou quase nula, o que é reconhecido pelo próprio sumário do mencionado Decreto, que assim dispõe:

Várias eram, em teoria, as soluções disponíveis para tal efeito: ou a electividade dos jurados, o que se rejeitou pela inelutável politização que introduziria no funcionamento da justiça, ou a sua designação através de uma comissão de homens de confiança, como acontece na República Federal da Alemanha, o que não foi aceite pelo burocratismo e subjectivismo que naturalmente implicaria, ou o puro sorteio com base no recenseamento eleitoral, como sucede em França desde 1977 e está vigente no nosso país, solução já demonstradamente inoperacional, **por arrastar um dispêndio funcional virtualmente inútil, dado que em inúmeras comarcas o júri nunca ou raramente é requerido** (grifo nosso).

Observa-se que, diferentemente do que prevê a legislação brasileira, onde o julgamento pelo júri é obrigatório e irrenunciável, a regra disposta na legislação portuguesa fez do júri uma faculdade e sua intervenção depende de requerimento do Ministério Público, do assistente ou do próprio arguido.

Este, pois, o ponto nevrálgico da pesquisa sobre a qual se lança este trabalho, na medida em que a legislação brasileira, de maneira paradoxal, prevê o júri como uma garantia, mas não permite que o acusado dela abra mão, mesmo diante de situações em que, flagrantemente, a garantia opera-se contra o garantido.

Mas não é só. O perceptível despreparo do jurado brasileiro talvez seja fruto da falta de uma legislação mais criteriosa e exigente, capaz de estabelecer critérios mais adequados para seleção, tal como prevê o Decreto Português. Esse aspecto, porém, será tratado oportunamente, no capítulo em que serão sugeridas medidas imediatas para aperfeiçoamento do modelo brasileiro.

2.9 Livre convencimento motivado e íntima convicção

Conforme já se afirmou, as decisões do tribunal do júri podem extrapolar os limites da tecnicidade processual, cujos rigores estão positivados na legislação para o julgamento

de quaisquer outros crimes, que não os dolosos contra a vida. É do júri que se extrai a ideia democrática de “criação de justiça fora dos limites do Direito positivo” (Oliveira, 2011, p. 710)

A diferença entre o julgamento do leigo e o do juiz de carreira inicia-se pelo sistema de valoração da prova, na medida em que, para os juízes de toga, vigora o princípio do livre convencimento motivado e para o jurado, o princípio da íntima convicção.

Sobre o livre convencimento motivado, Marcão (2018, p. 904) observa:

Na fundamentação ou motivação, o julgador deve analisar toda a prova produzida e expor sua convicção a respeito do apurado, conforme os princípios da imparcialidade e da persuasão racional ou do livre convencimento motivado. Deve analisar as teses sustentadas pela acusação e pela defesa, e também explicar as razões de fato e de direito que o levaram a proferir a decisão de absolvição ou de condenação, e, nessa hipótese, deverá esclarecer os parâmetros utilizados na individualização da pena e escolha do regime de cumprimento, sendo caso.

O jurado decide de maneira sigilosa, segundo ditames de sua própria consciência e é proibido de motivar sua decisão, sob pena de nulidade, além do quê, não fica à mercê da prova produzida no processo. O juiz togado, por sua vez, deve ater-se ao plexo probatório produzido nos autos e motivar seus atos decisórios, também sob pena de nulidade, conforme determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Uma democracia saudável não se sustenta sem que se dê plena liberdade ao julgador, pois é natural concluir que qualquer fator externo, capaz de influenciar na liberdade do julgamento, pode comprometer a imparcialidade que dele se espera. Não menos verdade é que as decisões não podem ser estruturadas no arbítrio, razão pela qual a constituição determina que sejam fundamentadas. A exceção vem das decisões do júri, cujo sigilo é imposto pela mesma ordem constitucional, em cláusula pétrea.

A lei processual penal brasileira utiliza somente a expressão “consciência”, na exortação previstas no art. 472 do CPP, que o juiz deve fazer ao jurado durante a formação do conselho de sentença. Não há, no direito positivo pátrio, qualquer referência ao termo “íntima convicção”, muito embora seja esta a expressão doutrinária que define o sistema de apreciação da prova pelo jurado.

Oliveira (2011, p. 710) esclarece:

A resposta à quesitação pelo Conselho não exige qualquer fundamentação acerca da opção, permitindo que o jurado firme seu convencimento segundo lhe pareça comprovada ou revelada (aqui, no sentido metafísico) a verdade. E, convenhamos, esse é realmente um risco de grandes proporções. Preconceitos, ideias preconcebidas e toda sorte de intolerância podem emergir no julgamento em Plenário, tudo a depender da eficiência retórica dos falantes (Ministério Público, assistente de acusação e defesa).

Do ponto de vista teórico, convicção é a certeza que se tem sobre a verdade de um fato, isto é a conclusão certa que a percepção humana estabelece sobre o fato, após analisá-lo, de forma a não permitir mais qualquer juízo de dúvida. No plano prático, se o julgador se afirma convicto sobre a existência de um fato, isto deve significar que ele, após criteriosa análise de um conjunto de elementos concretos do processo, formou convencimento tal, que não amite a possibilidade da dúvida. A palavra “convicção”, exceto para desviar seu significado, não se coaduna com juízos de probabilidade, simples impressão ou sentimento vago sobre o fato.

A expressão “íntima”, por sua vez, desperta maior preocupação, na medida em que a “convicção”, se certa a definição feita acima, é fruto de uma abordagem exigente da mente, que afasta qualquer juízo de probabilidade ou dúvida sobre a existência do fato. A palavra “íntima”, por sua vez, abre margem para o subjetivismo, permitindo a mudança de um rigoroso raciocínio intelectual para algo mais indefinível.

Nesse fosso, está situada a diferença entre o rigor do raciocínio e o subjetivismo da percepção íntima de cada julgador sobre o fato que se apresenta ao seu juízo de valoração. A motivação, portanto, é a demonstração de que a convicção do juiz é substanciada na criteriosa análise dos pontos essenciais do caso.

É por isso que a questão da convicção pessoal é apenas secundária à da motivação escrita das decisões, pois é no momento de explicar a conclusão que o julgador apresenta o raciocínio que o levou a decidir desta ou daquela forma, consciente da solidez de suas conclusões.

Pensar na essencialidade dos princípios do livre convencimento motivado e da íntima convicção, em forma de contraste, é interessante para que se questione a instituição do Tribunal do Júri, no tocante ao modo de formação de convicção que se instaura nos

diversos contextos decisórios. Em crimes dolosos contra a vida, cabe ao tribunal do júri a opinião sobre o mérito da causa, isto é, são os jurados que devem ser convencidos sobre a existência do fato e sua autoria e, assim, exercer um juízo de valor sobre a narrativa factual posta na peça acusatória.

Tendo em vista que a convicção, nesses casos, não é pertinente ao magistrado, mas aos jurados, juntamente com o pressuposto de que os jurados são, por definição, leigos, vigora o princípio da íntima convicção, pois não é razoável exigir o pleno domínio ou conhecimento do direito material e processual para que esse juízo de valor seja exercido no caso concreto, muito embora, é bem verdade, seja necessário um conhecimento mínimo.

Partindo-se das pressuposições assinaladas, tendo-as como estrutura fundante da crítica aqui promovida, caminha-se em direção à análise comparativa entre esses dois princípios que vigoram no ato de decidir, para que seja possível pensar criticamente a respeito do funcionamento da estrutura decisória do Tribunal do Júri.

No sistema processual – e aqui, o que interessa é o processo penal – o livre convencimento motivado entrega ao julgador a plena propriedade de seus próprios sentidos, a fim de que este, enquanto ser racional, possa joeirar a prova do processo e construir seu convencimento, fundamentando-o nos elementos de convicção que extraiu dos autos para expressá-lo na sentença, condenando ou absolvendo o acusado, com garantia de plena liberdade para julgar desta ou daquela maneira. Convém lembrar que a liberdade é um dos sustentáculos da magistratura.

Entendendo que esse sistema é submetido ao fio condutor estabelecido pela Constituição Federal, mormente em prol dos direitos fundamentais ali erigidos, é de se concluir que esse princípio é a base pela qual se exige uma motivação para quaisquer decisões do Poder Judiciário, exigência esta, oriunda do sistema acusatório, que é um pilar do processo penal constitucional democrático.

O que ocorre é que se exige motivação para as decisões dos magistrados porque essa motivação, evidentemente, resguarda a legalidade das decisões, demonstrando que o direito foi, com efeito, aplicado ao caso e que os direitos fundamentais foram respeitados devidamente. Logicamente, a legalidade de qualquer procedimento penal pressupõe que o seu desenvolvimento obedeça aos ditames desse princípio importantíssimo. Eis a

estrutura geral do princípio do livre convencimento motivado, exposta, é claro, de modo sintético.

Com essa conjuntura em mente, observando o funcionamento do método de convicção do Tribunal do Júri, algumas incoerências se apresentam de maneira enfática, principalmente quando se entende que o direito penal é a *ultima ratio*, logo, carece de um instrumento (o processo) mais rígido para sua aplicação.

Portanto, tendo esse acervo de informações presentes, questiona-se a incongruência de se exigir motivação idônea para todas as decisões do processual penal acerca de crimes de qualquer natureza e, quando se trata de crimes dolosos contra a vida – que, ressalte-se, é o bem de maior valor no ordenamento jurídico brasileiro, previsto, inclusive, constitucionalmente como direito fundamental –, o julgamento resta legitimado pelo simplório princípio da íntima convicção do jurado, onde não há necessidade de nenhuma motivação moral ou jurídica.

Ou seja, para qualquer crime (inclusive os de menor potencial ofensivo e contravenções penais), exige-se motivação jurídica idônea enquanto, para crimes dolosos contra o bem mais precioso do indivíduo, basta uma manifestação sigilosa de vontade do jurado para o desate da ação penal, condenatório ou não.

Entenda-se: se o suposto crime é grave, grave também é a acusação e será a eventual condenação. Junte-se a isto, o emblema acostado ao indivíduo acusado. Essa contextura factual estabelece um paradoxo entre a magnitude de dois bens (vida e liberdade) e a singeleza do processo decisório no procedimento do júri, pois, mesmo que haja razão por parte da defesa – ou da acusação –, é a vontade do jurado que irá direcionar a sentença do magistrado, porque são os jurados que detém o poder soberano de decisão.

Ademais, em que pese existir recurso de apelação para o caso de decisões incoerentes, vale dizer, manifestamente contrárias ao acervo probatório presente nos autos, uma das principais garantias do acusado é ser julgado de modo justo em qualquer instância, e não somente a partir da oportunidade recursal.

A esta última afirmação, convém acrescentar que a jurisprudência brasileira, em maciça maioria, reconhece grandes entraves para a cassação do veredicto popular, com base no argumento de que a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos, porque a

garantia constitucional de soberania do júri permite que o conselho de sentença abrace uma das versões existentes no processo, ainda que nitidamente mais frágil que a versão preterida.

No Brasil, a maioria das câmaras criminais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais vem reconhecendo que “se os jurados acolhem uma das teses possíveis ao caso, de acordo com sua íntima convicção, não há que se falar que a decisão é contrária à prova dos autos⁷.”

Neste sentido, a Súmula n.º 28 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

A cassação do veredito popular por manifestamente contrário à prova dos autos só é possível quando a decisão for escandalosa, arbitrária e totalmente divorciada do contexto probatório, nunca aquela que opta por uma das versões existentes.

No entanto, é preciso cautela no trato com as questões afetas a direitos fundamentais. O significado do vocábulo “íntima”, dentro de um paradigma constitucional, relaciona-se com a inviolável convicção que o jurado pode ter, o que significa, portanto, que nem o Poder Judiciário, nem o órgão acusador e nem a defesa podem influenciar no veredito. O jurado, por ser leigo, poderá usar do seu próprio critério para estabelecer o juízo de valor que fará sobre a causa que encontra para julgamento e as partes não podem exigir dele um conhecimento jurídico apurado. No entanto, o método eleito para que o veredito seja concretizado, não pode, jamais, ser contrário aos direitos fundamentais do réu e nem contrariar o que está provado no processo.

Em outras palavras, o jurado é livre para julgar conforme sua própria consciência, mas isso não pode extrapolar a razoabilidade que deve existir entre essa consciência mesma e as informações objetivamente construídas nos autos. Sendo assim, a questão de fundo é a proporcionalidade entre a consciência leiga da sociedade (aqui representada pelos jurados) e as informações constantes no processo penal em curso.

Porém, há que se considerar ainda que, se o processo penal segue o princípio da necessidade, isto é, se o processo é o caminho necessário para a formação de um juízo de valor sobre a conduta do réu e instrumento para que o julgamento se efetive com respeito aos direitos fundamentais do indivíduo, é de se concluir que a consciência dos jurados

⁷ MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão em Apelação Criminal n.º 1.0628.17.001258-5/001, Relator: Desembargador Júlio César Lorens, 5.ª Câmara Criminal. Belo Horizonte, MG, 9 de julho de 2019. Súmula publicada no Diário da Justiça em 15 de julho de 2019.

não pode transcender os direitos estabelecidos, porque esses direitos resguardam a liberdade individual e a democracia.

O caminho de proporcionalidade, situado entre a liberdade de consciência dos jurados e o julgamento do réu, encontra limites nos direitos estabelecidos pela Constituição, de tal forma que o julgamento democrático só é possível se os direitos que visam garantir essa democracia forem, com efeito, respeitados.

O contrário, diga-se, levar o julgamento conforme a consciência dos jurados até o último nível, significa abrir mão dos direitos e deixar de aplicar a lei. Portanto, significa julgar em detrimento da legalidade. A consciência dos jurados deixa de ser legitimamente utilizada no cenário público, para se tornar um exercício de autotutela institucionalizada.

Há uma outra questão interessante a ser considerada. Se a consciência dos jurados encontra limite no processo (art. 593, inciso III, alínea 'd', do CPP), precisamente porque o espaço no qual essa consciência se manifesta é público, é possível concluir que o jurado não pode se basear em critérios puramente particulares e inalcançáveis de sua própria personalidade e consciência para que um julgamento de interesse público se efetive, seja para absolver ou condenar o réu.

Neste sentido, a consciência somente é legitimamente utilizada se encontra guarida na respeitabilidade aos direitos e garantias fundamentais. Do contrário, por mais que seja usada de boa-fé, no cenário público, servirá apenas para dar um novo sentido à lei, qual seja, o sentido desejado pela consciência, porém, despojado da prova, e não pelo sentido atribuído por valores tradicionais que formam a sociedade e que integram a ordem constitucional em vigor.

Por uma outra ponta de raciocínio, observar a efetividade prática do livre convencimento motivado pode ser útil para auferir o quão eficaz é a íntima convicção. Isso pode ser explicado a partir do fato de que, muitas vezes, o livre convencimento motivado funciona muito mais como instrumento de retórica em diversas decisões do processo penal, do que como um princípio que resguarda a motivação destas decisões, apesar de concebido para esse último fim, aqui mencionado.

A convivência diuturna com a lida judiciária revela uma facticidade preocupante. Muitas vezes, os julgadores se valem de pseudomotivações, apenas para cumprir a exigência

constitucional, pois, a partir de uma leitura mais atenciosa dos processos, é possível observar que argumentos são copiados e transportados de uma decisão para outra, muitas vezes, com graves erros materiais e menção a nomes, objetos e partes estranhas ao processo, oriundos da repudiada ferramenta “recorta e cola”, valiosa, porém, nas mãos de julgadores que esboçam pouco (ou nenhum) esforço cognitivo sobre a prova do processo.

O Supremo Tribunal Federal já concedeu ordem de *habeas corpus* para dar liberdade a um paciente de São Paulo, cuja prisão preventiva foi decretada com base em um formulário genérico, pré-formatado:

Na hipótese, a decisão de primeira instância, que converteu o flagrante em prisão preventiva, constitui mero formulário pré-formatado, um modelo contendo fórmulas vazias e desvinculadas de qualquer base empírica. Cingiu-se a apontar a presença dos pressupostos da custódia cautelar, discorrendo acerca dos malefícios que o tráfico de drogas traz à sociedade. Tanto é evidente se tratar de modelo pré-pronto que, ao proferir a decisão ora sob comento, o magistrado de origem nem ao menos adaptou ao caso concreto o gênero dos substantivos e flexões gramaticais constantes do texto. (Supremo Tribunal Federal, segunda turma, Habeas Corpus n.º 128.880/São Paulo, publicado no Diário da Justiça em 26 de fevereiro de 2016)

Tendo em conta a realidade de que, nalguns casos, o livre convencimento motivado não é aplicado como deveria, mas apenas como pseudofundamentação de decisões do Poder Judiciário, não é de se esperar que o melhor aconteça em relação ao princípio da íntima convicção, onde fundamentação alguma existe.

Convém citar Marques (1997, p. 22): “Entre o julgamento inspirado na lei e na razão, no direito e no conhecimento técnico, e aquele ditado pelo arbítrio e pela intuição cega, não há hesitação possível.”

2.10 Imperfeições observadas no modelo brasileiro

O júri é, sem dúvida, uma expressão democrática na justiça de uma sociedade. Através do júri, o legislador abraça o cidadão idôneo, entregando-lhe, para decisão, temas jurídicos complexos e de grande relevância ou controvérsia social. No caso do Brasil, é justamente sobre os crimes mais graves e complexos que recai o dever do juiz leigo, que

recebe a difícil tarefa de decidir sobre o destino da pessoa acusada da eliminação dolosa da vida humana.

Nessa difícil missão, uma soma de fatores externos pode atingir o jurado, dentre os quais se destacam o medo, o desinteresse, o despreparo, o completo desconhecimento da função e os entraves da legislação, que não dedica atenção alguma à minimização destas mazelas.

Júnior (2019, p. 850) afirma que “O Tribunal do Júri é um dos temas em que a doutrina nacional desfruta de um longo repouso dogmático, pois há anos ninguém (ousa) questiona(r) mais sua necessidade e legitimidade.”

Em que pese o ímpeto da frase, o renomado autor parece estar com a razão. A doutrina brasileira, em sua maioria, limita-se a reproduzir conceitos arraigados, concebidos em tempos mais remotos, sempre com redobrada (e discutível) cautela no trato com a questão constitucional que cerca a matéria, como se o desenho do júri, seus rituais e suas regras fossem algo absolutamente intransponível pelo entrave das cláusulas constitucionais que o disciplinam, pouco importando a evolução do conhecimento, da sociedade ou mesmo, o prejuízo do réu, a quem as garantias deveriam, efetivamente, garantir.

Através de uma análise crítica e reflexiva, serão apontadas algumas imperfeições e incoerências observadas no modelo do júri brasileiro, a fim de que soluções mais palpáveis possam ser alcançadas, porém, sem qualquer pretensão de esgotar a matéria, dada a magnitude do tema que aqui se discute.

2.10.1 O despreparo do jurado

A Lei n.º 11.689, de 9 agosto de 2008, reformulou sistematicamente o procedimento para julgamento dos crimes dolosos contra a vida e, de uma maneira geral, trouxe várias modificações positivas. Porém, atenção alguma foi dedicada ao jurado, que é justamente o responsável pela decisão sobre o mérito da causa.

A legislação processual penal brasileira limita-se a estabelecer que o serviço do júri é obrigatório e que o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 anos, de notória idoneidade (art. 436 do CPP).

Quanto ao critério de alistamento, a lei prevê apenas que:

O juiz presidente requisitará às autoridades locais, associações de classe e de bairro, entidades associativas e culturais, instituições de ensino em geral, universidades, sindicatos, repartições públicas e outros núcleos comunitários a indicação de pessoas que reúnam as condições para exercer a função de jurado (art. 425, § 2º do CPP).

Já nesse ponto, um grave problema se estabelece, pois, o cidadão, apesar de integrar a lista geral, só toma conhecimento de que nela está inserido quando sorteado entre os 25 que deverão comparecer à sessão de julgamento para, eventualmente, estar entre os 7 sorteados que integrarão o conselho de sentença.

Dessa incoerência, pode nascer outra ainda maior, senão, vejamos. Normalmente, as reuniões periódicas são dedicadas a mais de uma sessão de julgamento. Em comarcas menores, por exemplo, as reuniões ocupam uma ou duas semanas, julgando um processo por dia, reunindo-se, geralmente, duas vezes por ano.

Instalada a sessão de julgamento, após proceder à chamada nominal dos jurados, se verificar ausências, o juiz, de imediato, sorteia os suplentes que deverão ser convocados com urgência, pois terão que estar presentes, entre os 25, na sessão de julgamento designada para a manhã do dia seguinte. Daí pode surgir a inusitada situação em que o jurado é notificado num dia para servir no outro, sem sequer saber que integrava a lista geral e pior, às vezes, sem ao menos saber para que serve o tribunal do júri. A convocação de suplentes está prevista na lei processual desta forma (art. 471 do CPP).

A situação é preocupante, principalmente quando os números da pesquisa empírica realizada ao longo desse trabalho (amostra 'a') evidenciam que, de 117 entrevistados, 19,7% disseram não saber para que serve o tribunal do júri, enquanto 25,6% responderam que o júri serve para julgar qualquer tipo de crime. Isto é, quase metade das pessoas entrevistadas, que, em tese, reúnem requisitos para exercer a função, desconhecem a instituição do júri ou, equivocadamente, acreditam conhecê-la.

Apesar da surpresa causada pela intimação na véspera, esta pessoa é obrigada a comparecer à sessão logo na manhã do dia seguinte e, ao chegar, depara-se com um ambiente austero, às vezes hostil, dadas as emoções afloradas de amigos e parentes de acusado e vítima. Naquele ambiente, até então desconhecido, também encontra autoridades e indivíduos paramentados com vestes negras, policiais, agentes

penitenciários fortemente armados e pessoas algemadas, vestindo uniforme do sistema prisional.

Somente então é que o juiz presidente apresenta-lhe a instituição do júri, às vezes, tentando minimizar o sobressalto daquela estranha novidade com algumas palavras amistosas e mais amenas.

Convém lembrar que esse leque de desconchavos pode se suceder com pessoas muito jovens, imaturas, ainda na tumultuada fase de transposição da adolescência para a vida adulta, absolutamente incipientes sobre questões dessa natureza, já que o critério de seleção estabelecido na lei é objetivo, isto é, basta que a pessoa seja maior de 18 anos e que tenha reputação ilibada.

Feito o sorteio e colhido o compromisso dos jurados, o juiz apresenta ao conselho de sentença o caso que será submetido a julgamento, entregando a cada jurado um relatório sucinto do processo, desde sua deflagração até a fase de preparação para o plenário. O magistrado concede aos jurados alguns minutos para leitura do relatório e compreensão do caso e, em seguida, inicia-se a instrução em plenário.

Em seguida, iniciam-se os debates, que muitas vezes, são permeados por gritos, altercações, excessos de linguagem, apresentação de peças do processo, armas, objetos, fotografias de cadáveres, enfim, uma sequência de rituais que beira à tortura psicológica de um noviço do conselho de sentença.

Apenas nesse ponto da explanação, já é possível observar inúmeras incoerências, a começar pelo completo despreparo do jurado. Como exemplo, calha citar a figura do mesário eleitoral. No Brasil, o serviço eleitoral é obrigatório. Assim como no júri, pessoas são recrutadas para trabalhar durante o pleito eleitoral, recepcionando os eleitores para colheita do voto, apuração e publicação dos resultados.

Entretanto, diferentemente da pouquíssima atenção dedicada ao jurado, as pessoas selecionadas para trabalhar nas eleições recebem uma cuidadosa preparação, participam de reuniões com o juiz eleitoral e com os chefes de cartório, recebem material didático e todo o amparo necessário ao correto desempenho do encargo.

No art. 90, inciso X, da Resolução n.º 23.554, que dispõe sobre os atos preparatórios das eleições ocorridas em outubro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral prevê expressamente a elaboração do “manual do mesário”, pela Justiça Eleitoral.

O referido manual contém orientações, ilustrações, esquemas, modelos e dados completos sobre todas as diretrizes que devem ser seguidas pelos funcionários recrutados para trabalhar durante as eleições.

Sem nenhum demérito em relação ao encargo desempenhado pelo mesário eleitoral, não se pode deixar de pontuar que a função não se compara, nem de longe, à do jurado, a quem é entregue o julgamento de seus pares por crimes graves, de alta complexidade, cujo correto deslinde interessa a toda a sociedade. Isto demandaria um preparo mínimo do jurado acerca dos temas correlatos à função e de princípios constitucionais e penais básicos.

Convém pontuar, ainda, outra situação paradoxal que beira à perplexidade: com exceção do jurado, os demais envolvidos com o processo (autoridade policial, investigadores, promotor de justiça, juiz, advogado, assistente, etc.), o acompanham desde as investigações, pois atravessaram longa instrução, participaram na produção das provas, inquiriram testemunhas, formularam quesitos em provas periciais, interpuseram recursos, enfim, contribuíram para a formação de um agigantado caderno de informações, cujo volume, não raramente, ultrapassa milhares de folhas e dele sabem dar detalhes, justamente porque tiveram participação direta na sua construção.

O jurado, por sua vez, ressalvadas as informações que obtém através da mídia ou por outros meios, só toma conhecimento da causa que será submetida à sua análise quando, após tomar assento no conselho de sentença, recebe o relatório elaborado pelo juiz presidente ou manuseia os autos, se assim o desejar.

A incoerência repousa justamente no fato de o jurado ter de decidir, em algumas horas (e o que é pior, sem participar da instrução processual que precedeu a decisão pronúncia), questões de notória complexidade, reproduzidas em milhares de documentos e que, não raramente, já se arrastam por anos, tendo em vista que os últimos dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça dão conta de que as ações penais na justiça estadual tramitam, em média, por 3 anos e 2 meses. (Stemler *et al* 2017)

Por natureza, a instituição do júri pressupõe que o julgador seja leigo. Todavia, o fato de ser leigo não é (e nem pode ser) sinônimo de completa ignorância em relação à matéria. Por essa razão, é conveniente, e necessário, que a legislação ofereça um preparo mínimo ao cidadão que for recrutado para exercer a função.

Neste sentido, Júnior (2019, p. 852) pondera:

A falta de profissionalismo, de estrutura psicológica, aliados ao mais completo desconhecimento do processo e de processo, são graves inconvenientes do Tribunal do Júri. Não se trata de idolatrar o juiz togado, muito longe disso, senão de compreender a questão a partir de um mínimo de seriedade científica, imprescindível para o desempenho do ato de julgar.

2.10.2 A estranha (i)legitimidade das decisões por maioria

Em que pese ser desconhecida a razão da opção pelo número 7, o que se pode afirmar, de antemão, é que o número é demasiadamente reduzido, principalmente quando se tem em conta que as decisões do conselho de sentença são tomadas por maioria de votos (art. 489 do CPP).

Se o tribunal do júri é uma forma de legitimação da democracia, não é razoável acreditar que haja efetiva representatividade em um número tão reduzido de julgadores. A questão ganha um contorno ainda mais preocupante quando se tem em conta que, não raramente, o júri decide pela apertadíssima maioria de 4x3.

O conselho de sentença deve ser visto como um único órgão julgador, colegiado por natureza, é bem verdade, porém, único em sua essência. Destarte, é de se concluir que, se de um total de 7 juízes, 3 deles decidiram pela não condenação, não há como negar que existe dúvida séria e razoável sobre o conselho de sentença, isto é, a dúvida se instaurou sobre o órgão julgador em proporção nitidamente incoerente, quando se tem em conta a gravidade da imputação e a magnitude do bem jurídico submetido à apreciação do júri.

Desta forma, não faz sentido a lei estabelecer que as decisões sejam tomadas por maioria, sendo muito mais razoável que as decisões provenham da unanimidade ou de qualquer outro número próximo disso. Se, aos olhos do legislador, a unanimidade for algo impraticável, a lei poderia, então, estabelecer um número maior de jurados – 9, 11, 15,

17, por exemplo – e as condenações poderiam surgir de uma maioria de 70, 80%. Nesse caso, eventual dúvida no veredicto não seria representada pela tormentosa (e insignificante) maioria de 4x3.

2.10.3 Decisão manifestamente contrária à prova dos autos – apelo único

Outra situação intrigante, que pode dar ensejo a injustiças absurdas, é a expressa vedação a um segundo apelo, quando a decisão se afigurar manifestamente contrária à prova dos autos. A lei processual penal brasileira é claríssima quando estabelece que, sob esse fundamento, só se apela uma única vez.

Marrey *et al* (1997, p. 66) ensinam que:

Se o veredicto do conselho de jurados for “manifestamente contrário à prova dos autos” (o que importa em não julgar a acusação e sim assumir atitude arbitrária perante ela), poderá o Tribunal de Justiça, em grau de recurso, se reconhecer a incompatibilidade entre o veredicto proferido e a prova que instrui os autos, determinar que o próprio Júri de novo se manifeste, sem substituir a decisão deste, por outra própria.

Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

- I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular;
- II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior;

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

- a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia;
- b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;
- c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

§ 1º Se a sentença do juiz-presidente for contrária à lei expressa ou divergir das respostas dos jurados aos quesitos, o tribunal *ad quem* fará a devida retificação.

§ 2º Interposta a apelação com fundamento no nº III, c, deste artigo, o tribunal *ad quem*, se lhe der provimento, retificará a aplicação da pena ou da medida de segurança.

§ 3º Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.

A leitura do dispositivo não permite outra conclusão senão a de que lei processual legitima as conclusões do conselho de sentença a partir do novo julgamento, tornando o veredicto intransponível, insuscetível de nova apreciação, pouco importando que se afigure notoriamente injusto.

É fato que a lei impede a participação, no segundo julgamento, dos jurados que serviram no primeiro. Isto, todavia, não induz a conclusão de que no segundo julgamento não haverá erros ou injustiça, mesmo porque, durante os debates, a parte interessada na conservação do primeiro veredicto persistirá em suas pretensões enquanto a parte contrária enaltecerá o acórdão que cassou a primeira decisão. Albergado em sua soberania constitucional, o jurado não tem qualquer compromisso com as conclusões do tribunal togado que anulou o julgamento e pode, simplesmente, manter a primeira decisão, por mais injusta que ela possa parecer, sob o ponto de vista técnico.

O § 3º do art. 593 foi inserido no CPP pela Lei n.º 263, de 23 de fevereiro de 1948, razão pela qual não foi mencionado na exposição de motivos do Código, que é de 1941. Todavia, da análise deste estranho dispositivo, a conclusão só pode ser no sentido de que o legislador ordinário quis, muito embora equivocado, homenagear a soberania do júri, o que não faz qualquer sentido, pois a soberania só impede a modificação do veredicto e em nada se relaciona com a ideia de que o julgamento só pode ser anulado uma única vez, quando a decisão se mostrar manifestamente contrária à prova do processo.

Desta forma, eventual modificação no texto legal, tendente a afastar a limitação de apelos que visam à cassação do veredicto injusto não afetaria, sob nenhum aspecto, a soberania constitucional do júri. Nesse particular, uma mudança imediata na legislação viria em boa hora, mesmo porque o combate à injustiça deve ser o ideal constante de todo operador do direito, pouco importando que, no elenco do júri, seja acusador, defensor ou julgador.

Pelo bem geral da sociedade, é de se esperar que injustiças sejam combatidas com desforço sobrecomum de todos os membros da comunidade jurídica e a imposição da vontade do legislador não pode se sobrepor ao senso comum de justiça, mormente quando a legislação se escora no equivocado argumento de obediência à soberania para chancelar o que não é certo.

2.10.4 Condutas dolosas que resultam em morte e escapam do júri

Para reforçar a tese de que a competência do júri não é absoluta e pode ser excepcionada, a legislação brasileira prevê várias hipóteses de competência diversa para o julgamento de condutas que envolvem ocisão dolosa da vida humana, em que o júri não é chamado a decidir. Nesse prisma, convém citar algumas.

2.10.4.1 Homicídio – miliar x militar, ambos em situação de atividade

HABEAS CORPUS – REVISÃO CRIMINAL. A possibilidade de manuseio da revisão criminal não é óbice à admissibilidade do habeas corpus, uma vez presente articulação sobre cerceio à liberdade de ir e vir. COMPETÊNCIA – HOMICÍDIO – AGENTE E VÍTIMA MILITARES. **Cabe à Justiça Militar processar e julgar acusado da prática de crime enquadrável como militar, ainda que doloso contra a vida – inteligência do artigo 124 da Constituição Federal.** PROCESSO-CRIME – ORGANICIDADE E DINÂMICA. Há de observar-se, no exercício do direito de defesa, a organicidade e dinâmica das normas instrumentais. PENA – FIXAÇÃO. A fixação da pena ocorre, de regra, considerado o justo ou injusto, mostrando-se excepcional a ilegalidade.(HC 135955, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 21/11/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-280 DIVULG 05-12-2017 PUBLIC 06-12-2017)

Nessa linha, ensina Lima (2019, p. 1380):

[...] esse delito deve ser processado e julgado perante a Justiça Militar da União, ainda que ambos os militares não estejam em serviço (CPM, art. 9º, II, 'a'). Em sentido semelhante, militar da ativa dos Estados que comete crime doloso contra a vida de militar da ativa dos Estados deve ser julgado perante a Justiça Militar Estadual, mesmo não estando ambos em serviço (CPM, art. 9º, II, 'a').

2.10.4.2 Homicídio – civil x militar das Forças Armadas em serviço em lugar sujeito à administração militar

Ainda citando Lima (2019, p. 1380):

[...] deve ser processado e julgado perante a Justiça Militar da União (CPM, art. 9º, III, 'b'). Se o homicídio doloso for praticado por civil contra militar dos Estados (ex: PM), a competência será do Tribunal do Júri, na medida em que a Justiça Militar dos estados não tem competência para julgar civis (CF, art. 125, § 4º).

Na hipótese citada acima, a justiça castrense afasta a competência do júri quando o homicídio for praticado contra militar em serviço, em lugar sujeito à administração militar, a exemplo do que ocorre nas zonas de ocupação e pacificação em favelas, para garantia da lei e da ordem. Nesses casos, independentemente da motivação do agressor, o processo e julgamento do delito fica sujeito à competência da Justiça Militar Federal, excepcionando a competência do Tribunal do Júri.

2.10.4.3 O caso Adélio Bispo/Jair Bolsonaro – Lei de Segurança Nacional

Em 6 de setembro de 2018, há exatos 31 dias das eleições presidenciais no Brasil, o Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, candidato à Presidência da República que liderava as pesquisas na disputa pela chefia do Poder Executivo, foi alvo de um atentado. A vítima participava de um evento de campanha na cidade mineira de Juiz de Fora e foi atingida por um golpe de faca no abdômen, quando era carregado nos ombros por um correligionário, em meio à multidão.

O agressor, Adélio Bispo de Oliveira, foi preso em flagrante, denunciado e processado. A denúncia⁸ do Ministério Público Federal, assinada pelo Procurador da República Marcelo Borges de Mattos Medina, afirma que:

[...] o denunciado perpetrou a conduta por motivação política e com o objetivo de excluir a vítima da disputa eleitoral. Como consequência, lesionou o regime representativo e democrático.

Logo, tem-se que ADÉLIO BISPO DE OLIVEIRA, com vontade livre e consciente, presentes os requisitos de ordem subjetiva a objetiva dos artigos 1º, II e 2º, I e II, da Lei n.º 7.170/1983, incorreu no crime tipificado no art. 20, parágrafo único, primeira parte, desse mesmo estatuto, nos termos do art. 61, II, “c”, “h” e “i”, do Código Penal.

O Ministério Público Federal tipificou a conduta do agressor na Lei de Segurança Nacional porque, segundo a denúncia, estavam preenchidas as situações previstas nos artigos 1º, II e 2º, I e II, da referida lei, que prevê expressamente que, quando o fato também estiver previsto no Código Penal ou em outras leis penais, a aplicação da norma

⁸Disponível em http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia_adelio-bispo. [Consultado em 17/09/2019].

especial deverá levar em conta a motivação e os objetivos do agente, bem como a lesão ao regime representativo e democrático, dentre outros bens que tutela.

Ao final, o acusado foi absolvido impropriamente e recebeu medida de segurança de internação por tempo indeterminado porque o laudo pericial afirmou ser ele portador de transtorno delirante persistente. A sentença foi assinada pelo Juiz Federal Bruno Savino em 14 de junho de 2019⁹.

Este, pois, mais um exemplo em que a legislação brasileira, mesmo em caso de conduta dolosa, direcionada à eliminação da vida humana, afasta a atuação do tribunal do júri porque capitula o crime na Lei n.º 7.170/83, Lei de Segurança Nacional, quando a conduta for direcionada por motivação política.

Mas não é só. A legislação brasileira contempla, ainda, outros crimes que podem envolver a morte dolosa e que, no entanto, escapam da competência do júri, a exemplo do roubo qualificado pelo resultado morte (art. 157, § 3º do Código Penal), e o genocídio (art. 1º, da Lei 2.889/1956).

2.11 O direito de escolha do acusado e o (aparente) entrave da barreira constitucional

Nesse ponto, a questão ingressa por uma via intrincada quando, de um lado, a ordem constitucional, de forma rígida, entrega ao júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e de outro lado, a lei, que deve genuflexão ao texto maior, prevê uma forma de julgamento que, por natureza, deveria garantir ao acusado um julgamento justo e imparcial, mas, às vezes, acaba fazendo o contrário.

De tudo o que já foi exposto, parece ser seguro afirmar que não se pode desprezar o direito de escolha do acusado pelo procedimento que, à sua análise, se apresentar mais justo e adequado e sobretudo, eficiente, dadas as circunstâncias do caso concreto, sem que isto signifique negar a existência do júri, sua soberania ou sua competência.

⁹ Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/sentenca-adelio-bispo/>. [Consultado em 17/09/2019].

Nessa contextura, convém citar Jardim (2014, p. 117) “Não é valioso punir a qualquer preço. Por outro lado, a falta de eficácia do processo penal e a ineficiência das instituições do Estado de Direito só levam à desmoralização da democracia.”

A garantia constitucional que prevê a competência do júri tem caráter visivelmente protetivo e não estaria inserida no rol dos direitos e garantias individuais, se não fosse concebida para esta finalidade. Por isso mesmo, deve se afigurar como tal e reverberar para muito além de uma dimensão puramente teórica. Assim, deve ser interpretada no sentido da efetividade das garantias individuais e do princípio da dignidade da pessoa humana.

De nada adiantaria a garantia de que o acusado será julgado pelos seus pares, quando as circunstâncias do caso concreto e a maciça exploração midiática do caso já desenham, com nitidez, a contaminação do entendimento do conselho de sentença e o prenúncio de um julgamento parcial, hermético a qualquer argumentação contrária.

Para sustentação do que aqui se afirma, calha observar que conclusões do estudo empírico demonstraram que, de 117 pessoas entrevistadas, 67,8% afirmaram que, com base na notícia jornalística apresentada, pouca (ou nenhuma chance) teriam de mudar de ideia após ouvir os argumentos das partes, durante o julgamento.

Nesse panorama fático, é justo e necessário que se dê ao acusado o direito de escolher o procedimento que lhe parecer mais isento, permeável à dúvida e à prova técnica, sempre, é claro, com a assistência de seu defensor acerca das vantagens e riscos desta escolha.

A depender das circunstâncias e, aqui, a pressão midiática maciça é o ponto de maior atenção, a obediência cega à competência do júri, sem que se permita ao acusado qualquer aceno tendente à busca por outro procedimento, descamba para uma completa incoerência que afronta a busca pela efetivação dos direitos fundamentais do cidadão, dentre eles, o de ser julgado de maneira imparcial.

Os argumentos que despontam no sentido contrário, enaltecendo a rigidez constitucional da competência do júri, parecem não resistir a algumas contra argumentações que convergem com a proposta que aqui se estabelece.

Nesse vértice, convém citar a lição de Mendes e Branco (2019, p. 160):

O direito à organização e ao procedimento envolve não só a exigência de edição de normas que deem vida aos direitos fundamentais, como também a previsão de que elas sejam interpretadas de acordo com os direitos fundamentais que as justificam.

2.11.1 A competência por prerrogativa de função se sobrepõe ao júri

A primeira razão para que se considere o direito de escolha do acusado pela justiça togada está na previsão constitucional de competência por prerrogativa de função. Explicando, o texto constitucional prevê que algumas pessoas, devido à função que exercem, não são julgadas pela instância comum originária, como são os demais cidadãos.

Sobre jurisdição e competência, Lima (2013, p. 294) explica que:

(...) nem todos os juízes podem julgar todas as causas, razão pela qual, motivos de ordem pratica obrigam o Estado a distribuir esse poder de julgar entre vários juízes e tribunais. Dessa forma, cada órgão jurisdicional somente pode aplicar o direito objetivo dentro dos limites que lhe foram conferidos nessa distribuição. Essa distribuição, que autoriza e limita o exercício do poder de julgar no caso concreto, e a competência.

A competência está prevista na Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, inciso XIII, que estabelece que ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente.

A competência por prerrogativa de função é definida a partir de quem é o réu, e é daí que se extrai o termo, competência “em razão da pessoa”, ou *ratione personae*. A função exercida pelo acusado (ou investigado, nos casos de inquérito) influi na competência da investigação e processamento do feito.

A função que a pessoa ocupa proporciona-lhe uma prerrogativa – também chamada popularmente de “privilégio” – de ser julgada por um tribunal hierarquicamente compatível com sua autoridade.

Como exemplo, citam-se juízes, promotores de justiça, deputados federais e estaduais, prefeitos e outras autoridades, que são julgadas diretamente nos tribunais, conforme a

função que exercem. Nesses casos, a competência oriunda da prerrogativa de função prevalece sobre a regra do júri, quando estiver prevista na Constituição Federal.

É neste sentido, a súmula vinculante n.º 45, do STF: “A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.”

A interpretação *contrarii sensu* do referido verbete informa que a competência do júri se sobrepõe ao foro por prerrogativa de função previsto exclusivamente na Constituição Estadual. Logo, se a competência estiver prevista na Constituição Federal, não terá lugar o tribunal do júri e, nesse caso, havendo concurso de pessoas, deverá haver, necessariamente, a separação de processos, a fim de que o indivíduo com foro privilegiado seja julgado pela jurisdição competente, enquanto o concorrente da conduta criminosa será julgado pelo tribunal do júri, caso não detenha a prerrogativa.

Interessante observar, todavia, que o foro privilegiado previsto na Constituição Federal é renunciável, enquanto o julgamento pelo júri, não. Desta realidade, surge uma absurda incoerência, pois, o instituto prevalente é renunciável, mas o que é subordinado não o é. Este, pois, outro argumento sensível para a defesa do direito de renúncia ao julgamento pelo júri.

Não menos interessante, é o fato de que os dispositivos constitucionais que cuidam da competência por prerrogativa de função não estão estabelecidos em cláusula pétrea, entretanto, são capazes de afastar a competência do júri.

Portanto, a previsão constitucional da prerrogativa de função demonstra que a competência do júri não é absoluta e que o constituinte não vedou hermeticamente a possibilidade de se excepcionar algumas hipóteses em que o júri não é chamado a decidir. Esta, pois, é a ideia central da proposição que se faz, no sentido de que a garantia de competência não é absoluta e nem pode ingressar pela via paradoxal, em prejuízo do garantido.

Para os que sustentam que a garantia de julgamento pelo júri é também da sociedade, é bom lembrar que a ordem constitucional não consagra nenhum direito absoluto. Nada impede que até mesmo os direitos fundamentais sejam relativizados.

A pena de morte, prevista no art. 56 do CPM para o caso de guerra, é um exemplo claro desta afirmação. A primeira hipótese que autoriza a relativização ressurte do conflito que pode se estabelecer entre eles. Nessa hipótese, a solução do conflito deverá ser analisada segundo o caso concreto, respeitados, obviamente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, além do quê, a limitação não poderá ir além do estritamente necessário.

Sobre a colisão entre direitos fundamentais, Mendes e Branco (2018, p. 241), asseveram:

Embora o texto constitucional brasileiro não tenha privilegiado especificamente determinado direito, na fixação das cláusulas pétreas (CF, art. 60, § 4º), não há dúvida de que, também entre nós, os valores vinculados ao princípio da dignidade da pessoa humana assumem peculiar relevo (CF, art. 1º, III)

De tudo o que vem sendo exposto, é possível observar que, apesar da previsão expressa de competência do júri no texto constitucional, a legislação brasileira prevê vários exemplos em que o julgamento do crime foge à competência do júri. Isto demonstra que o legislador não se preocupou, invariavelmente, com a participação democrática em todos os casos que envolvem morte dolosa, reservando, em vários pontos, a competência da justiça togada.

Se há exceções, justificáveis, é bom que se diga, não é razoável albergar na competência do júri todos os casos que envolvem indivíduos sem a prerrogativa do foro e vedar por completo a flexibilização desta competência, tolhendo do acusado, em hipóteses graves e não menos justificáveis, o direito de escolha por um juiz togado, mesmo porque, não apenas o réu, mas toda a sociedade, interessam-se por um julgamento justo e quando a injustiça se opera, uma espécie de sucumbência geral se lança sobre toda a coletividade.

A propósito, a regra de competência é tão protetiva em relação aos indivíduos que gozam de foro por prerrogativa de função que, havendo concurso, o caminho é a separação dos processos, a fim de que o indivíduo sem a prerrogativa seja julgado pelo júri e o detentor do foro especial seja julgado perante sua corte originária.

Neste sentido, Marrey *et al* (1997, p. 61) lecionam que:

Se praticado o crime em *coautoria* com terceiro sem prerrogativa de foro, *biparte-se* o processo, a fim de que seja o segundo réu submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Certo é que, por qualquer ângulo de observação, a arquitetura de direitos individuais e o princípio da dignidade da pessoa humana não permitem assimilar a vetusta ideia de que a competência constitucional gera, invariavelmente, a subsunção do indivíduo ao julgamento leigo.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Superado o enquadramento teórico, segue-se rumo à pesquisa empírica, onde se buscou testar as hipóteses lançadas no início do trabalho, a fim de verificar se elas são convergentes com os resultados obtidos.

3.1 Introdução

A complexidade do mecanismo que envolve o julgamento pelo tribunal do júri, no Brasil, torna particularmente difícil a compreensão do instituto até mesmo pelos profissionais traquejados com a matéria. A questão assume uma proporção ainda maior quando se tem em conta que o principal responsável pelo veredicto é o cidadão leigo que, a despeito do despreparo causado pela pouca atenção da legislação, recebe a árdua (e obrigatória) missão de julgar condutas graves de seus semelhantes.

O epicentro das imperfeições demonstradas no enquadramento teórico da pesquisa é justamente a previsão constitucional de inafastabilidade do julgamento pelo júri, uma vez que o instituto está gravado em cláusula pétrea do texto constitucional, no rol das garantias individuais e, como tal, não permite interpretações tendentes a dispensar sua intervenção.

O principal objeto da pesquisa foi demonstrar que a garantia individual não pode se desvirtuar da finalidade para a qual foi concebida e voltar-se contra o indivíduo a quem deveria garantir. Entretanto, em casos de grande repercussão, explorados maciçamente pelos veículos midiáticos, o jurado pode sofrer influência capaz de incutir em seu subconsciente um preconceito em relação ao fato e subtrair-lhe a imparcialidade, requisito mínimo de um julgamento justo.

A pesquisa procurou demonstrar também que nesses casos emblemáticos, percutidos repetidamente pelos veículos de comunicação em massa, o instituto da íntima convicção,

que serve de critério para apreciação da prova pelo jurado, exsurge como um fato agravador, colorindo com perigosa subjetividade o julgamento leigo.

Surge daí a necessidade da comprovação empírica das hipóteses lançadas, ou seja, a investigação visa comprovar se o cidadão leigo, baseado somente nas informações que recebeu dos veículos de comunicação, tende a formar uma opinião preconcebida sobre os fatos, independentemente das percepções que obtiver após a exploração da prova do processo pelas partes envolvidas, durante o julgamento.

Colhidas as informações e analisados os resultados, cumpre verificar se as observações da pesquisa se afinam com o estudo empírico, cujo objetivo é apurar uma eventual sintonia entre as conclusões do plano teórico e sua efetiva comprovação no terreno do empirismo. Se porventura os resultados se coadunarem com as observações colhidas durante a exploração teórica, atingir-se-á o ápice da pesquisa, a fim de que possam ser oferecidas algumas propostas de reestruturação do modelo, com vistas à maior efetividade da garantia constitucional e do instituto do júri.

O ponto culminante de qualquer trabalho sobre o qual se lança o pesquisador está na comprovação das hipóteses que se deflagraram nas primeiras elucubrações. Na fase embrionária da pesquisa, um objetivo geral foi proposto e consistia em saber se o acusado, sobre quem pesa a acusação de ter praticado um crime contra a vida, teria o direito de optar pelo procedimento penal que, na sua percepção e de sua defesa técnica, se afigurar mais imparcial, abrindo mão da competência do tribunal do júri, formado por leigos, tendo em vista que a eventual exploração midiática, lançada sobre seu caso, poderia exercer alguma influência negativa sobre os jurados ao ponto de se questionar sua imparcialidade.

Para que este objetivo fosse atingido, outras metas mais específicas foram traçadas a partir da seguinte problematização: É possível que a decisão dos potenciais jurados ocorra de forma isenta, mesmo quando estes estão expostos à influência da mídia, nos casos de grande repercussão ou comoção social?

Em busca de respostas para essa indagação, foi necessário verificar, dentre outros objetivos, se a opinião dos entrevistados pode ser influenciada com a exploração midiática do caso apresentado; se há possíveis transgressões ao princípio da imparcialidade, que

deve nortear as decisões de todo e qualquer julgador e, enfim, se a garantia do julgamento pelo júri pode, por uma via reversa, operar-se contra o próprio garantido.

Tem início, então, a parte empírica deste trabalho, com o objetivo de verificar se os postulados teóricos aqui explanados se alinham com o plano prático, principalmente no que tange à imparcialidade do júri nos casos de grande repercussão, maciçamente explorados pela mídia.

3.2 Metodologia da pesquisa

O estudo empírico busca também saber se os fatores externos, já mencionados alhures, podem tirar do indivíduo, mesmo que parcialmente, a necessária percepção que se exige no trato com a causa criminal sujeita à sua apreciação e se o indivíduo entrevistado (jurado em potencial) pode ser contaminado por informações que se espalham de maneira vertiginosa.

Assim, será possível verificar se estas informações seriam capazes de formar opinião concreta sobre o fato e se podem exercer alguma influência no subconsciente do julgador leigo, de onde provém a fonte do conselho de sentença, representado por membros da sociedade, que futuramente serão reunidos para apreciar a causa e decidir o destino do indivíduo apresentado para julgamento.

Este modesto estudo não tem a vã pretensão de encerrar a discussão sobre a matéria. Muito pelo contrário, trata-se de um singelo contributo, cujo objetivo é instigar uma reflexão crítica sobre um tema espinhoso, em busca de soluções que propiciem a concretização da justiça e da paz social, uma vez que o modelo atual do júri brasileiro apresenta imperfeições que vão contra os anseios da sociedade, maior interessada em um julgamento justo.

Superado esse exórdio, deflagram-se as análises da pesquisa empírica, cujo objetivo centra-se na efetiva imparcialidade do tribunal do júri para que se possa concluir sobre sua renúncia.

3.2.1 Caracteres do estudo empírico

A investigação se estruturou sobre um molde exploratório e seguiu o método misto (quantitativo e qualitativo) cuja proposta central é analisar as conclusões externadas pelos entrevistados acerca do caso apresentado para seu julgamento crítico, reproduzindo-as em estruturas gráficas, a fim de que os resultados possam viabilizar as conclusões sobre as hipóteses lançadas no campo teórico e analisar o raciocínio crítico dedutivo do entrevistado sobre o caso sujeito à sua análise.

Creswell e Clark (2011) definem a metodologia da investigação mista como um procedimento de coleta, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa.

Tashakkori e Teddlie (1998) referem-se a estudos em que metodologias de investigação mista são usadas de maneira sequencial ou paralela e assumem um estatuto igual ou diferencial quando se definem as questões de investigação e são usadas na mesma fase ou em fases distintas de um único estudo.

Os referidos autores explicam como a análise quantitativa permite identificar sujeitos para um estudo qualitativo e como as entrevistas qualitativas podem fornecer elementos adicionais a processos identificados através de análise quantitativa.

Nessa linha de raciocínio, conclui-se que essa figura mista, obtida pela combinação de métodos, permite uma análise mais abrangente do tema explorado neste trabalho e fornece melhores possibilidades de análise dos resultados. A pesquisa também seguiu os modelos exploratório e explicativo, com vistas a um melhor aproveitamento dos resultados obtidos.

3.2.2 Suporte material utilizado para a coleta dos dados

A pesquisa foi realizada entre os dias 21 e 30 de novembro de 2019. Como suporte material, foram utilizados questionários *on-line* (elaborados e disponibilizados através da plataforma *google formulários*), matéria jornalística e equipamentos de informática para digitalização, lançamento e reprodução dos resultados em planilhas gráficas.

O questionário foi transmitido, via aplicativo *whatsapp*, aos responsáveis pelas repartições eleitas, que se encarregaram de retransmiti-lo aos entrevistados, visando evitar que o entrevistador tivesse acesso a informações como nome e número do telemóvel dos participantes, para que fosse preservado, ao máximo, o sigilo das informações.

O guião de perguntas compõe-se de indagações sobre dados sociodemográficos dos entrevistados e sobre o tema específico da entrevista, cujas respostas serviram de base para a análise dos resultados que serão apresentados adiante. O questionário foi elaborado pelo próprio entrevistador e, por cautela, as questões foram redigidas com suficiente clareza e objetividade, visando evitar respostas ambíguas ou contraditórias que pudessem comprometer a correta análise e discussão dos resultados.

Igualmente, o investigador procurou evitar termos técnicos e linguagem jurídica. Quando necessário, estas expressões foram devidamente esclarecidas e transportadas para linguagem mais palatável, a exemplo da expressão “crimes dolosos”, utilizada em uma das questões, que foi seguida da explicação “intencionais”.

O questionário foi acompanhado do termo de consentimento livre esclarecido e de autorização para realização da pesquisa, expedida pelas chefias das repartições eleitas para aplicação da pesquisa. Antes, porém, o projeto foi submetido à análise da Plataforma Brasil, sistema eletrônico brasileiro que sistematiza o recebimento de projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, submetendo-os aos Comitês de Ética em todo o território nacional para uniformização destes procedimentos.

Após aprovação, pela Plataforma Brasil, o projeto também foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa que, da mesma forma, nada opôs à sua realização.

No período retro mencionado foram colhidas 217 respostas de indivíduos pertencentes às três instituições eleitas para aplicação do questionário.

Colhidos os dados, as amostras foram cuidadosamente analisadas e as respostas lançadas em planilha do Microsoft Excel. A partir dos dados informados, foram criados gráficos e tabelas. Os questionários foram analisados de maneira imparcial, com o objetivo de detalhar, da melhor forma possível, o entrelace teórico e prático a que se propôs a pesquisa.

Em obediência ao princípio da íntima convicção, segundo o qual as decisões dos jurados não são (e nem podem ser) fundamentadas, nenhuma das indagações que compõem o questionário exigiu motivação da resposta, justamente para que fosse possível reproduzir, com a maior fidelidade possível, as conclusões que servem de parâmetro para o julgamento leigo da causa, que ocorre sem qualquer fundamentação.

3.2.3 Procedimentos

Todos os protocolos e autorizações de natureza ética estão nos anexos deste trabalho e as exigências da legislação brasileira e portuguesa foram rigorosamente obedecidas, tendo em vista que a pesquisa envolveu seres humanos e foi minimamente invasiva, objetivando apenas a coleta dos dados necessários ao entrelace do empirismo com as hipóteses lançadas no plano teórico, ainda na fase embrionária deste trabalho.

Ao receber o questionário, o entrevistado teve plena ciência de seu direito de não participar da pesquisa ou de desistir dela a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Igualmente, o respondente foi cientificado de que a colheita de informações obedece rigorosamente aos critérios de anonimato, confidencialidade e privacidade e de que os dados seriam utilizados somente para os fins a que se propõe a pesquisa. Por fim, o pesquisador, desde a elaboração do projeto, firmou compromisso de respeitar a todos os princípios éticos contidos na Resolução nº 466/12.

Tendo em conta que a pesquisa foi direcionada a dois grupos distintos, o investigador teve o cuidado de separar os questionários em dois arquivos digitais diversos, a fim de que as respostas também fossem endereçadas a bancos de dados separados. Isto se explica porque um dos questionários foi aplicado a pessoas leigas, ou seja, não detentoras de formação jurídica e que também não cursam a faculdade de Direito e o outro foi direcionado somente aos estudantes da graduação do curso de Direito. Assim, a forma eleita para o trato com as amostras permitiu a análise individualizada dos resultados, em busca de possíveis oscilações.

Conforme já se afirmou, o questionário foi endereçado à chefia das repartições, que se encarregou de retransmiti-lo aos participantes, via aplicativo *whatsapp*. A escolha desse método eletrônico facilitou a rápida colheita dos dados, tendo em vista que, nos dias atuais, a maioria das pessoas traz consigo um *smartphone*. É de se presumir que o público

alvo, composto de acadêmicos e funcionários públicos, não encontrou dificuldades no manuseio do questionário eletrônico. Basta observar que o guião de perguntas foi aplicado entre os dias 21 e 30 de novembro e, nesse curto período, 217 respostas foram coletadas nos dois questionários.

À medida em que as respostas eram oferecidas, os dados eram enviados diretamente para um arquivo eletrônico do *google drive*, cujo acesso é restrito ao investigador, mediante uso de palavra passe.

3.3 Participantes

A lei processual penal brasileira prevê, no art. 425, § 2º, que a lista geral de jurados é formada a partir de requisições do magistrado às autoridades locais, associações de classe e de bairro, entidades associativas e culturais, instituições de ensino em geral, universidades, sindicatos, repartições públicas e outros núcleos comunitários, a fim de que indiquem pessoas que reúnam as condições para exercer a função de jurado.

Tendo como norte essa premissa legal, o investigador elegeu, como alvos da pesquisa, os professores e funcionários do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET – Campus Araxá/MG, os Professores e funcionários da Escola Municipal Professora Leonilda Montandon – CAIC e, como forma de testar uma amostra colhida entre indivíduos com algum conhecimento jurídico acumulado, o questionário também foi aplicado entre os estudantes da graduação do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ. A escolha destas instituições para aplicação do questionário vai de encontro às disposições da legislação que rege a matéria, para que a amostra obedecesse aos mesmos parâmetros previstos para o recrutamento de jurados.

A fim de verificar possíveis variações nos resultados, conforme o conhecimento jurídico dos entrevistados, os resultados obtidos entre o público leigo e os estudantes de Direito foram analisados separadamente e, em seguida, comparados.

3.2.3 Amostras

As amostras foram colhidas de maneira intencional, em instituições que, segundo a lei, são fontes potenciais para a elaboração da lista geral de jurados. A providência, conforme

também já afirmado, objetivava a colheita de amostras que se aproximassem, o quanto possível, da realidade que permeia o procedimento de formação da lista geral de juízes leigos de uma comarca. Nesse prisma, é natural concluir que uma escolha aleatória, sem qualquer parâmetro de aproximação com a realidade, comprometeria a fidelidade dos resultados. Esta, pois, a razão da preocupação com a escolha.

Antes de prosseguir para a análise dos resultados propriamente ditos, convém fazer uma observação importante. A mesma legislação processual penal que estabelece critérios para o recrutamento de jurados no Brasil também dispõe, em seu art. 436, que o serviço do júri é obrigatório e o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos e de notória idoneidade.

No que diz respeito ao critério da idoneidade, que, no procedimento do júri brasileiro, é eliminatório, obviamente, não foi possível aplicar qualquer método de verificação, tendo em vista que o investigador não teve acesso sequer aos nomes das pessoas entrevistadas e, naturalmente, não teria elementos para aferir sua idoneidade. Desta forma, é necessário pontuar que a amostra somente não se aproximou ainda mais da realidade devido a este critério, cuja aferição não é alcançável nos limites desta dissertação. Doravante, passa-se à análise dos resultados da pesquisa.

3.4 Perfil dos representantes da amostra

3.4.1 Público leigo – amostra “A”

A primeira amostra é composta de pessoas leigas, assim compreendidas aquelas que não possuem formação jurídica e nem mesmo estão cursando a graduação em direito.

3.4.1.1 Dados sociodemográficos dos participantes da amostra “A”

Nesse tópico, passa-se à análise do primeiro questionário, direcionado ao público leigo, composto de professores e demais funcionários do CEFET/Araxá e da Escola Municipal Professora Leonilda Montandon – CAIC. Como os resultados são automaticamente direcionados a um banco de dados eletrônico, não há como distinguir os questionários

pela instituição de onde partiram. Desta forma, não é possível individualizar o público alvo pela fonte.

Tabela 1 – Idade dos entrevistados

Idade dos participantes	Número de respostas (NR)	Percentual
18 a 20 anos	1	0,9%
21 a 25 anos	4	3,4%
26 a 30 anos	6	5,1%
31 a 35 anos	11	9,4%
36 a 40 anos	16	13,7%
Maiores de 41 anos	79	67,5%

Possível observar que a maioria dos respondentes, isto é, 67,5%, situa-se na faixa daqueles maiores de 41 anos. O menor percentual etário situa-se entre 18 e 20 anos (0,9%). Em seguida, 3,4 % situam-se entre 21 e 25 anos; 5,1% situam-se entre os 26 e 30 anos; 9,4% entre 31 e 35 anos; 13,7% entre 36 e 40 anos.

Nos extremos das faixas etárias, situam-se as maiores diferenças, isto é, a absoluta minoria está entre os mais jovens, enquanto a imensa maioria dos participantes situa-se entre os mais idosos.

Tabela 2 – Gênero

Gênero	Número de respostas	Percentual
Masculino	27	23,1%
Feminino	90	73,9%

Novamente, é necessário chamar atenção para outra diferença significativa. O sexo feminino superou expressivamente o masculino. 76,9% dos respondentes são mulheres enquanto apenas 23,1% são homens.

Tabela 3 – Estado Civil

Estado Civil	Número de respostas (NR)	Percentual
Casado	68	58,1%
Solteiro	29	24,1%
Divorciado/Separado	16	13,7%
Viúvo	1	0,9%
Outro	3	2,6%

No que tange ao estado civil, a grande maioria, 58,1%, é representada por casados, seguida de 24,8% de solteiros. Os divorciados/separados representam 13,7% e viúvos, 0,9%. Por fim, os que se classificaram como pertencentes a outra espécie de convivência conjugal representam 2,6%.

Tabela 4 – Profissão

Profissão	Número de respostas	Percentual
------------------	----------------------------	-------------------

O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL:
polêmicas, imperfeições e propostas para a reformulação do modelo à luz da garantia constitucional

Advogado	3	2,56%
Analista	1	0,86%
Aposentado	3	2,56%
Auxiliar administrativo	2	1,70%
Bancário(a)	1	0,86%
Chefe de departamento de transporte	1	0,86%
Comerciante	1	0,86%
Consultora em políticas públicas	1	0,86%
Contador(a)	1	0,86%
Depilador(a)	1	0,86%
Educador(a)	1	0,86%
Enfermeiro(a)	2	1,70%
Escrevente	1	0,86%
Estagiário	2	1,70%
Estudante	2	1,70%
Mecânico montador de andaimes	1	0,86%
Médico(a)	1	0,86%
Músico	1	0,86%
Nutricionista	2	1,70%
Pedagogo(a)	5	4,27%
Professor(a)	52	44,4%
Psicólogo(a)	3	2,56%
Secretário(a)	4	3,42%
Servidor(a) Público(a)	12	10,25%
TCE	1	0,86%
Técnico em documentação	1	0,86%
Abstenções	11	9,40%

No campo relacionado à atividade profissional exercida, a pesquisa obteve respostas sobre 26 profissões diversas, prevalecendo, em grande maioria, os professores, que representaram 44,44% dos que responderam, seguidos de servidores públicos, que representam 10,25%. Esta prevalência se deve ao fato de o questionário ter sido aplicado em duas grandes escolas da cidade, onde os colaboradores, em sua maioria, são professores ou funcionários públicos.

Destacam-se, ainda, porém, em menor número, os pedagogos, com 5 respostas (4,27%), os secretários, com 4 respostas (3,42%), psicólogos, advogados e aposentados, com 3 respostas cada um, totalizando 7,68%. As demais profissões que figuraram entre 1 ou 2 respostas representam 20,54% dos que responderam.

Em que pese terem participado 3 advogados na amostra, o número é inexpressivo e não influencia no caráter predominantemente leigo do público alvo. Houve 11 abstenções (9,40%)

Tabela 5 – Formação

Formação	Número de respostas	Percentual
Ensino Fundamental	0	0%
Ensino médio	6	5,1%
Superior incompleto	8	6,8%
Superior completo	25	21,4%
Pós graduação, mestrado, doutorado	78	66,7%

A pesquisa demonstrou que, quanto ao grau de formação dos entrevistados da amostra ‘a’, prevaleceram os indivíduos de maior titulação acadêmica, isto é, os pós graduados, mestres e doutores, que representam 66,7% dos que responderam ao questionário. Na segunda posição, com 21,4%, figuram os que detêm somente formação superior.

Este fator também pode estar relacionado com as instituições alvo da pesquisa, diretamente envolvidas com atividades educacionais e que, naturalmente, pressupõem maior formação acadêmica de seu corpo docente. Em menor número, figuram no gráfico aqueles que ainda não concluíram o ensino superior (6,8%) e os que possuem ensino médio (5,1%). Não há, nos resultados, indivíduos que possuem apenas ensino primário.

Tabela 6 – Faixa de rendimento familiar

Faixa de rendimento familiar	Número de respostas	Percentual
Até 1 salário mínimo	1	0,9%
De 1 a 3 salários mínimos	22	18,8%
De 3 a 10 salários mínimos	79	67,5%
Mais de 10 salários mínimos	15	12,8%

Entre os integrantes da amostra “A”, prevaleceram, em grande maioria, os entrevistados com renda situada entre 3 e 10 salários mínimos, seguidos dos que possuem renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos. Em terceiro lugar, figuram os que possuem a maior renda superior a 10 salários mínimos.

O público de menor renda (até 1 salário mínimo) é praticamente inexpressivo, com apenas uma resposta, que representa 0,9% dos entrevistados.

3.4.2 Público acadêmico do Curso de Direito – amostra “B”

A segunda amostra é composta de pessoas que detêm conhecimento da área de Direito, assim compreendidas aquelas que possuem formação jurídica ou que estão cursando a graduação em direito.

3.4.1.1 Dados sociodemográficos dos participantes da amostra “B”

Tabela 7 – Idade dos entrevistados

Idade dos participantes	Número de respostas	Percentual
18 a 20 anos	27	27%
21 a 25 anos	34	34%
26 a 30 anos	11	11%
31 a 35 anos	9	9%
36 a 40 anos	10	10%
Maiores de 41 anos	9	9%

Na amostra 2, prevalece o público mais jovem, isto é, os situados entre 18 e 30 anos, que representam 72% do total de entrevistados. Os números são inversamente proporcionais aos da amostra 1, onde a grande maioria (79%) situa-se entre os maiores de 41 anos.

Tabela 8 – Gênero

Gênero	Número de respostas	Percentual
Masculino	38	38%
Feminino	62	62%

Também na amostra 2, o público feminino prevaleceu de maneira significativa, com 62% dos entrevistados contra 38% de homens.

Tabela 9 – Estado Civil

Estado Civil	Número de respostas	Percentual
Casado	15	15%
Solteiro	76	76%
Divorciado/Separado	7	7%
Viúvo	0	0%
Outro	2	2%

No que tange ao estado civil, a grande maioria, 76%, é representada por solteiros, seguida de 15% de casados. Os divorciados/separados representam 7% e os que se classificaram como pertencentes a outra espécie de convivência conjugal representam 2%.

Tabela 10 – Profissão

Profissão	Número de respostas	Percentual
Advogado	1	1%
Analista Jurídico(a)	1	1%
Atendente	1	1%
Autônomo(a)	2	2%
Auxiliar Cartorário(a)	1	1%
Bancário(a)	3	3%
Cabeleireiro(a)	1	1%
Cafecultor(a)	1	1%
Contador(a)	1	1%
Engenheiro(a)	1	1%
Empresário(a)	1	1%
Estudante	45	45%
Frentista	1	1%

O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL:
polêmicas, imperfeições e propostas para a reformulação do modelo à luz da garantia constitucional

Funcionário público	8	8%
Gestor comercial	1	1%
Instrutor	1	1%
<i>Moto girl</i>	1	1%
<i>Office boy</i>	1	1%
Professor	1	1%
Secretário	3	3%
Soldador	1	1%
Tatuador	1	1%
Vendedor	3	3%
<i>Videomaker</i>	1	1%
Abstenções	18	18%

No campo relacionado à atividade profissional exercida, a pesquisa obteve respostas sobre 24 profissões diversas, prevalecendo, em grande maioria, os estudantes, que representaram 45% do total de respostas, seguidos de funcionários públicos, que representam 8%.

As demais profissões permaneceram em menor número, figurando entre 1 e 3% do total de entrevistados. As abstenções somaram 18%.

Tabela 11 – Formação

Formação	Número de respostas	Percentual
Primário	0	0%
Ensino médio	5	5%
Superior incompleto	81	81%
Superior completo	10	10%
Pós graduação, mestrado, doutorado	4	4%

A pesquisa demonstrou que, quanto ao grau de formação dos entrevistados, prevaleceram os indivíduos com formação superior incompleta (81%), seguidos dos que possuem graduação superior já concluída (10%). Os que possuem ensino médio completo representam 5% e os pós graduados, mestres e doutores representam 4% dos entrevistados.

Tabela 12 – Faixa de rendimento familiar

Faixa de rendimento familiar	Número de respostas	Percentual
Até 1 salário mínimo	8	8%
De 1 a 3 salários mínimos	38	38%
De 3 a 10 salários mínimo	40	40%
Mais de 10 salários mínimos	14	14%

Na questão relativa à faixa de rendimento familiar, prevaleceram, na amostra ‘b’, as rendas situadas entre 1 e 3 e 3 a 10 salários mínimos, com singela diferença de 2% em

favor da segunda. Nos extremos, com 8%, aparecem os respondentes que ganham até 1 salário mínimo e com 14%, aqueles que auferem renda superior a 10 salários mínimos.

3.5 Apresentação do caso abordado no estudo empírico – Rhuan Maycon

O questionário relaciona-se diretamente com um caso concreto, representado por um crime grave, ocorrido no dia 31 de maio de 2019, em Samambaia, cidade satélite de Brasília/DF. A vítima do crime, Rhuan Maycon da Silva Castro, era uma criança de 9 anos de idade, que foi esfaqueada, mutilada, decapitada ainda viva e esquartejada. As partes do corpo foram ocultadas em uma mala, que foi deixada na quadra QR 425 de Samambaia, no DF. As partes do corpo da vítima foram localizadas por moradores da região¹⁰.

A suspeita recaiu sobre a própria mãe da criança, Sra. Rosana Auri da Silva, e sua Companheira, Sra. Kacyla Pryscyla Santiago. Elas foram presas e logo confessaram o crime. As duas mulheres foram denunciadas pelos crimes de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, do CP) lesão corporal gravíssima (art. 129, § 2º, do CP), tortura (art. 1º da Lei 9.455/97) ocultação e destruição de cadáver (art. 211 do CP) e fraude processual (art. 347 do CP).

O crime de tortura teria ocorrido em data anterior. A esse respeito, a denúncia do Ministério Público consignou que as suspeitas “castraram e emascularam a vítima clandestinamente” e “impediram que Rhuan tivesse acesso a qualquer tratamento ou acompanhamento médico”.

A reportagem do G1¹¹, ao mencionar trechos da denúncia do Ministério Público, informa que a motivação do crime está no ódio que a mãe, Rosana, nutria pela família paterna da vítima e que a coautora do delito, Kacyla, conhecia estes motivos e aderiu a eles.

¹⁰ Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/10/28/caso-rhuan-maycon-mae-e-companheira-que-esquartejaram-menino-vao-a-juri-popular-no-df.ghtml>. [Consultado em 21/11/2019].

¹¹ Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/07/01/caso-rhuan-maycon-completa-um-mes-nunca-vi-nada-parecido-diz-delegado-do-df.ghtml>. [Consultado em 21/11/2019].

O caso foi estampado nas principais páginas dos principais jornais do país, dentre eles, a Folha de São Paulo¹², G1¹³, Zero Hora¹⁴, Época¹⁵, dentre outros e repercutiu também na imprensa internacional. O crime foi manchete da primeira página de jornais na Europa, como os britânicos *The Sun*¹⁶ e *Mail on line*¹⁷: “Brazilian mother, 27, and her lesbian lover, 28, ‘tore off her nine-year-old son's penis before beheading him because he reminded her of her father”

O Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, comentou o caso em sua página no *Twitter*¹⁸:

O chocante caso do menino Ruan, que teve seu órgão genital decepado e foi esquartejado pela própria mãe e sua parceira, é um dos muitos crimes cruéis que ocorrem no Brasil e que nos faz pensar que infelizmente nossa constituição não permite prisão perpétua.

A repercussão do caso e sua exploração midiática maciça foram fatores que despertaram o interesse do investigador para sua utilização no questionário, que objetivava saber se o entrevistado teve notícia do crime, a fim de emitir juízo de valor a seu respeito, caso fosse o responsável pelo julgamento das pessoas acusadas.

A vertente empírica do questionário foi estruturada sobre 10 questões, quatro relacionadas à instituição do Júri, uma relacionada à forma de acesso do entrevistado a informações sobre criminalidade e as últimas cinco questões foram dedicadas especificamente ao

¹² Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/com-ajuda-de-companheira-mae-mata-e-esquarteja-filho-de-9-anos-no-df.shtml>. [Consultado em 21/11/2019].

¹³ Disponível em <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/06/01/crianca-morta-e-esquartejada-no-df-foi-sequestrada-ha-5-anos-do-ac-pela-mae-diz-familia.ghtml>. [Consultado em 21/11/2019].

¹⁴ Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/06/mae-confessa-ter-matado-filho-de-nove-anos-no-df-cjwfnjr3z01wm01mczbkc1442.html>. [Consultado em 21/11/2019].

¹⁵ Disponível em <https://epoca.globo.com/coluna-caso-rhuan-maycon-quando-os-pais-representam-ameaca-23733568>. [Consultado em 21/11/2019].

¹⁶ Disponível em: <https://www.thesun.co.uk/news/9300395/mum-son-lesbian-lover-murder-killed-brazil/>. [Consultado em 21/11/2019].

¹⁷ Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-7146517/Brazilian-mother-27-lesbian-lover-28-tore-nine-year-old-sons-penis.html?ito=social-facebook>. [Consultado em 21/11/2019].

¹⁸ Disponível em <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1141026957011968003>. [Consultado em 21/11/2019].

crime em comento. O guião também acompanhava uma reportagem jornalística que resumia o caso, com imagens das duas suspeitas e da vítima.

Após estas considerações introdutórias, passa-se à análise dos resultados obtidos.

3.6 Análise dos questionários aplicados – amostras “A” e “B”

Tabela 13 – Conhecimentos prévios sobre a Instituição do Júri

Você conhece a instituição do Júri?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Sim	59	50,4%	89	89%
Não	57	48,7%	11	11%
Abstenções	1	0,9%	-	-
Total	117	100	100	100

Entre o público leigo, as respostas praticamente se dividem em partes iguais, considerando-se que 50,9% disseram conhecer a instituição do júri e 49,1% afirmam não conhecê-la. Houve uma abstenção.

Como era de se esperar, entre os acadêmicos de Direito, prevaleceram, em imensa maioria (89%) os que conhecem a instituição do júri e apenas 11% disseram não conhecê-la. O desconhecimento da instituição, mesmo entre estudantes pode estar relacionado aos primeiros períodos da graduação, que, de maneira compreensível, ainda não conhecem esta forma de julgamento.

Tabela 14 – Conhecimentos prévios sobre a função do Tribunal do Júri

Sabe para que serve o Tribunal do Júri?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Não sei para que serve o Tribunal do Júri	23	19,6%	3	3%
Serve para julgar crimes dolosos (intencionais) contra a vida humana	64	54,7%	82	82%
Serve para julgar qualquer tipo de crime	30	25,7%	15	15%
Serve para julgar crimes praticados por políticos	0	0%	0	0%
Total	117	100	100	100

Interessante notar que os entrevistados da amostra “A”, apesar de, em sua maioria, terem respondido à questão anterior que não conhecem a instituição do júri, souberam, em considerável maioria (54,7%) informar que o júri se dedica ao julgamento dos crimes dolosos (intencionais) praticados contra a vida.

Do total de votos válidos da amostra “A”, 19,6% afirmaram não saber para que serve o Tribunal do Júri e outros 25,7% responderam que serve para julgar qualquer tipo de crime.

Nota-se que entre os entrevistados da amostra “B”, que já possuem algum conhecimento jurídico, a imensa maioria (82%) respondeu corretamente, afirmando que o júri se ocupa do julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Em seguida, 15% afirmaram que o júri serve para julgar qualquer tipo de crime e outros 3% disseram não saber para que serve o júri.

Tabela 15 – Experiências na função de jurado

Exerce, ou já exerceu, a função de jurado?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Sim	9	7,7%	3	3%
Não	108	92,3%	97	97%
Total	117	100	100	100

Esse questionamento objetivava saber apenas se o entrevistado exerce (ou já exerceu) a função de jurado. Percebe-se que de 117 respostas válidas da amostra “A”, 108 (92,3%) afirmaram nunca tê-la exercido e 9 (7,7%) disseram já ter exercido a função. Já em relação a amostra “B”, das 100 respostas colhidas, 97% afirmaram nunca tê-la exercido e apenas 3% disseram já ter exercido a função.

Tabela 16 – Número de vezes em que o entrevistado já exerceu a função de jurado

Caso seja afirmativa a resposta à questão anterior, quantas vezes já foi jurado?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
1 vez	5	-	0	0%
2 a 3 vezes	3	-	1	1%
4 a 6 vezes	2	-	0	0%
7 a 10 vezes	1	-	2	2%
Mais de 11 vezes	0	-	0	0%

Importante observar que há uma incoerência numérica nas respostas dadas às tabelas 15 e 16, no que tange a amostra “A”, uma vez que só deveriam respondê-la os que afirmaram já ter exercido a função de jurado. Desta forma, considerando-se que apenas 9 entrevistados responderam que já exerceram a função de jurado (tabela 15), este mesmo número 9 deveria se repetir no total de respostas da questão 10 (tabela 16). Entretanto, foram 11 os respondentes.

Tendo em vista a situação narrada, não há possibilidade de representar estes números em percentuais, mormente porque deveriam ser refletidos sobre o total de respostas afirmativas encontradas na questão anterior. Assim, a representação em porcentagem não representaria a realidade.

Na amostra B, apenas 3% dos entrevistados afirmaram já ter exercido a função de jurado e 97% afirmaram nunca ter exercido a função.

A idade dos entrevistados desta amostra pode ter exercido influência direta na pequena representatividade entre os que já exerceram efetivamente a função de jurado, tendo em vista que em sua maioria (61% dos indivíduos entrevistados) têm idade entre 18 e 25 anos.

Tabela 17 – Acesso a temas relacionados com a criminalidade

De que forma você tem acesso às informações sobre temas relacionados com a criminalidade?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Notícia escrita (jornais, revistas, panfletos, etc.)	40	34,2%	20	20%
Rádio	1	0,9%	1	1%
Televisão	33	28,2%	8	8%
Redes sociais: <i>Facebook</i> , <i>Whatsapp</i> , aplicativos, <i>chats</i> , etc.	43	36,7%	71	71%
Total	117	100	100	100

Os números apresentados pela amostra “A” à questão revelaram que, atualmente, as redes sociais representam a maior fonte de informação sobre temas relacionados com a criminalidade (36,7%), seguida de notícia escrita (34,2%). A televisão continua entre os maiores veículos de informação com 28,2% e o rádio é o veículo de informação menos procurado, com apenas 0,9% dos entrevistados.

Entre os participantes da amostra “B”, percebe-se que as redes sociais também representam a maior fonte de informação sobre temas relacionados com a criminalidade. Porém, nesta amostra, o número saltou de 36,7 para 71%. A notícia escrita é a segunda maior fonte de informações, com 20% dos entrevistados, seguida da televisão, com 8% e o rádio, com 1%.

Tabela 18 – Conhecimento prévio sobre a reportagem do caso Rhuan Maycon

Você teve notícia da reportagem que acompanha este questionário?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Sim	71	60,7%	81	81%
Não	45	38,4%	19	19%
Abstenções	1	0,9%	-	-
Total	117	100	100	100

Ao questionamento apresentado, a amostra “A” revelou que 60,7% dos entrevistados souberam da reportagem e 38,4% desconheciam-na. Houve uma abstenção. Entre os

integrantes da amostra “B”, a questão revelou que 81% dos entrevistados souberam da reportagem e 19% desconheciam-na.

As tabelas 19 a 23 dizem respeito ao juízo de valor do entrevistado sobre o crime de que trata a reportagem apresentada. Nelas, o respondente emitiu sua opinião direta sobre como julgaria a causa, caso fosse o jurado, baseando-se apenas na reportagem apresentada com o questionário.

Tabela 19 – Crença na condenação dos envolvidos no crime

Com base somente nas informações oferecidas pela leitura das notícias, você acredita que os jurados responsáveis pelo julgamento do fato demonstrado, condenariam a(s) pessoa(s), cujos nomes foram envolvidos no crime noticiado?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Não acredito	4	3,4%	0	0%
Para mim, isso não tem relevância	3	2,6%	1	1%
Prefiro não opinar	14	11,9%	3	3%
Acredito parcialmente	26	22,2%	21	21%
Acredito totalmente	70	59,9%	75	75%
Total	117	100	100	100

Baseados somente na notícia jornalística oferecida, os entrevistados da amostra “A”, em sua maioria (59,9%), disseram acreditar totalmente na condenação das pessoas envolvidas com o crime. 22,2% afirmaram acreditar parcialmente na condenação, 3,4% não acreditam na condenação, 2,6% informaram que, particularmente, não veem relevância no assunto e, por fim, 11,9% preferiram não opinar.

De forma análoga, os entrevistados da amostra “B” também acreditam totalmente na condenação das pessoas envolvidas com o crime (75%) e 21% afirmaram acreditar parcialmente no êxito acusatório. 1 entrevistado informou que, particularmente, não vê relevância no assunto e, por fim, 3% preferiram não opinar. Nenhum dos entrevistados afirmou não acreditar na condenação das pessoas envolvidas.

Tabela 20 – Chances de absolvição dos envolvidos no crime

Com base somente nas informações oferecidas pela notícia, responda: se você fosse o responsável pelo julgamento da(s) pessoa(s) envolvida(s) no crime, numa escala de 1 a 5, qual seria a chance de você absolvê-la(s), isto é, livrá-la(s) completamente da culpa?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Nenhuma chance	79	67,5%	68	68%
Pouca chance	28	23,9%	30	30%

O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL:
polêmicas, imperfeições e propostas para a reformulação do modelo à luz da garantia constitucional

Chance razoável	8	6,8%	1	1%
Grande chance	1	0,9%	1	1%
Chance total	1	0,9%	0	0%
Total	117	100	100	100

Nessa questão, os números de ambas as amostras (“A” e “B”) não se alteraram significativamente, prevalecendo, em grande maioria, os que acreditam totalmente na condenação das pessoas envolvidas com o crime analisado.

Tabela 21 – Chances de um julgamento imparcial

Com base somente nas informações oferecidas pela notícia, responda: se você fosse o responsável pelo julgamento da(s) pessoa(s) envolvida(s) no crime, numa escala de 1 a 5, qual seria a chance de você julgá-la(s) de forma totalmente imparcial?	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
Nenhuma chance	23	19,66%	20	20%
Pouca chance	34	29,06%	26	26%
Chance razoável	25	21,37%	22	22%
Grande chance	17	14,52%	15	15%
Chance total	18	15,39%	17	17%
Total	117	100	100	100

Entre o público leigo (amostra “A”), 35 afirmaram ter chance total e grande chance de julgar os envolvidos de forma imparcial. Isto representa 29,91% do total de entrevistados. Ainda, entre leigos, os que responderam não haver nenhuma (ou pouca chance) de um julgamento totalmente imparcial representaram 48,72%. Os que afirmaram ser razoável a chance de total imparcialidade representam 21,37%.

Na questão relacionada à imparcialidade, os resultados da amostra ‘B’ apresentaram pequena diferença em relação à amostra ‘A’, informando que os entrevistados de ambos os grupos demonstraram pouca propensão a um julgamento imparcial. Nota-se que 17% afirmaram que é total a chance de julgar os envolvidos de forma totalmente imparcial, enquanto 15 e 22%, respectivamente, afirmaram ter grande chance e chance razoável de total imparcialidade. Por fim, 20% afirmaram não haver nenhuma chance e 26% afirmaram ser poucas as chances de um julgamento absolutamente imparcial.

A imparcialidade total, portanto, é discretamente mais perceptível entre as pessoas que já possuem algum conhecimento jurídico.

Tabela 22 – Mudança de opinião após explanação dos argumentos no plenário

Com base somente nas informações oferecidas pela notícia, responda: numa escala de 1 a 5, qual seria a chance de você	Amostra “A”	Percentual “A”	Amostra “B”	Percentual “B”
--	--------------------	-----------------------	--------------------	-----------------------

mudar de opinião após ouvir os argumentos do promotor de justiça e do(s) advogado(s) de defesa, durante o julgamento?				
Nenhuma chance	34	28,8%	22	22%
Pouca chance	46	39%	32	32%
Chance razoável	27	22,9%	28	28%
Grande chance	8	6,8%	11	11%
Chance total	2	2,5%	7	7%
Total	117	100	100	100

Novamente, os números apresentam significativa oscilação no que diz respeito à possibilidade de mudança de opinião após apresentação dos argumentos pelas partes, durante o julgamento.

A amostra “A” demonstra que 67,8% disseram não ter nenhuma ou pouca chance de mudar de opinião. Esses números decrescem para 54% entre os acadêmicos de Direito (amostra “B”) e permanecem superiores entre os que afirmaram ter chance razoável (28%), grande chance (11%) e chance total (7%) de mudança de opinião.

Portanto, entre o público que já acumula algum conhecimento jurídico, é mais presente a tendência a ouvir os argumentos e à mudança de opinião.

3.7 Discussão dos resultados

De uma maneira geral, os resultados encontrados na pesquisa são convergentes com as proposições lançadas na fase embrionária deste trabalho. A questão central que se relaciona com o julgamento de crimes graves, de grande repercussão no seio social e maciçamente explorados pelos veículos midiáticos, ao que tudo indica, pode ser resumida em uma assertiva: não há possibilidade de um julgamento válido se os julgadores são despreparados, não conhecem a instituição à qual pertencem, não julgam com imparcialidade ou se mostram impermeáveis aos argumentos oferecidos pelas partes.

Tendo como norte estas afirmações, algumas questões serão analisadas de maneira mais aprofundada.

O resultado apresentado na Tabela 13 já revela um dado preocupante, considerando-se que 48,7%, dos entrevistados pertencentes ao público leigo (amostra “A”), afirmaram não conhecer a instituição do júri.

Esta constatação vai de encontro às ponderações feitas na parte teórica. Ao tratar do despreparo do jurado brasileiro, o investigador fez questão de mencionar situações bastante comuns em que o jurado, sem saber que integra a lista geral, é sorteado como suplente e intimado a comparecer à sessão de julgamento, designada para a manhã do dia seguinte, e, mesmo sem ter nenhuma noção sobre a função que deverá desempenhar, poderá ser sorteado e tomar assento entre os sete jurados responsáveis pelo julgamento da causa.

A situação evolui para um quadro ainda mais alarmante quando se observa que a grande maioria dos entrevistados é detentora de alta titulação (pós graduados, mestres e doutores). Esta constatação sugere que, se o questionário tivesse sido aplicado em setores com menor índice de escolaridade, o número de respondentes que desconhecem a instituição do júri poderia ser ainda maior. Convém lembrar que a lei prevê, como fonte de jurados, não somente as escolas e universidades, mas também associações de classe e de bairro, entidades associativas e culturais e outros núcleos comunitários (art. 425, § 2º do CPP).

A conclusão, nesse particular, é que o desconhecimento da própria instituição à qual pertence pode exercer influência negativa e direta na qualidade do julgamento proferido pelo jurado. É bem verdade que, entre os integrantes da amostra “B”, a grande maioria (89%) afirmou conhecer a instituição do júri. Todavia, não se pode perder de vista que os entrevistados são acadêmicos da graduação do curso de Direito e a lei processual penal, convém repetir, não prevê que a busca por jurados deva ocorrer somente em universidades e muito menos que sejam instituições que se dedicam exclusivamente ao ensino jurídico.

Os entrevistados também foram perguntados sobre sua principal fonte de informações acerca dos temas relacionados com a criminalidade e os resultados são de certa forma, preocupantes. Aproximadamente 36,8% dos entrevistados da amostra “A” e 71% dos integrantes da amostra “B” afirmaram que as redes sociais (*Facebook*, *Whatsapp*, aplicativos, *chats*, etc.) são a forma pela qual obtém informações sobre temas relacionados com a criminalidade. Estes veículos de informação prevaleceram nas duas amostras e não há como negar que os avanços tecnológicos abrem possibilidade para uma vertiginosa pulverização de notícias falsas que envolvem crimes e suspeitos e, conseqüentemente, a probabilidade de condenações injustas, baseadas nas chamadas *fake news*.

Por essa ponta de raciocínio, a situação se torna ainda mais delicada quando se tem em mente que a arquitetura legislativa recursal brasileira, como já mencionado, não permite um segundo apelo contra decisões do júri que se mostrarem manifestamente contrárias à prova do processo. Ou seja, o acusado pode ser condenado com base em notícia falsa, amplamente divulgada em redes sociais e, caso o veredicto se repita num segundo julgamento, não terá direito a um novo recurso.

A Tabela 19 visava saber sobre a crença do entrevistado na condenação das pessoas envolvidas com o crime noticiado, tendo por base somente nas informações fornecidas pela reportagem. Novamente, os números impressionam, principalmente entre os acadêmicos de Direito que, em imensa maioria (75%), acreditam totalmente no êxito acusatório. Surpreendentemente, entre o público leigo, o número dos que acreditam totalmente na condenação recuou para 59,9%.

É interessante chamar atenção para esta variação, considerando-se que, entre pessoas detentoras de algum conhecimento jurídico, é de se esperar que as garantias constitucionais sejam observadas com maior rigor, destacando-se, entre elas, a presunção de não culpabilidade, expressa no art. 5º, LVII, da Constituição Federal. No caso vertente, entretanto, os números demonstram exatamente o contrário, isto é, os leigos acreditam menos na condenação.

A Tabela 20 revelou que, em imensa maioria e em números praticamente idênticos para as amostras “A” e “B” (67,5% e 68% respectivamente), com base na notícia jornalística apresentada, não há chance de absolvição dos envolvidos. Isto é, os resultados demonstram que a notícia jornalística foi capaz de convencer os entrevistados sobre a culpa das pessoas envolvidas, ao ponto de praticamente eliminar as chances de absolvição.

Esta constatação, somada àquela que demonstra que as redes sociais são a grande fonte de informação dos entrevistados, reabre a discussão sobre o perigo das notícias falsas que são pulverizadas na internet. Isto é, não há como desconsiderar a hipótese de uma condenação injusta, divorciada da prova do processo, baseada somente em notícias veiculadas em redes sociais.

Os pontos de maior atenção (e preocupação) no entanto, estão canalizados para as duas últimas questões que encerram o guião da entrevista. Respectivamente, as indagações das

Tabelas 21 e 22 visavam saber sobre a imparcialidade do entrevistado e sobre sua eventual tendência à mudança de opinião, após ouvir os argumentos das partes, durante o julgamento.

No que diz respeito à tabela 21, que indagava sobre a imparcialidade, a pesquisa demonstrou que 48,7% dos leigos (amostra “A”) e 46% dos que detém algum conhecimento jurídico (amostra “B”), afirmaram que pouca (ou nenhuma chance) teriam de julgar os envolvidos de forma absolutamente imparcial.

Portanto, quase metade dos entrevistados de ambas as amostras não seria capaz de julgar os acusados com absoluta isenção. Esta constatação também é preocupante, na medida em que imparcialidade é a primeira exigência imposta a quem se propõe a julgar alguém.

A constatação evidencia um claro prejuízo para a defesa do acusado, na medida em que os potenciais jurados, apesar da promessa de apreciar a causa com imparcialidade, prevista no art. 472 do Código de Processo Penal, poderão não agir conforme o prometido.

Os números da última questão representada pela tabela 22, que trata justamente da permeabilidade à argumentação trazida pelas partes durante o julgamento, são ainda mais preocupantes. Os resultados da pesquisa demonstram que 67,8% do público leigo (amostra “A”) afirmam não ter nenhuma (ou pouca) chance de mudar de opinião após ouvir os argumentos das partes durante o julgamento. Esses números apresentam um sensível decréscimo entre os estudantes de Direito (amostra “B”). Entre eles, são 54% os decididos a não mudar de opinião ou que têm pouca chance de fazê-lo, baseando-se na informação oferecida pela reportagem.

Observa-se que, mesmo havendo uma diferença sensível entre o público leigo e os que já armazenam algum conhecimento jurídico, os números são bastante elevados. Esta constatação choca-se frontalmente com o princípio constitucional da presunção de não culpabilidade, tendo em vista que, se os jurados se mostram, em maioria, propensos a condenar com base apenas na notícia do crime, é de se concluir que a condenação pode se antecipar ao devido processo legal, estabelecendo uma inusitada (e perigosa) espécie de *lado avesso* do princípio garantidor.

A propósito, Cernelutti (1957), afirma que a degeneração do processo penal é um dos sintomas mais graves de uma civilização em crise. Para o autor, o princípio da presunção de não culpabilidade às vezes é citado entre as normas que servem apenas para demonstrar a boa-fé de seus elaboradores.

Estudos realizados nos Estados Unidos comprovam, na mesma linha do que aqui se verificou, que a maior parte das pessoas é incapaz de mudar suas crenças sobre os fatos que lhes são apresentados.

Pelas regras do direito norte americano, a seleção do júri se dá pelo chamado *voir dire* tanto nos tribunais federais quanto nos estaduais, embora haja algumas diferenças entre os dois. Em alguns sistemas, a condução fica sob responsabilidade do juiz e em outros, pelos próprios advogados (Marder, 2015, p. 927). Os potenciais jurados podem ser examinados pela Corte, em muitos estados, inclusive pelo advogado, sobre seu conhecimento do caso e os efeitos deste conhecimento em sua imparcialidade. Quando tal pessoa aparenta não ser capaz de julgar com imparcialidade, poderá ser dispensada.

Patterson e Neuffer (1997), concluem que as pessoas tendem a perseverar em suas atitudes iniciais mesmo em face de evidências em sentido contrário e que, quando apresentadas a uma situação com uma atitude preexistente, interpretarão a nova informação de modo a fortalecer aquela atitude. A informação consistente com uma conclusão preferível é examinada de forma muito menos crítica que uma informação conflituosa com a conclusão preferível. Consequentemente, é necessário menos informação para alcançar uma conclusão preferida.

Na mais clássica das obras sobre provas em matéria criminal, Malatesta (2001, p. 24) já ponderava que o caminho que conduz ao desconhecido passa invariavelmente pela reflexão intelectual e que o raciocínio é o instrumento universal da reflexão, caracterizando a primeira fonte de certeza em matéria criminal. O renomado autor adverte, ainda, que quando o homem se limita à pobreza de suas verificações pessoais, seria fatalmente envolvido pelo desconhecido.

É de se notar que, nos casos graves, maciçamente explorados pela mídia, o julgador leigo cria em si a ideia preconcebida da condenação a qualquer custo, cerrando os ouvidos a qualquer argumento plausível e despindo-se da necessária reflexão intelectual que deve

lançar sobre a prova apresentada. Esta influência, sem dúvida, compromete por completo o julgamento.

Carnelutti (1957) afirmava que, em casos mais graves, o acusado sente contra si a aversão de muita gente, como se o mundo estivesse contra ele.

Como se pode observar, o estudo indica que a específica formação jurídica pode minimizar o problema, mas resta claramente distante de neutralizá-lo. O grupo formado por acadêmicos de Direito, mesmo estudando e compreendendo as garantias constitucionais e legais, que tornam imperativa a imparcialidade, mostram-se substancialmente contaminados pelos pré-juízos formados por informações extra autos.

A propósito, no júri brasileiro, composto de 7 jurados e cujas decisões são tomadas por maioria, o resultado 4x3, que aliás, é muito comum nos julgamentos, representa uma ínfima maioria de 57,14%, número que se aproxima daquele encontrado entre os entrevistados já detentores de conhecimento jurídico (54%).

Entre os leigos, conforme se verificou, são 67,8% os decididos a não mudar de opinião ou com poucas chances de fazê-lo, mesmo após ouvir os argumentos vindos dos debatedores. Em proporção ao número de integrantes do conselho de sentença, pode-se afirmar que 4,69, de um total de 7 jurados, estariam decididos a não mudar de opinião ou teriam poucas chances de fazê-lo.

Daí que meras advertências de que somente os elementos conhecidos através do processo podem ser levados em conta na formação da convicção pessoal não bastam para dirimir os pré-conceitos que, inevitavelmente, implicam em pré-juízos. Os números indicam que, em casos intensamente acompanhados pela mídia, um número considerável de jurados adentra no Tribunal com a opinião preconcebida e completamente surdos aos argumentos que se contrapõem às convicções que trouxeram consigo, mesmo quando confrontados com evidências do contrário.

É bem verdade que a lei brasileira prevê a absolvição genérica, concentrada em um único quesito, que se limita a indagar do jurado se apenas deseja absolver o acusado, pouco importando a motivação (art. 483, inciso III do Código de Processo Penal). Entretanto, é necessário diferenciar a absolvição baseada no quesito absolutório genérico e a condenação genérica, divorciada da prova do processo.

A questão se agrava ainda mais quando se observa que, no júri brasileiro, a apelação contra as decisões manifestamente contrárias à prova do processo só pode ser manejada uma vez (art. 593, § 3º do CPP). Da leitura deste dispositivo legal, conclui-se que a lei brasileira, inadvertidamente, referenda uma segunda decisão do júri e não permite uma segunda anulação do veredicto, pouco importando os absurdos contidos no segundo julgamento.

Outro ponto relevante deve ser observado. Os jurados, assim como o juiz togado, não podem julgar com base em prova ilícita. Porém, se a prova ilícita for noticiada, é virtualmente impossível que o jurado deixe de levá-la em consideração. Assim, tem-se que a única forma de sanar o problema é através da renúncia à garantia do Tribunal do Júri, em prol de um julgamento conduzido por juízes togados que, presumivelmente, são mais receptivos com a dúvida e com a prova técnica, além de serem menos vulneráveis às investidas maciças da mídia sobre alguns casos de grande repercussão.

4 CONCLUSÕES

O crime é um fenômeno social e seria utópico imaginar o dia em que o germe do mal será eliminado da humanidade. Muito pelo contrário, em alguns países, a exemplo do Brasil, índices de criminalidade violenta sempre aumentam, gerando na sociedade um sentimento de grande repulsa em relação aos que são acusados da prática de algum crime grave. Porém, quando esta mesma sociedade é chamada a exercer a democracia no julgamento de seus pares, muitas vezes, não cumpre com zelo o seu papel.

De tudo o que foi analisado, discutido e demonstrado nas linhas deste modesto trabalho, é possível observar que a realidade do júri, no Brasil, aponta para um quadro preocupante e até desanimador. A legislação brasileira enaltece a participação democrática nos julgamentos do Poder Judiciário, mas não cria mecanismos capazes de aprimorar esta forma de participação popular, preparando seus jurados, dando-lhes condições mínimas para o exercício dessa função.

Os casos emblemáticos que envolvem crimes graves ou personalidades famosas são acompanhados diariamente no noticiário, como se fossem seriados de televisão. As pessoas deixam seus afazeres para acompanhar o desfecho das tragédias humanas, cujas notícias, muitas vezes, são temperadas conforme o paladar do espectador, já que a imprensa e a Justiça têm finalidades completamente distintas.

Os repórteres policiais, com seus discursos inflamados e viés justiceiro, condenam os suspeitos ainda no berço das investigações e o que é pior, inflamam a população a seguir o mesmo sentimento de ódio e repulsa, com frases do tipo *bandido bom é bandido morto*. O problema surge exatamente quando se observa que o ódio e as informações precoces, às vezes desmentidas num segundo momento, são pulverizados sobre a mesma sociedade que, mais tarde, será responsável pelo julgamento do acusado.

A comunicação tornou-se uma das armas mais poderosas da atualidade, principalmente quando se considera a velocidade com que as informações trafegam na televisão, no rádio e nos mais variados ambientes virtuais. Nas ruas, escolas, filas de banco, praças de alimentação, estações de metrô, as pessoas se aglutinam como sempre fizeram, seguindo o mesmo ritmo frenético, imposto pela vida moderna. Porém, de uns tempos para cá, as pessoas substituíram seus contatos físicos, pela tela do *smartphone*.

A propósito, não seria exagero afirmar que a humanidade pode ser dividida entre o antes e o depois da invenção do *smartphone*. Essa modernidade preocupa, na medida em que as pessoas, inadvertidamente, parecem se encorajar quando interpõem um aparelho de comunicação entre as opiniões que emitem ou informações que passam adiante, como se, ao optarem por esta forma de expressão, não fossem responsáveis por suas atitudes.

Nessa contextura, instala-se um problema grave quando a pulverização da notícia envolve condutas criminosas e crimes de grande repercussão, tendo em vista que a mesma sociedade, que é capaz de criar celebridades, ícones do esporte e da arte em geral, também consegue criar monstros e figuras repugnantes com base na suspeita que recai sobre elas, condenando-as precocemente, antes mesmo da instauração do devido processo legal e de todas as garantias constitucionais que devem situar-se entre a acusação formal e a sentença de mérito.

Enviar o indivíduo ao julgamento popular, nestas circunstâncias, pode ser o prenúncio de sua condenação e a garantia constitucional de competência do júri, concebida justamente para garantir, ingressa por uma via reversa, operando-se contra o próprio garantido.

A Doutrina e jurisprudência, por sua vez, limitam-se à obediência genuflexória ao texto constitucional, afirmando que o legislador constituinte gravou a garantia de competência em cláusula pétrea, tornando-a uma barreira intransponível. Não se tem notícia de alguma voz que tenha se erguido para questionar a rigidez constitucional que impede a opção pelo julgamento togado nesses casos, já que, convém repetir, não há como conceber a ideia de uma garantia que, além de não garantir, vai mais além, prejudicando seu próprio objeto de proteção.

O problema deve ser resolvido através da aplicação da máxima da proporcionalidade entre duas posições jusfundamentais. De um lado, a garantia do julgamento pelos pares através do Tribunal do Júri e, de outro, o direito essencial à legitimidade do julgamento, que é a imparcialidade do órgão decisório. Ainda que se reconheça posição doutrinária de que o Tribunal do Júri não é uma garantia somente do réu, mas também da sociedade, é inescapável a conclusão de que não existe justiça possível sem o devido processo legal, que pressupõe a imparcialidade e a permeabilidade com as provas eventualmente apresentadas.

Para que estes objetivos sejam alcançados, a legislação ordinária precisa inserir mudanças pontuais no procedimento, a começar pelo direito de escolha do acusado pela justiça togada, mais receptiva com a prova técnica e com a dúvida. A esta proposta de inovação, somam-se o necessário preparo do jurado e a mudança na arquitetura recursal para impugnação de veredictos injustos, pois, conforme demonstrado, a legislação brasileira, incrivelmente, não admite um segundo apelo nos casos em que a decisão se mostra manifestamente contrária à prova do processo, cancelando uma possível segunda injustiça, por mais grave que possa parecer.

O princípio do contraditório impõe não só a possibilidade das partes contestarem os argumentos e pleitos adversos, mas, em seu sentido substancial, pressupõe que suas razões serão efetivamente apreciadas com neutralidade, de tal forma que os únicos crivos de admissibilidade são as provas e a lei. É, portanto, absolutamente impensável que a vida do réu seja decidida por ouvidos moucos de jurados que, antes mesmo de escolhidos, já estão inamovíveis das conclusões que tomaram por influência do sensacionalismo da mídia.

O processo funda-se em uma relação dialógica na qual as partes, em paridade de armas, não somente dispõem de meios processuais para fazer constar suas pretensões, mas também impõe que a relação seja puramente endoprocessual. Daí decorre a conclusão de que o processo deve ser imunizado contra discursos alienígenas que, por assim serem, não têm compromisso com a verdade processualmente admissível.

Bibliografia

Araújo, N. e Almeida, R. R. (1996). *O Tribunal do Júri nos Estados Unidos – sua evolução histórica e algumas reflexões sobre seu estado atual*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Ano 4, n.º 15.

Badaró, G. H. (2017). *Manual dos Recursos Penais*. 2ª ed., revista, ampliada e atualizada. São Paulo, Thomson Reuters, Revista dos Tribunais.

Bonfim, E. M. (2007). *No Tribunal do Júri – A Arte e o ofício da tribuna*. Crimes emblemáticos, grandes julgamentos. 2.ª ed., revista, aumentada e atualizada. São Paulo, Saraiva.

Bulos, U. L. (2011). *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Saraiva.

Campos, W. C. (2010). *Tribunal do Júri: Teoria e Prática*. São Paulo, Atlas.

Carnelutti, F. (1957). *As misérias do processo penal*. Tradução Carlos Eduardo Trevelin Millan. Pílares (2006)

Cerqueira, B *et al* (2018) Atlas da Violência 2018 Ipea e FBSP. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. [Consultado em: 18/06/2019].

Creswell, J. W e Clark, P. V. L. (2011). *Designing and conducting mixed methods research*. 2nd. Los Angeles, Sage Publications. [Em linha]. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000200384#B13>. [Consultado em 16/7/2019].

Cunha, R. S. (2018). *Tribunal do Júri*. Procedimento especial comentado por artigos. Salvador, Jus Podivm.

D'Angelo, E. *et al* (2015). *O advogado, o promotor de justiça e o juiz no Tribunal do Júri*. 3.ª ed. Leme, CL Edijur.

Eluf, L. N. (2007). *A paixão no banco dos réus: crimes passionais célebres; de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves*. São Paulo, Saraiva.

Faria, B. (1960). *Código de Processo Penal*. 2.^a ed., Rio de Janeiro. Record.

Filho, F. W. (1923). *Jury*. 4.^a ed., São Paulo. Secção de obras do Estado de São Paulo.

Jardim, A. S. (2014). *Garantismo no processo penal merece breve (e parcial) reflexão*. Revista Consultor Jurídico, 8 de julho de 2014. [Em linha]. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2014-jul-08/afranio-jardim-garantismo-processo-penal-merece-reflexao>>. [Consultado em 15/5/2019].

Jólluskin, G. (2009) *O tribunal do júri no ordenamento jurídico português: uma abordagem na perspectiva da psicologia*. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa. p. 116-126.

Júnior, A. L. (2019). *Direito Processual Penal*. São Paulo, Saraiva.

Lima, R. B. (2019). *Manual de Processo Penal*. Salvador, Jus Podivm.

Lobo, R. A. A. e Filho, M. S. D. C. (2017). *Linchamentos em Rede: justiça e violência resposta na internet*. Revista Novos Rumos Sociológicos - vol. 5, nº 7 - Jan/Jul.

Malatesta, N. F. D. (2001), *A lógica das provas em matéria criminal*. 2.^a ed. Trad.: Paolo Capitanio. Campinas, Bookseller.

Marder, N. S. *Juror Bias, Voir Dire, and the Judge-Jury Relationship*. Chicago-Kent Law Review. Vol. 90, article 7. [Em linha]. Disponível em <https://scholarship.kentlaw.iit.edu/cklawreview/vol90/iss3?utm_source=scholarship.kentlaw.iit.edu%2Fcklawreview%2Fvol90%2Fiss3%2F7&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages>. [Consultado em 7/11/2019]

Marrey, A. *et al.* (1997). *Teoria e Prática do Júri*. 6.^a ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo, Revista dos Tribunais.

Marcão, R. (2018). *Curso de Processo Penal*. São Paulo, Saraiva, p. 904.

- Marques, J. F. (1997). *A instituição do júri*. Campinas, Bookseller.
- Martins, J. S. (1995). *As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 9, n. 25.
- Mendes, G. F. e Branco, G. G. (2018). *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Saraiva.
- Nucci, G. S. (2008). *Tribunal do júri*. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- Oliveira, E. (1999). *O Tribunal do Júri na Administração da Justiça nos Estados Unidos: Estudos sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira*. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- Oliveira, E. P. (2011). *Curso de Processo Penal*. São Paulo, Atlas.
- Patterson, A. H. e Neuffer N. L. (1997) *Removing Juror Bias by Applying Psychology to Challenges for Cause*. Cornell Journal of Law and Public Policy. Vol. 7: Iss. 1, article 6. [Em linha]. Disponível em <<http://scholarship.law.cornell.edu/cjlpp/vol7/iss1/6>>. [Consultado em 13/10/2019].
- Ramos, E. S. (2018) *O Ato Institucional n.º 5 e seu significado histórico*. Jornal da USP. Publicado em 12/12/2018. [Em linha]. Disponível em <<https://jornal.usp.br/artigos/o-ato-institucional-no-5-e-seu-significado-historico/>>. [Consultado em 16/4/2019]
- Silva, J. A. (2013). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo, Malheiros.
- Sobrinho, D. A. (1995). *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo, Summus.
- Stemler, I. et al. *Justiça em números 2017: ano base-2016/Conselho Nacional de Justiça*. Brasília, CNJ.
- Streck, L. L. (2001). *Tribunal do Júri: Símbolos e rituais*. Porto Alegre, Livraria do advogado.
- Tashakkori, A. e Teddlie, C. (1998) *Mixed methodology: combining qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks, Calif.: Sage. [Em linha]. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000200384>

[Consultado em 17/6/2019].

Ventura, P. R. L. (1990). *O Tribunal do Júri: Indagações, Quesitos, Jurisprudência*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.

Legislação referenciada

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. [Em linha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao/htm>. [Consultado em: 4/4/2019].

Constituição da República Portuguesa (1976). Diário da República Eletrônico. Lisboa, 2 abr. 1976 [Em linha]. Disponível em <<https://dre.pt/constituicao-da-republica-portuguesa>>. [Consultado em 14/11/2019].

Código Penal Brasileiro (1940), instituído pelo Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. [Consultado em 12/5/2019].

Código de Processo Penal Brasileiro (1941), instituído pelo Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. [Consultado em 17/5/2019].

Decreto-Lei 167 de 5 de janeiro de 1938. Regula a instituição do júri. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0167.htm>. [Consultado em 9/5/2019].

Decreto Lei 387-A/87, de 29 de dezembro de 1987. Aprova o regime de júri em processo penal na legislação portuguesa. [Em linha]. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=315&tabela=leis>. [Consultado em 13/7/2019].

Habeas Corpus n.º 128.880/SP. [Em linha]. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10350259>> [Consultado em 12/4/2019].

Habeas Corpus n.º 135955/AM. [Em linha]. Disponível em: file:///C:/Users/WISLEY/Downloads/texto_313437565.pdf. [Consultado em 17/3/2019].

Lei n.º 2.889, de 1 de outubro de 1956. Define o crime de genocídio. [Em linha]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L2889.htm. [Consultado em 17/5/2019]

Lei n.º 11.689, de 9 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. [Em linha]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm. [Consultado em 14/5/2019].

Lei n.º 263, de 23 de fevereiro de 1948. Modifica a competência do Tribunal do Júri e dá outras providências. [Em linha]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L263.htm. [Consultado em 13/4/2019].

Lei n.º 7.170/83, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. [Em linha]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm. [Consultado em 15/4/2019].

Lei orgânica n.º 5/95. Dispõe sobre a participação popular nos julgamentos na Espanha. [Em linha]. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-12095>. [Consultado em 13/6/2019].

Manual do mesário eleitoral. [Em Linha]. Disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-manual-do-mesario-2018>.> [Consultado em 12/5/2019].

Súmula n.º 28, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Dispõe sobre a cassação do veredicto do Tribunal do júri. [Em linha]. Disponível em

<<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?linhasPorPagina=10&paginaNumero=87&palavras=novo%20julgamento%20tribunal%20juri&pesquisarPor=ementa&pesquisaTesauro=true&orderByData=1&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%C3%Aancias%20cadastadas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&>> [Consultado em 15/4/2019].

Súmula Vinculante n.º 45/STF. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=2362>>. [Consultado em 15/8/2019].

ANEXO 1 – GUIÃO DE PERGUNTAS

Este questionário tem como finalidade obter informações sobre O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL e será utilizado exclusivamente para fins académicos, como parte de Pesquisa em um Mestrado em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, na Cidade do Porto, em Portugal, sob a orientação do Prof. Doutor Pedro Freitas.

O objetivo geral desta pesquisa é verificar se as decisões de potenciais jurados ocorrem com isenção, mesmo após a exposição e contato com a mídia, nos casos de grande repercussão ou comoção social.

É importante que você responda a todas as questões de forma verdadeira, tomando por base as matérias jornalísticas anexas. O anonimato e a confidencialidade das informações prestadas estão garantidos e você pode se recusar a participar ou, a qualquer momento, desistir de prosseguir na pesquisa, sem qualquer prejuízo. O preenchimento é feito assinalando a alternativa escolhida e explicando-a, sempre que for necessário. Sua participação é muito importante para o êxito desta investigação!

Aceito participar

- () Sim
- () Não

PARTE I – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS INQUIRIDOS

Questão 1) Idade

- () 18-20
- () 21 – 25
- () 26 – 30
- () 31 – 35
- () 36 – 40
- () ≥ 41

Questão 2) Género

- () Masculino
- () Feminino
- () outro

Questão 3) Qual é o seu Estado Civil?

- ☐ Solteiro (a)
- ☐ Casado (a)/ União estável
- ☐ Divorciado (a)/ Separado (a)
- ☐ Viúvo (a)
- ☐ Outro: _____

Questão 4) Qual é a sua profissão? _____

Questão 5) Qual a sua formação?

- ☐ Ensino fundamental
- ☐ Ensino médio
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós graduação, mestrado, doutorado

Questão 6) Faixa de rendimento familiar:

- ☐ Até 1(um) salário mínimo
- ☐ De 1(um) a 3(três) salários mínimos
- ☐ De 3(três) a 10 (dez) salários mínimos
- ☐ Mais de 10(dez) salários mínimos

PARTE II

Questão 7) Conhece a instituição do Júri?

1. ☐ Sim
2. ☐ Não

Questão 8) Sabe para que serve o Tribunal do Júri?

1. ☐ Não sei para que serve o Tribunal do Júri
2. ☐ Serve para julgar qualquer tipo de crime
3. ☐ Serve para julgar crimes praticados por políticos
4. ☐ Serve para julgar crimes dolosos (intencionais), contra a vida humana

Questão 9) Exerce ou já exerceu a função de jurado?

- () Sim
() Não

Questão 9.1) Caso seja afirmativa a sua resposta, quantas vezes você já foi jurado

- () 1 vez
() 2 a 3 vezes
() 4 a 6 vezes
() 7 a 10 vezes
() Mais de 11 vezes

Questão 10) De que forma você tem acesso as informações sobre temas relacionados com a criminalidade?

1. () notícia escrita (Jornais, revistas, panfletos, etc.)
2. () rádio
3. () televisão
4. () redes sociais *Facebook, whatsapp, aplicativos, chats, etc*

Questão 11) Você teve notícia dos casos reportados pela mídia, que acompanham este questionário?



A Polícia Civil do Distrito Federal concluiu a investigação do assassinato de Rhuan Maicon da Silva Castro, de apenas nove anos, que foi morto e esquartejado pela própria mãe, Rosana Auri da Silva Cândido de 27 anos, com o auxílio da companheira dela, Kacyla Priscila Santiago Damasceno, no dia 31 de maio. O laudo aponta que o menino foi decapitado ainda com sinais vitais e levou 12 facadas da própria mãe, sendo uma no peito, enquanto dormia, e as demais na posição de joelhos, ao lado da cama.

As duas mulheres, que estão presas desde o dia 1º de junho, serão indiciadas por homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e sem a possibilidade de defesa da vítima; lesão corporal gravíssima; tortura e ocultação de cadáver e fraude processual, pois tentaram limpar a cena do crime, lavando os cômodos da casa. Somando todos os crimes, ambas podem ser condenadas a uma pena de 57 anos de prisão.



1. () Sim
2. () Não

Questão 12) Com base somente nas informações oferecidas para leitura das notícias, **você acredita que os jurados responsáveis pelo julgamento do fato demonstrado, condenariam a(s) pessoa(s), cujos nomes foram envolvidos no crime noticiado?**

1. () Não acredito
2. () Para mim, isso não tem relevância
3. () Prefiro não opinar
4. () Acredito parcialmente
5. () Acredito totalmente

Questão 13) Com base somente nas informações oferecidas pela notícia, responda: **se você fosse o responsável pelo julgamento da(s) pessoa(s) envolvida no crime, numa escala de 1 (um) a 5 (cinco), qual seria a chance de você absolvê-la(s), isto é, livrá-la(s) completamente da culpa?**

1. () Nenhuma chance
2. () Pouca chance
3. () Chance razoável
4. () Grande chance
5. () Chance total

Questão 14) Com base somente nas informações oferecidas pela notícia, responda: **se você fosse o responsável pelo julgamento da(s) pessoa(s) envolvida(s) no crime, numa escala de 1 (um) a 5 (cinco), qual seria a chance de você julgá-la(s) de forma totalmente imparcial?**

1. () Nenhuma chance
2. () Pouca chance
3. () Chance razoável
4. () Grande chance
5. () Chance total

Questão 15) Com base somente nas informações oferecidas pela notícia, responda: **numa escala de 1 (um) a 5 (cinco), qual seria a chance de você mudar de opinião após ouvir os argumentos do promotor de justiça e do(s) advogado(s) de defesa, durante o julgamento?**

1. () Nenhuma chance
2. () Pouca chance
3. () Chance razoável
4. () Grande chance
5. () Chance total

ANEXO 2 – SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO

SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO



Exmo/a Sr. Edna de Fátima Resende Campos
Secretária Municipal de Educação

Assunto: Solicitação de autorização para a investigação

O meu nome é **Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira**, sou graduado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ e neste momento, encontro-me matriculado no 2º ano do Mestrado em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa em Porto-PT, matrícula: 36129, sob orientação do Professor Doutor Pedro Freitas e Co-orientação do Professor Doutor Francisco Ilídio Ferreira Rocha. O tema da tese de mestrado é: **O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional.**

Atendendo a uma solicitação da Comissão de Ética da Universidade onde estou matriculado, venho, por meio deste, solicitar a sua autorização para começar o processo investigativo que tem como objetivo: Verificar se os processos decisórios dos potenciais jurados ocorrem com isenção, mesmo após a exposição e contato com a mídia, nos casos de comoção social.

Informo que guardaremos o sigilo e confidencialidade referente a todos os envolvidos na amostra, bem como o respeito à ética que permeia a reunião das informações dadas por meio dos questionários.

Agradeço desde já a atenção dada a este assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entenda necessários. Segue o meu contacto telefónico (055 349936-3010 telemóvel pessoal e / ou Whatsapp).

Os meus melhores cumprimentos,

Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira.

Autorizado por/Assinatura: _____

Carimbo

Edna de Fátima Resende Campos
Secretária Municipal de Educação

ANEXO 3 – SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO

SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO



Exmo/a Sra. Birgit yara Frey Riffel

Diretora Adjunta do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais -
CEFET-MG – *Campus Araxá*

Assunto: Solicitação de autorização para a investigação

O meu nome é **Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira**, sou graduado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ e neste momento, encontro-me matriculado no 2º ano do Mestrado em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa em Porto-PT, matrícula: 36129, sob orientação do Professor Doutor Pedro Freitas e Co-orientação do Professor Doutor Francisco Ilídio Ferreira Rocha. O tema da tese de mestrado é: **O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional.**

Atendendo a uma solicitação da Comissão de Ética da Universidade onde estou matriculado, venho, por meio deste, solicitar a sua autorização para começar o processo investigativo que tem como objetivo: Verificar se os processos decisórios dos potenciais jurados ocorrem com isenção, mesmo após a exposição e contato com a mídia, nos casos de comoção social.

Informo que guardaremos o sigilo e confidencialidade referente a todos os envolvidos na amostra, bem como o respeito à ética que permeia a reunião das informações dadas por meio dos questionários.

Agradeço desde já a atenção dada a este assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entenda necessários. Segue o meu contacto telefónico (055 349936-3010 telemóvel pessoal e / ou Whatsapp).

Os meus melhores cumprimentos,

Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira.


Profª Birgit Yara Frey Riffel
Diretora Adjunta da Unidade Araxá
CEFET-MG
Matr. SIAPE 1039600

Autorizo.

ANEXO 4 – SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO

SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO

Exmo Sr. José Oscar de Melo

Magnífico Reitor do Centro Universitário do Planalto de Araxá



Assunto: Solicitação de autorização para a investigação

O meu nome é **Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira**, sou graduado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ e neste momento, encontro-me matriculado no 2º ano do Mestrado em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa em Porto-PT, matrícula: 36129, sob orientação do Professor Doutor Pedro Freitas e Co-orientação do Professor Doutor Francisco Ilídio Ferreira Rocha. O tema da tese de mestrado é: **O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional.**

Atendendo a uma solicitação da Comissão de Ética da Universidade onde estou matriculado, venho, por meio deste, solicitar a sua autorização para começar o processo investigativo que tem como objetivo: Verificar se os processos decisórios dos potenciais jurados ocorrem com isenção, mesmo após a exposição e contato com a mídia, nos casos de comoção social.

Informo que guardaremos o sigilo e confidencialidade referente a todos os envolvidos na amostra, bem como o respeito à ética que permeia a reunião das informações dadas por meio dos questionários.

Agradeço desde já a atenção dada a este assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entenda necessários. Segue o meu contacto telefónico (055 349936-3010 telemóvel pessoal e/ou Whatsapp).

Os meus melhores cumprimentos,

Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira.


Prof. M.e. JOSÉ OSCAR DE MELO
Reitor UNIARAXÁ
AUTORIZO

ANEXO 5 – AUTORIZAÇÕES



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Araxá-MG

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, **Edna de Fátima Resende Campos**, Secretária Municipal de Educação, autorizo Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira, mestrando em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa no Porto – Portugal, matrícula: 36129, orientado pelo Professor Doutor Pedro Freitas e Co-orientação do Professor Doutor Francisco Ilídio Ferreira Rocha, para a realização do Projeto de Pesquisa: **O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional**, que tem por objetivo: Verificar se os processos decisórios dos potenciais jurados ocorrem com isenção, mesmo após a exposição e contato com a mídia, nos casos de comoção social.

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados, somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pela Comissão de Ética.
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012.

Araxá, (MG), 24 de junho de 2019.

Edna de Fátima Resende Campos
Secretária Municipal de Educação

Edna de Fátima Resende Campos
Secretária Municipal de Educação

ANEXO 6 – AUTORIZAÇÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
UNIDADE ARAXÁ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, **Birgit Yara Frey Riffel**, Diretora Adjunta do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG - Araxá, autorizo Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira, mestrando em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa no Porto – Portugal, matrícula: 36129, orientado pelo Professor Doutor Pedro Freitas e Co-orientação do Professor Doutor Francisco Ilídio Ferreira Rocha, para a realização do Projeto de Pesquisa: **O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional**, que tem por objetivo: Verificar se os processos decisórios dos potenciais jurados ocorrem com isenção, mesmo após a exposição e contato com a mídia, nos casos de comoção social.

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados, somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pela Comissão de Ética.
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012.

Araxá, 24 de junho de 2019

Profª Birgit Yara Frey Riffel
Diretora Adjunta da Unidade Araxá
CEFET-MG
Matr. SIAPE 1039600

ANEXO 7 – AUTORIZAÇÕES




TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, **José Oscar de Melo**, Reitor do Centro Universitário do Planalto de Araxá, autorizo Wisley Cill-Farney Martins Soares Sucupira, mestrando em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa no Porto – Portugal, matrícula: 36129, orientado pelo Professor Doutor Pedro Freitas e Co-orientação do Professor Doutor Francisco Ilídio Ferreira Rocha, para a realização do Projeto de Pesquisa: **O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional**, que tem por objetivo: Verificar se os processos decisórios dos potenciais jurados ocorrem com isenção, mesmo após a exposição e contato com a mídia, nos casos de comoção social.

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados, somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pela Comissão de Ética.
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012.

Araxá, 24 de junho de 2019



José Oscar de Melo
Reitor do Centro Universitário do Planalto de Araxá

Centro Universitário do Planalto de Araxá - UNIARAXÁ

Av. Ministro Olavo Drummond n. 05 - Telefax (34) 3669-2000 - CEP: 38180-129 - ARAXÁ - MG HOME PAGE: www.uniaraxa.edu.br EMAIL: uniaraxa@uniaraxa.edu.br

MISSÃO: Promover a educação cidadã, por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, para a empregabilidade e a sustentabilidade, com ética e respeito às pessoas.

**ANEXO 8 – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA**



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

*Em anexo ao aluno e
ao orientador.*
[Assinatura]
19.11.2019

Exmo. Senhor
Prof. Doutor Pedro Reis
Diretor da FCHS

Porto, 18 de Novembro de 2019

Exmo. Senhor Prof. Doutor,

A Comissão de Ética, depois de reapreciado o projeto de investigação de Wisley Cill-Famey Martins Soares Sucupira, intitulado "O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: Polêmicas, imperfeições e propostas para reformulação do modelo à luz da garantia constitucional", a realizar no âmbito do Mestrado em Criminologia, sob a orientação do Prof. Doutor Pedro Freitas, não tem nada a opor à realização do projeto, uma vez que o aluno já tem autorização da Plataforma Brasil para a realização do projeto.

Recomenda-se que o projeto cumpra as determinações enunciadas pela Plataforma Brasil e os princípios éticos comuns à investigação, nomeadamente, o respeito pela confidencialidade e pela livre vontade dos participantes.

Com os melhores cumprimentos.



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

NºPS 502 017 502 - Reg. Comercial nº 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto

REITORIA - [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] - [Faculdade de Ciência e Tecnologia] Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto Portugal - T +351 22 507 1300 - F +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt
[Faculdade de Ciências da Saúde] - [Escola Superior de Saúde] R. Carlos Da Maia, 396 - 4200-150 Porto - Portugal - T +351 22 507 4630 - F +351 22 507 4637 - R Delém Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal
T +351 22 509 6371 - geral@saude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Benfandós - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T +351 258 741 026 - F +351 258 741 412 - geral@plima@ufp.pt